

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

MINUTA

**ATA DA XXII REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**

17 de dezembro de 2009

Anexo 1 - Encaminhamentos

Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH) – Por favor, senhores e senhoras. Tomem seus assentos. Bom dia a todos e todas presentes. Senhores Conselheiros e Conselheiras. Inicialmente, agradecer a presença de todos nessa data de final de ano, onde as dificuldades para se estabelecer o quórum são grandes, mas nós já obtivemos o quórum necessário para que essa nossa reunião aconteça e possa deliberar conforme a sua agenda. Eu queria anunciar e chamar à Mesa Doutora Izabella Mônica Teixeira, Ministra Interina, Secretaria Executiva do Ministério (Palmas!) que nesta nossa reunião preside a sessão do Conselho Nacional. Eu gostaria de chamar à Mesa também o Doutor José Machado para compor a Mesa juntamente conosco (Palmas!) e de pronto passar para a Doutora Izabella. Pequenos ajustes. **Sr^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra Interina do Meio Ambiente)** – Bom dia a todos. É a última sessão do Conselho, final do ano. Um ano absolutamente rico em termos da questão ambiental. Estamos todos nós muito apreensivos com o que está acontecendo em Copenhagen. Ontem eu falava com algumas pessoas de lá. O clima de tensão é total. O nosso Presidente está absolutamente mergulhado em todas as negociações e interlocuções. Realmente ligou para o Presidente Obama. Então nós temos um conjunto de negociações em curso, mas eu acho que o mais importante sobre essa discussão climática além do tema em si, é que a questão dos recursos hídricos e a questão ambiental certamente estão na centralidade da agenda política do nosso país. E temos alguns desafios no olhar para 2010, e dei uma entrevista ontem falando sobre a riqueza da agenda ambiental e de recursos hídricos nos próximos dez anos. E a riqueza passa, por ano que vem ser o ano internacional da biodiversidade e que não tem como discutir conservação da biodiversidade sem estarmos falando de gestão de recursos hídricos. É estratégico para o país, que é o maior ator mundial em torno de biodiversidade. A Conferência de Nagoia, em outubro, vai ser tão importante quanto a Conferência de Copenhagen e por uma sinalização que eu quero indicar aqui, que é importante, em 2012, nós teremos vinte anos da Rio 2002. E nós teremos uma Conferência das Nações Unidas para isso. O Brasil está negociando, inclusive tem uma apresentação da proposta da reunião acontecer no Brasil e não temos notícias oficiais, mas de bastidores, é que isso deve ser votado ou deve ter sido aprovado, nós estamos aguardando a confirmação. Ter uma Conferência Rio + 20 significa dizer que tendo todos os compromissos do Fórum Mundial da Água, da nossa agenda de águas, enfim, de metas do Milênio, de um conjunto de coisas na agenda internacional, significa dizer que em termos práticos nós teremos um novo modelo, o fechamento do novo modelo de governantes ambiental do planeta, que é isso que está sendo encaminhado nas negociações internacionais. Todo esse debate com a questão climática, da biodiversidade, de recursos hídricos, metas de Milênio, com essa leitura de sustentabilidade numa perspectiva diferenciada do que foi vinte anos atrás, vai ganhar uma expressão estratégica, do ponto de vista geopolítico e econômico, considerando essas interlocuções do que se espera em 2012. Esse é o desenho, eu acabei de vir da reunião ministerial em Roma, com os ministros de 44 países que são identificados como estratégicos na agenda de meio ambiente global e a idéia é que essa discussão de uma agência global de meio ambiente seja levada a cabo e concluída em 2012. Então, nós teremos um marco, já aceito pelos ministros ligados ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a UNEP ou PNUMA. E a idéia é que avancemos e isso é um pouco consequência daquilo que foi lançado pelo Presidente Sarkozy, de nós termos uma nova agência ambiental

53 no planeta, e que o Presidente Lula tem progressivamente sinalizado nessa direção, com o
54 apoio do Brasil. Do ponto de vista da burocracia internacional, mudar de programa para
55 agência é bastante significativo. Tão significativo quanto foi para nós da área de gestão de
56 recursos hídricos sairmos dos arranjos que guardavam o século passado, quando o tema de
57 recursos hídricos, eu me lembro quando ficava na área federal do IBAMA, que era dado pela
58 única pessoa que era a Lúcia Porreca que era minha colega de carreira e hoje tem uma agência
59 nacional de águas. É um salto, é um processo de governança e da importância do tema na
60 agenda econômica do mundo, coloca essa discussão de 2012, do ponto de vista, inclusive de
61 uma revisão sobre a questão ambiental chamada na centralidade do debate político. E nós
62 temos também uma grande oportunidade, Vicente, de superarmos ou de avançarmos naquilo
63 que está lá na Lei de Recursos Hídricos como conciliar a gestão ambiental com a questão de
64 recursos hídricos, como fazer com que esses dois sistemas, já agora mais maduros, um
65 balzaquiano e outro não tão balzaquiano, na adolescência, mas enfim possam, efetivamente no
66 Brasil, também dar um salto qualitativo do ponto de vista de gestão. Não acredito, e eu sou
67 uma pessoa que sou oriunda da área de meio ambiente, portanto, do sistema de meio
68 ambiente, eu lembro, na época era tudo uma coisa só, estou velha o suficiente para entender
69 um pouco como foi essa discussão na origem. Não acredito que nós, pelos desafios
70 econômicos que o país tem, continuemos tendo alguns patamares de gestão ambiental que nós
71 temos hoje no país. Tem que mudar. O modelo envelheceu, o modelo está vencido em vários
72 dos seus seguimentos, essa reflexão não é minha é uma reflexão da área ambiental, dos
73 gestores da área ambiental e muito dos avanços que nós temos que olhar e inclusive o
74 processo estratégico que não funcionou na área ambiental como deveria ter funcionado e tem
75 funcionado progressivamente, de maneira bastante sólida, na área de recursos hídricos que
76 tem a ver com planejamento ambiental, da mesma forma do planejamento dos recursos
77 hídricos, nós temos consciência que nós precisamos mudar o modelo de gestão ambiental do
78 país. Está discussão está com o Presidente da República, as instituições, os instrumentos de
79 governabilidade, a estratégia de governança ambiental, como é que nós avançamos nos
80 conselhos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem um formato, o Conselho Nacional
81 de Meio Ambiente está inquieto e necessitando passar por uma reformulação. A importância
82 desses temas na agenda econômica e na agenda social do país não é mais a importância
83 secundária, é uma importância central. Então, não dá para discutir as questões econômicas e
84 sociais do país sem uma visão estratégica da agenda ambiental, da agenda de recursos
85 hídricos e não é por outra razão que o dever de casa é imenso o ano que vem, porque teremos
86 que trabalhar frente internacional, teremos que trabalhar nas frentes que estão abertas pelos
87 senhores e aqui eu quero dar um exemplo de uma e nesse exemplo homenagear o Doutor
88 Machado, que vai sair da ANA e vai deixar um trabalho monumental para nós fazermos,
89 além do que o resultado de toda a sua gestão, que é avançarmos na pauta das hidrovias. O
90 próprio Presidente da República já criou, não sei se saiu o decreto do grupo de trabalho, ou
91 está nos setores esperando ele voltar. O decreto estava pronto, eu vi, do grupo de trabalho, que
92 será exatamente, ele determinou que fossem feitos todos os estudos para nós consolidarmos as
93 hidrovias na estratégia dos aproveitamentos hidrelétricos. O outro lado da moeda, que está na
94 mesa, significa a área ambiental, eu não chamo isso de incoerência, chamo de coerência
95 institucional, ao contrário, avançar no debate dos aproveitamentos hidrelétricos do país,
96 porque no momento de questão climática, no momento de revisão de procedimentos e de
97 modernização dos instrumentos de gestão pública nesse país, eu não posso estar aprovando ter
98 um licenciamento ambiental que seja muito mais complexo e reativo a uma visão estratégica,
99 muitas vezes, de aproveitamento hidrelétrico do país, vis-à-vis fontes mais sujas e fontes mais
100 poluidoras. Tem que haver um equilíbrio, a discussão sobre segurança energética, sobre o
101 cenário de aproveitamento hídrico nesse país deve ser mais aberta e de natureza mais
102 estratégias do que somente setorial. E é um dever de casa que este conselho tem em trabalhar
103 para subsidiar e trabalharmos juntos no debate no Conselho Nacional de Política Energética.
104 Isso é visão estratégica, não é chegar no Conselho Nacional de Política Energética somente na

perspectiva do planejamento do setor elétrico, é nessa perspectiva que é estratégica para o país, só tem desenvolvimento de energia, é o planejamento de longo prazo, tem instrumentos sólidos colocados na mesa e é um espaço político de negociação de debate que nós precisamos mudar o patamar enquanto postura da chamada agenda ambiental e agenda de recursos hídricos. A provocação de hidrovias traz para a centralidade esse debate. A provocação sobre a questão climática e a eficiência energética e a segurança energética do Brasil traz para a centralidade a questão dos aproveitamentos hídricos, a questão de outras energias renováveis, como a questão eólica, que acabou de ter um leilão, que foi super exitoso, com preço até abaixo do que o Governo tinha estipulado, que tinha estimado e todos os setores e investidores dizendo que era muito baixo o preço mínimo do Governo e foi abaixo do preço mínimo do Governo, também tem questões tecnológicas, quer dizer, como é que eu lido com fator de geração de 40% em eólica no melhor do aproveitamento? Qual é o entendimento disso? Como é que trabalhamos a questão de gás, a partir do avanço de Pré-sal, ou não? Como é que trabalhamos aproveitamento de gás na Amazônia vis-à-vis a interligação do sistema, e vis-à-vis tirar da ponta e reduzir o custo econômico de ter usinas termoeletricas a óleo diesel na Amazônia? Como é que trabalhamos a eficiência do licenciamento das linhas de transmissão nesse país? Ou nós temos hidrelétricas e não vamos ter (...) licenciados ao mesmo tempo? Como é que eu trabalho a questão de portos associados a hidrovias? Qual é a visão estratégica de desenvolvimento que o país, a partir da estabilidade econômica e a partir de uma agenda social riquíssima, que é assegurada especialmente pelo governo do Presidente Lula, os indicadores são bastante interessantes, bastante promissores. Quem leu em detalhe a PNAD, sabe do que eu estou falando. Os indicadores na área de saneamento, hoje eu estava vendo a reprise do Ministro Marcio Fortes falando sobre a questão de saneamento e o debate que o saneamento encerra numa visão estratégica de gestão de bacias. Quem ligou hoje a televisão e viu as imagens escandalosas e dramáticas de São Paulo novamente refém de inundações, está colocando em questão como está discussão sobre marco drenagem e isso tudo está na centralidade da agenda de recursos hídricos e da agenda global que é adaptação, vulnerabilidade, risco, isso está na mesa, quando nós fomos ao Fórum Internacional de Águas, lá em Istambul, Doutor Braga, as discussões eram claras nesse sentido e então nós temos uma agenda riquíssima para ser trabalhada, uma agenda que eu chamo de positiva, que vai depender muito dos esforços e do aprendizado que nós temos nos últimos doze anos a partir da Lei de Recursos Hídricos e da institucionalidade que foi estabelecida e com os avanços que nós temos, não só no Ministério do Meio Ambiente, na chamada Estruturação do Plano Nacional, os insumos da Secretaria de Recursos Hídricos, a participação de todos que aqui ajudaram e têm ajudado. Todos os técnicos com o fortalecimento do Ministério, mesmo de maneira ainda insuficiente para sua missão, e aí o Vicente tem sido, acho que por isso que ele virou Presidente da ANA, um ferrinho de dentista no meu calcanhar, que fica cutucando o tempo inteiro, para não dizer outra coisa, mas ele é um pentelho ecológico, ele vai o tempo inteiro atrás da energia, atrás do saneamento, o Machado está fazendo as hidrovias e fez um grande trabalho que foi a sinergia entre o Ministério de Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas. Há conflitos, há complementaridade na sua equipe, Silvana, todas as pessoas que trabalham com ele, Júlio Tadeu, enfim, todo mundo, os mais velhos e os mais novos, todos foram unânimes em várias situações distintas, dizer como nós tínhamos melhorado o processo de interlocução e como nós tínhamos avançado na agenda política. Por essa razão acho que ele virou Presidente e vai executar tudo que ele armou, a maldade é essa, agora se vira. É importante nós termos isso, como sou da área ambiental, eu sou do Ministério do Meio Ambiente eu me lembro das brigas institucionais clássicas que existiam entre o Ministério e a ANA. E os mais antigos sabem disso, as pessoas que trabalharam, cada um ia para um lado. Cada um puxava para um lado ou para o outro e é o contrário, nós conseguimos nesse governo ter essa sinergia, ter uma agenda comum, mais do que isso, termos uma agenda política do resultado da ação do Ministério e da Agência Nacional de Águas e deste Conselho que nos coloca na centralidade do debate econômico do Governo, do debate social e essa

agenda política está ancorada numa agenda internacional, está ancorada numa agenda de saneamento, que nós temos um dever imenso de promover discussões absolutamente de natureza estratégica, está ancorada no planejamento estratégico da ANA e na sua visão sobre saneamento, sobre hidrovias, sobre sua integração com a agricultura, integração com a energia, a integração com a política de portos, mas está essencialmente deliberada e colocada como uma determinação interna para o sistema ambiental de buscar realmente os meios de convergência entre a política ambiental e a política de recursos hídricos. Não há mais espaço para divisão de espaço. O que está sendo colocado na mesa é o seguinte: senhores, vamos trabalhar como, sendo que uma vez que o Brasil é o país mais importante de meio ambiente do planeta e o mais importante de recursos hídricos. A nossa importância geopolítica não é pelo o Conselho de Segurança da ONU, não vai ser pela arma não sei de onde, tudo isso, por ser o maior produtor de boi e de pecuária do mundo. A importância geopolítica estará, no próximo século, independentemente, está nessa agenda à importância geopolítica do Brasil, do ponto de vista da agenda ambiental é estratégica, não há nenhum Fórum que vai se discutir a questão ambiental e de recursos hídricos, não há nenhum Fórum econômico nesse planeta, nenhum Fórum social, se eu for na (...), se eu for na UNESCO, que a questão ambiental não esteja na pauta. O país mais estratégico para essa discussão é o Brasil, porque somos o país que detemos o maior número de ativos ambientais e a maior importância estratégica do planeta de recursos hídricos. Então, se vamos ser a quinta economia do mundo, se temos Copa, que é uma *green* copa, agora tudo é *green*, tem o verde petróleo também na história, porque o pré-sal é verde petróleo, mas nós vamos para uma Copa, para uma Olimpíada, vamos para 2020, as metas de combate ao desmatamento, é uma década marcada pela agenda ambiental e com todo o envolvimento da agenda econômica, com a agenda com os bancos, saiu da minha agenda, eu não tenho só ambientalista, eu tenho banqueiro, industrial, todo mundo e ninguém está falando só de licenciamento, está todo mundo falando como nós vamos discutir a sustentabilidade em outro patamar e está aí um papel, uma agenda que tem que ser feita no outro patamar e temos que reconhecer que de público o trabalho do Braga, o trabalho do Bruno, o trabalho do Machado, que maldosamente, tem que fazer, mas está a agenda de hidrovias para vocês cumprirem, então, ele vai estar ano que vem, cumprindo isso. Onde ele estiver vai ter que fazer o cumprimento da agenda de hidrovias e aí sim, nós vamos ter um *step change*, uma mudança de patamar da interlocução da sinergia e da transversalidade da variável ambiental na agenda de desenvolvimento de políticas públicas e desenvolvimento sustentável desse país, caso contrário, não estamos falando para nós mesmos, estamos falando agora essa prerrogativa não é só nossa. Esse é o grande exercício, a sustentabilidade, a gestão estratégica e sustentável de recursos hídricos não é mais prerrogativa da área ambiental, nós temos que nos preparar para a interlocução política e econômica com diversos atores. E esse é um desafio que eu acho que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e que a Agência Nacional de Águas, que a Secretaria de Recursos Hídricos estão equipados e preparados do ponto de vista da institucionalidade e com a nova Diretoria, que daqui pouco vai ser novamente referenciada aqui, temos a necessidade de construir e deixar isso estruturado para o próximo governo. Não podemos terminar um governo que promoveu “n” saltos qualitativos na área de recursos hídricos sem consolidar essa visão estratégica de uma agenda que envolve uma década voltada para a questão de sustentabilidade no contexto de recursos hídricos e de meio ambiente. Então, está aí o desafio, e o Doutor Machado pode voltar. Sua quarentena é só no Natal e volte o mais rápido possível, que eu vou para a quarentena. Senhores, tenham uma boa reunião, eu vi aqui que tem uma pauta enorme, o Doutor Vicente está inquieto, porque ele quer fazer uma inversão de pauta e em nome do Ministro Carlos Minc, que está lá em Copenhagen e parece que está muito frio, eu quero em meu nome e no nome dele desejar um feliz natal e um feliz ano novo a todos e também cumprimentar a Diretoria da ANA, que sai e a Diretoria da ANA que chega, em nome dele, quando ele chegar vai estar com todos vocês, obviamente e vamos trabalhar porque tem muita coisa para fazer. Obrigada. (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do**

209 **CNRH)** – Muito obrigado, Ministra. Só aproveitando a deixa, a próxima até o Braga falando
210 do aquecimento global em Copenhagen, a próxima tem que ser, pelo menos uma (...) no semi-
211 árido brasileiro. É a desertificação, mas tem que ser do aquecimento global. Eu queria
212 agradecer as palavras e aproveitando a presença da Doutora Izabella, eu queria fazer uma
213 rápida inversão de pauta, aproveitando para prestar homenagem às pessoas que são
214 importantes para o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, que nesse momento, por razões
215 diversas, estão deixando de ter essas responsabilidades formais, muito embora todas elas
216 estarão, sem dúvida nenhuma, muito próximas daquilo que durante vários anos construíram
217 de importante para esse país. Então, antes de passar a palavra ao Doutor Machado, eu queria
218 que a Doutora Izabella, a Ministra do Meio Ambiente fizesse a entrega ao Doutor Machado de
219 uma placa, homenagem aqui deste Conselho ao Presidente da Agência Nacional de Águas
220 que, nesta reunião, tem o encerramento no próximo dia 18 do seu criterioso mandato à frente
221 da Agência, por favor, Izabella. **Sr^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra**
222 **Interina do Meio Ambiente)** – Vou ler o que está na placa: “Ao senhor José Machado,
223 Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas e membro titular do Conselho Nacional de
224 Recursos Hídricos, o nosso reconhecimento e homenagem por sua valiosa contribuição para o
225 fortalecimento do Sistema de Águas do país. Dia de 17 de dezembro”. Meu dia de sorte.
226 (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu gostaria de
227 passar a palavra ao Doutor José Machado e na sequência, prosseguiremos com as homenagens
228 justas aos demais homenageados do dia de hoje. **Sr. JOSÉ MACHADO (ANA)** – Queria
229 primeiro levantar uma questão de ordem. Esta na pauta a questão do lançamento do livro ou é
230 depois? **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – É depois. Aqui é
231 apenas a abertura. **Sr^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra Interina do**
232 **Meio Ambiente)** – Na realidade, eu tenho que sair daqui a pouco e ele está fazendo essa
233 gentileza para acomodar a minha agenda. **Sr. JOSÉ MACHADO (ANA)** – Em primeiro
234 lugar, a senhora Ministra Izabella Teixeira, prezado Vicente e Secretário de Recursos
235 Hídricos e do Ambiente Urbano e Secretário Executivo desse Conselho. Senhoras e Senhores
236 Conselheiros, meus caros amigos, colegas Diretores e servidores da Agência Nacional de
237 Águas aqui presentes, em primeiro lugar, eu quero dividir essa homenagem com o Doutor
238 Benedito Braga, meio a meio, porque ele também deixa a ANA no dia 18, é o último dia e eu
239 quero homenageá-lo em nome de todos vocês, porque o Doutor Braga vai fazer muita falta
240 para a ANA, em razão da sua larga e prestigiosa experiência nesse campo, a autoridade
241 reconhecida internacionalmente deixou sua marca no sistema e na construção da Agência
242 Nacional de Águas. Sinto-me muito honrado com essa homenagem e espero que ela se
243 traduza numa compreensão de que nada do que foi feito nesse período, nos últimos cinco anos
244 da minha atuação como Diretor Presidente da ANA teve mérito pessoal. Eu acredito que tudo
245 que foi feito foi obra de um esforço coletivo de uma coletividade que está aqui neste Plenário,
246 mas extrapola esse Plenário pelos comitês afora nesse país, pelas Agências de Águas, pelas
247 associações de usuários, pela Sociedade Civil organizada. Hoje o tema da água é um tema
248 mais visível, mais palpável e mais compreensível como estratégico para o nosso país, se
249 houve um ganho muito grande nesta última fase fomos nós todos juntos, ombro a ombro,
250 termos colocado o tema dos recursos hídricos como tema relevante. Hoje não é evidentemente
251 ocasião para se fazer balanço, mas eu tenho essa convicção de avançamos muito e também a
252 convicção de que temos muito a fazer, como a própria Ministra disse aqui. Houve uma
253 abertura de uma série de perspectivas, uma agenda enorme se abriu e temos que fazer jus a ela
254 e, portanto, as responsabilidades que pesam sobre os ombros das senhoras e senhores deste
255 Conselho, que é órgão máximo do sistema, que pesam sobre as instituições que compõem o
256 sistema e em especial sobre a Agência Nacional de Águas, que tem a responsabilidade legal
257 de coordenar esse processo, são responsabilidades muito graves e muito importantes. Eu tive
258 a oportunidade dizer lá na ANA que, deixando a instituição, eu já estou com saudades, porque
259 foi sem dúvida alguma, na minha vida pública, o lugar onde eu mais me senti mais realizado
260 como pessoa, como homem público sem detrimento das experiências que foram muito

261 valiosas para mim, mas essa experiência da ANA, pelo tema em si, pela relevância do tema,
262 pelo que ela significa para o país e para a humanidade, isso dá a cada um de nós a sensação de
263 estar fazendo uma coisa generosa, uma coisa boa, então isso é o que explica em grande
264 medida o fato de que os servidores da ANA têm uma garra, uma disponibilidade para além
265 das suas obrigações instituições e legais. E aqui, cada um de vocês, eu sinto que tem um
266 comprometimento muito grande com essa tarefa, então eu me incluo nessa comunidade, faço
267 parte dessa comunidade, que cresceu e se tornou uma comunidade influente e vai ser cada vez
268 mais influente no futuro próximo, cada vez mais influente a comunidade de recursos hídricos.
269 Quero agradecer a todos, quero agradecer ao Dalvino, ao Braga, ao Varela, meus
270 companheiros do dia-a-dia na direção da ANA. Quero cumprimentar e agradecer os futuros
271 Diretores da ANA aqui presentes, o Vicente e o Lotufo, pessoas altamente qualificadas,
272 altamente comprometidas com isso que eu estou aqui dizendo e assumo com vocês o
273 compromisso de não me afastar desse desafio. Eu estarei ombro a ombro com vocês
274 independentemente de qual vai ser meu trabalho daqui a algum tempo, então, contem comigo
275 e desejo a todos muito êxito nos próximos períodos como Conselheiros, como agentes do
276 sistema, como cidadãos. Então, senhora Ministra e companheira Izabella, sou muito grato
277 também ao Ministro Minc e a você pelo apoio que eu tive sempre quando precisei, levando
278 temas muitas vezes complicados, temas difíceis de serem resolvidos, então eu tive esse
279 amparo, tive essa cobertura e portanto, nós todos somos muito gratos como sou também muito
280 grato à Ex-Ministra Marina, que foi quem me convidou para ocupar o cargo de Diretor-
281 Presidente da ANA, então, eu quero render também as minhas homenagens a ela e esse
282 agradecimento público, enfim, estou muito feliz e quero também me associar aos
283 cumprimentos da Izabella de desejar a todos aqui um feliz Natal e profícuo, eficiente e
284 construtivo 2010. Muito Obrigado. (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário**
285 **Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Doutor José Machado, ele dividiu com Doutor
286 Braga essa homenagem, mas essa homenagem nós queremos dividir todos juntos, não só o
287 Doutor Machado, mas todo esse plenário do conselho também dividir essa homenagem com o
288 Doutor Braga muito rapidamente antes de passar a palavra a Dra. Izabella eu queria dizer a
289 vocês que conheci o Braga quando estive a frente da SANASA onde nós trabalhávamos a
290 respeito do PRODIS, mas eu fico muito contente porque nesse processo conhecemos muita
291 gente e temos vários amigos e se conquista novos amigos e eu coloco o Dr. Braga nessa
292 condição de grande amigo apesar de corintiano que eu ganhei, tive o prazer de ganhar e
293 conviver durante esse período. É o amigo não é só aquela pessoa que eventualmente você
294 frequenta a residência joga tênis junto ou futebol ou golfe. Não sei quais são seus esportes
295 preferidos, seu esporte preferido é tênis. Mas, amigo é aquela pessoa que em determinado
296 momento sente falta dela precisa ligar precisa consultar precisa ouvir a sua opinião, e eu
297 quero dizer que aprendi muito com o Doutor. Braga e quero ressaltar aqui a sua absoluta
298 integridade intelectual honestidade intelectual na defesa é das suas posições dentro da
299 Agência do Sistema Nacional então queríamos repartir aqui com todos também essa
300 homenagem ao Doutor Braga que encerra seu mandato a partir do dia 18 e pedir a Ministra
301 que também entregue a ele, vocês viram que esse cantinho vai... Entregue a ele uma justa
302 homenagem aqui representada através dessa placa Doutor Braga (palmas!). **Sr^a. IZABELLA**
303 **MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra Interina do Meio Ambiente)** – Ao senhor
304 Benedito Braga e meu amigo, ele joga tênis, Diretor da área de regulação da Agência
305 Nacional de Águas nosso reconhecimento e homenagem à sua valiosa contribuição para o
306 fortalecimento do sistema das águas no país, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente
307 Urbano do Ministério do Meio Ambiente. Então homenagem nossa. (Palmas!). Tem aqui um
308 reconhecimento público que, nós temos um temperamento às vezes parecido, e fomos
309 absolutamente construtivos em todas as negociações e quero dar um testemunho aqui público
310 da importância da ANA, mas especialmente do Braga, nas discussões, nas negociações sobre
311 o avanço do licenciamento ambiental nesse país, nas obras de infraestrutura e no que diz
312 respeito ao processo de concessão de outorgas, ele tem sido e vai continuar sendo como a

313 referência técnica que é, um amigo, um companheiro e, antes de tudo, uma voz sábia na
314 interlocução e na chamada busca de novos caminhos para aprimoramento do processo de
315 licenciamento de concessão de outorgas, então ele sempre foi a interlocução valiosíssima, em
316 nome da ANA, do Conselho, do Ministério do Meio Ambiente e todos os Fóruns do Governo
317 nas negociações que envolvem as obras de infraestrutura, concessão de outorgas e o avanço
318 do desenvolvimento nesse país. Então tem aqui no Braga a homenagem também do nosso
319 pessoal do licenciamento e tem a serenidade dele, por incrível que pareça, eu jogava tênis
320 antes, a serenidade no momento às vezes de muita tensão ser a pessoa que vinha com a voz da
321 experiência, não só do reconhecimento profissional de construirmos saídas e com isso
322 podermos contornar possíveis crises, não expondo com isso nem o sistema ambiental, nem o
323 sistema de recursos hídricos. A visão de um homem público, de um gestor público, sempre
324 preocupado com a sustentabilidade e o desenvolvimento do nosso país e comprometido com a
325 valorização de tudo, que são as nossas conquistas, nos recursos hídricos e na questão
326 ambiental e o papel de um professor da USP, que vai voltar para a USP, é isso? Mas eu vou
327 jogar tênis com você lá, me aguarde. Obrigada por tudo. (Palmas!). **Sr. BENEDITO BRAGA**
328 **(ANA)** – Se eu puder falar de pé, senhor Secretário, me permitir, senhora Ministra, minha
329 grande amiga Izabella, meu querido Diretor-Presidente Machado, Vicente, meus queridos
330 amigos, eu estou sensibilizado com esta homenagem, eu queria também dividir com o Doutor
331 Machado essa homenagem, porque é resultado, veja, a questão que a Doutora Izabella
332 colocou da competência técnica é fundamental no avanço do nosso sistema, mas é
333 fundamental também a sabedoria política que o Doutor Machado trouxe para a Agência
334 Nacional de Águas. Ele realmente é uma grande marca para o avanço do nosso sistema e eu
335 acho que nós formamos uma boa dupla, porque pude contribuir com a parte técnica, mas sem
336 a sabedoria política não há avanço e hoje eu vejo aqui esse plenário cheio, é o resultado do
337 comprometimento de todos com o avanço do sistema. Eu sou uma pessoa muito crítica, eu
338 dizia até ao Marley, comentei uma confidência, eu não sabia dessa homenagem aqui, ele
339 disse, que bom que você veio, você vai ser homenageado. Eu disse: mas como eu vou ser
340 homenageado pelo CNRH? Eu vivo metendo o pau e... Como é que é isso? Mas entendam
341 que todas as minhas críticas é para engrandecer esse conselho, que tem uma missão
342 nobilíssima, ele, como o Doutor Machado muito bem falou, é o órgão máximo do sistema e
343 como tal ele deve se comportar. Ele não pode se apequenar, ele tem que discutir as grandes
344 questões nacionais, a integração do sistema ambiental, a importância do uso múltiplo das
345 águas, o avanço do sistema de planejamento e assim por diante, então, eu não vou aqui fazer
346 discurso, porque não é o caso, eu só quero dizer que estou muito feliz e muito sensibilizado
347 com essa homenagem que recebo e me sinto um pouco mais velho, quando começamos a
348 receber homenagem é sinal que está ficando velho, mas de toda maneira, independente disso,
349 eu estou muito feliz. Muito obrigado. (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário**
350 **Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Doutor Braga e nem fez menção ao Palmeiras, ele
351 foi, como sempre, muito generoso. Eu tenho uma outra pessoa também que necessita e que é
352 necessário se fazer justiça também, prestar aqui essa homenagem, aqui nessa última reunião
353 de 2009, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu acho que todos vocês já têm notícia
354 de que está deixando a secretaria e, portanto, deixando também o Conselho por conta de
355 novos e promissores desafios, que fazem justiça também à sua carreira e toda a sua
356 contribuição para o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, o nosso Diretor de Recurso
357 Hídricos e Conselheiro do CNRH, o meu amigo também João Bosco. Então eu também
358 pediria que a nossa Ministra fizesse uma entrega de uma placa também ao Doutor João Bosco
359 nesse ato. (Palmas!). **Sr^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra Interina**
360 **do Meio Ambiente)** – Vou ler a placa. “Ao senhor João Bosco Sena, Diretor de Recursos
361 hídricos do SRHU/MMA e membro titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
362 nosso reconhecimento e homenagem, por sua valiosa contribuição para o fortalecimento do
363 Sistema de Gestão das Águas no país, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dia 17 de
364 dezembro”. Homenagem dos companheiros do Ministério, e em nome do Ministro, eu entrego

esta placa a você e tem aqui o reconhecimento nosso dos esforços, eu não convivi com o João na fase em que ele estava dedicado à elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas tinha notícias de todos os esforços que ele conduziu na época da Ministra Marina Silva para a concepção desse objetivo tão bem executado, que se reflete numa agenda internacional, que ele segue pela América do Sul, enfim, ajudando na cooperação técnica sul-sul do Brasil, a formação em outros países da metodologia e do processo desenvolvido no Brasil, além disso, temos esforços com o Aquífero Guaraní, todo um trabalho nesse próprio conselho, de interlocução política, está aqui o nosso reconhecimento, em meu nome e em nome do Ministro e em nome todo o Ministério e não sei o que vai fazer, certamente vai descansar, o que é invejável, mas sugiro que você torça para o Flamengo, que é o melhor de todos aqui, palmeirenses, corintianos, todos dançaram. **Sr. JOÃO BOSCO SENRA (MMA)** – Bom, eu confesso que estou bem emocionado. Vou até sentar para as pernas não tremerem muito. Na verdade, eu queria aqui só fazer um agradecimento. Eu queria primeiro agradecer essa homenagem, para mim é uma honra ser homenageado por esse conselho que eu prezo muito, todos aqui sabem disso, são sete anos, eu morava ali com a Marta, participamos da primeira reunião da CTIL, fui autor da primeira moção que esse conselho aprovou, antes de chegar aqui para representar o Ministério, nesse conselho eu tive essa grata satisfação de representar aqui a época os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, aqui nesse conselho. E eu queria também dividir essa homenagem com servidores da SRHU, a equipe que sempre vestiu a camisa, dedicada, que nunca mediu esforços para os trabalhos e para fazer com que a política de gestão de recursos hídricos nesse país pudesse avançar. Em 2002, eu era Secretário Nacional de Meio Ambiente do PT, em nível nacional e coordenei junto com outras pessoas a elaboração do programa de governo do Presidente Lula, o programa ambiental e hoje eu saio com aquela sensação de dever cumprido, porque vejo que nós conseguimos, para além do programa que foi estabelecido, avançar muito mais. E então, eu já disse para a minha equipe aqui, uma vez fazendo planejamento estratégico, o moderador dizia o seguinte: quando nós vamos fazer um planejamento, tem várias maneiras, mas uma das hipóteses é nós imaginarmos que a fotografia que queremos colocar na parede da nossa casa e que traz boas lembranças. Aí eu digo para a equipe que eu saio daqui com álbuns de fotografias, que são muitas fotografias, muitas conquistas que a secretaria, Ministério e o Governo faz-me sentir honrado de ter participado deste Governo. Então, eu queria agradecer a Deus, como cristão, agradecer a Deus essa oportunidade que ele me deu de poder dar a minha contribuição à vida pública mais esse tempo. Eu queria agradecer ao Presidente Lula, que aceitou na sua equipe e de participar de um Governo revolucionário, um governo que avançou e mudou a vida desse país, e principalmente a vida dos mais pobres, isso foi uma orientação que me fez participar deste Governo, era o compromisso com a causa dos mais pobres reduzindo a pobreza. Queria agradecer a Ministra Marina Silva, grande amiga companheira, que me convidou a participar dessa tarefa e possibilitar contribuir nesses avanços aqui já citados pelo José Machado e pelo Braga e que todos conhecem e dar mais alguns passos no avanço da política das águas no país. Queria agradecer também ao Ministro Minc, ao Secretário Zica, Secretário Vicente Andreu, pela confiança de me manter na equipe, de renovar o convite a participar e queria agradecer aqui a pessoa do José Machado, a toda equipe da ANA, que sempre foi muito companheira e participou, dando todo apoio aos trabalhos da secretaria e do departamento e aos Conselheiros e Conselheiras, ao pessoal das Câmaras Técnicas, que eu tive muito prazer, aprendi muito a cada momento, a cada reunião, a cada convivência de temas e discussões sempre foi uma escola para mim e foi um grande prazer, que esses frutos e essas conquistas, isso que faz com que o Brasil hoje seja uma referência em nível internacional, à Política das Águas se soma muito desse trabalho, desses Conselheiros, desses técnicos das Câmaras Técnicas, das pessoas que participam e que constroem esse diferencial e esse jeito de fazer política pública no consenso, no debate, na discussão e que faz com que nós nos orgulhemos do nosso país. E como a Ministra disse aqui, foram várias conquistas e algumas são muito importantes e eu acho que têm alguns desafios que ficam para este Conselho. Com a

417 elaboração do Plano Nacional de Combate à Desertificação, um grande avanço para o Brasil,
418 o projeto Aquífero Guarani, águas subterrâneas, que subiu à superfície e até hoje temos o
419 programa de águas subterrâneas, que construiu bastante esse tema. O tema da educação
420 ambiental na área de recursos hídricos. Temos hoje um trabalho excelente junto com os
421 Comitês de Bacias e os órgãos gestores, então, foram vários temas, os estados que avançaram
422 nas suas políticas, nos seus planos então. Fazer parte desse momento de avanço geral por todo
423 o país e todo o sistema, os comitês, os consórcios, os órgãos da universidade, que hoje
424 fazendo um retrospecto há sete anos, quanto de cursos nós temos hoje de capacitação no tema
425 da água, mostra como que ela assumiu a agenda efetivamente e temos aí um grande desafio
426 que esse conselho vai ter que é a primeira revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
427 Então, o Conselho que contribuiu na sua elaboração e na sua aprovação e também na sua
428 implementação, já que são três anos de implementação e que tem muitos avanços no seu
429 processo de implementação e, sem dúvida nenhuma, a próxima reunião do ano que vem com
430 o CGO vai ser a apresentação dos resultados dos trabalhos e vai dar esse diferencial, o que
431 tem feito o Brasil ser esse espaço de destaque, não por elaborar um plano, mas por colocá-lo
432 em prática. Eu acho que esse é o grande diferencial e isso que contribuiu para uma agenda em
433 nível nacional. Por fim, desejar a todos um feliz Natal um 2010 saudável e sustentável e
434 desejar sucesso ao José Machado, ao Braga que sai, ao Vicente e ao Lotufo que assume a
435 Direção da ANA e a todos vocês, dizer que saio aqui do espaço público, mas vou continuar
436 sempre presente, porque esse é o meu compromisso com a causa ambiental. Muito obrigado e
437 um grande abraço. (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** –
438 Também queria em nome de todos os servidores da Secretaria agradecer novamente, eu sei o
439 quanto você é querido por todos e todas e agradecer a paciência que você teve comigo esse
440 um ano e meio e desejar todo o sucesso que você merece. Obrigado João. Eu passo agora a
441 palavra a Ministra Izabella Teixeira. **Sr^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**
442 **(Ministra Interina do Meio Ambiente)** – Na realidade, podemos encerrar essa primeira fase
443 e voltar à pauta normalmente. Eu não sei, acho que seria interessante tirar uma foto com os
444 homenageados, com as placas, com o Conselho, isso os homenageados, não comigo. Talvez,
445 Machado, os três aqui, pedir à nossa curiosa fotógrafa, que fica passando lá e fotografa cada
446 coisa “infotografável”, como falaria o português, não revelado e é jornalista o que é mais
447 grave. É um marco da gestão de recursos hídricos desse governo. (Palmas!). É o registro de
448 uma gestão, é importante isso. Vou pedir desculpas aos senhores, mas, eu adoraria ficar aqui
449 que é bem mais tranquilo pela pauta que eu vi, mas eu tenho uma agenda bastante
450 complicada, estou fazendo a agenda do Ministro e a minha, se ela deixasse de existir seria
451 ótimo, mas ela não deixa. Mais uma vez, eu quero agradecer a todos, reiterar os meus votos
452 de feliz natal e feliz ano novo, vamos nos preparar para 2010 e as falas dos três
453 homenageados retrata o que nós temos o ano que vem com eles, como parceiros de trabalho.
454 Muito obrigada a todos em meu nome e do Ministro Carlos Minc, parabéns pelas conquistas.
455 Temos muitos problemas, mas todos serão superados e tenho certeza que essa é uma pauta
456 rica na agenda de recursos hídricos, que é fruto e resultado dos esforços dos senhores, sobre a
457 liderança da Ministra Marina Silva, mas sobre a liderança maior do Presidente Lula e agora
458 do Ministro Carlos Minc. Então vamos seguindo em frente porque ainda temos muito trabalho
459 em 2010, muita coisa e se Deus quiser ainda teremos mais trabalho a partir de 2011. Um bom
460 natal um ano novo e uma excelente reunião, senhor Secretário. (...) (Palmas!). **Sr. VICENTE**
461 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Pediria que o Doutor José Machado ficasse à
462 Mesa, por favor. E agora, de forma obediente aqui seguir esse roteiro à prova de corintianos.
463 Se um corintiano lê o roteiro e não comete erro, fica tudo mais tranquilo. Então, eu queria
464 informar que todos os Conselheiros e Conselheiras receberam as justas homenagens que estão
465 sendo prestadas, até por alguns Conselheiros já adiantaram, pois precisam sair. Vou dar
466 prosseguimento, muito embora sejam bastante justos os cumprimentos que estão sendo
467 prestados. Todos os Conselheiros e Conselheiras receberam uma consulta de temas
468 prioritários para 2010. Houve várias respostas e esse material foi distribuído e eu devo

informar que a tabela com os temas do CNRH apresentados para o ano 2010, que será apreciado como item quarto da pauta proposta poderia ser preenchida desde já pelos Conselheiros e Conselheiras, atendendo o grau de prioridade que cada um desejar oferecer aos temas por Câmara Técnica e entregar material à equipe da Secretaria Executiva até as 12h30min, de tal forma que logo depois do almoço, quando esse tema retornar à pauta, nós possamos fazer a consolidação das informações que foram prestadas. É o mesmo mecanismo que fizemos no começo desse ano de 2009, fruto de uma contribuição prestada pelas oficinas de Câmaras Técnicas realizadas no final do ano, no sentido de oferecer às Câmaras Técnicas uma agenda prioritária de resoluções para o exercício seguinte. O item, preciso registrar, não caráter deliberativo, mas sim orientador e por isso ele não foi encaminhado anteriormente juntamente com os documentos da reunião, conforme determina o Regimento deste Conselho. (Intervenção fora do microfone). Chegaram diversas sugestões e a equipe da Secretaria então, a partir do tema proposto por cada um dos Conselheiros e Conselheiras fez então a locação da sugestão em relação às Câmaras Técnicas. Então nem todas as Câmaras Técnicas, por essa distribuição que foi feita, recebeu contribuição. E isso não significa que as Câmaras Técnicas não tenham a sua agenda própria construída no exercício passado, mas nós estaríamos aqui definindo as novas prioridades para as Câmaras Técnicas para as quais foram sugeridas novas propostas de resoluções. Não há necessidade de identificação, é apenas uma contribuição e informo que deve votar apenas o Conselheiro titular e, na sua ausência, o Conselheiro suplente que o representa, mas que não haja o voto se tivermos um Conselheiro titular e suplente, apenas o voto de um deles é que deve ser considerado. Eu queria nesse momento, e aproveitando a presença do Doutor José Machado, passar ao item seguinte dessa nova pré-abertura formal da reunião, que é o lançamento do livro: “ANA, ano dez”. Alusiva aos dez anos da implantação da Agência Nacional de Águas e também a assinatura do edital de lançamento da terceira edição do prêmio ANA. O prêmio ANA tem por finalidade reconhecer o mérito de iniciativa do indivíduo e da sociedade de empresas do poder público e de organizações de bacias hidrográficas, que se destacam pela excelência de sua contribuição para gestão e uso sustentável de recursos hídricos no país, promovendo o combate à poluição e ao desperdício de água e apontando caminhos para assegurar a água de boa qualidade em quantidade suficiente para o desenvolvimento da atual geração e das gerações futuras. Eu passo agora, então, a palavra ao Doutor José Machado para o lançamento do livro ANA e também pra a assinatura do edital de lançamento da terceira edição do prêmio ANA. Por favor, Doutor José Machado. **Sr. JOSÉ MACHADO (ANA)** – Bem, antes de mais nada, eu queria cumprimentar o João Bosco Serra, grande amigo e companheiro, desejar a ele também muito sucesso na sua jornada futura. Ele que deu uma contribuição inestimável para a nossa política de águas. Parabéns João. Bem, eu vou ler aqui um pequeno texto de menos de uma lauda, preparada aí pela nossa assessoria, um pouco para dizer do que estamos fazendo aqui em relação a esse tema. ANA ano dez. É com satisfação que a agência nacional de águas dá início as comemorações do seu décimo ano de atividades, com lançamento de um selo alusivo que deverá ser utilizado nas comunicações e documentos da ANA ao longo de 2010 e de uma publicação que apresenta informações gerais sobre os trabalhos da agência e sobre as regiões hidrográficas brasileiras. Mais do que uma edição comemorativa o presente trabalho ressalta a enorme responsabilidade dos órgãos públicos do país que se ocupam dos recursos hídricos, chamando a atenção para a importância e para a beleza do extraordinário acervo hídrico brasileiro, que se traduz nos impressionantes registros fotográficos de Ricardo (...) Cavalcante, Rui Faquini e Bento Viana, que juntamente com suas equipes percorreram o país registrando as paisagens e os cenários mais representativos de suas regiões hidrográficas. Os exemplares tão logo disponíveis serão distribuídos aos Conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, autoridades do Governo Federal e das Unidades da Federação, além de Parlamentares e Institutos de Ensino e Pesquisa. O selo é este. E ele foi criado a partir de dois elementos da natureza: água e metal. Água: recurso natural cujo uso sustentável é parte da missão da ANA. Metal: a cor metálica confere ao selo um caráter comemorativo e nobre.

Semiótica: os aspectos semióticos das águas estão presentes nas palavras “ano dez” por conta de sua forma e textura que se sobressai em um fundo azul. Compõem o símbolo ainda as linhas finas que forçam a característica dinâmica desse elemento. A composição faz sobre o retângulo metálico e abaixo dele está o nome por extenso, ANA - Dois mil e dez. Agência Nacional de Águas. Então, nós estamos lançando o selo aqui nesse momento e ao mesmo tempo o livro, que é este aqui, que estará (Palmas!) sendo distribuído aos senhores pelos correios, muito em breve. E eu gostaria de entregar este exemplar ao Secretário Nacional de Recurso Hídricos do Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Secretário Executivo deste Conselho e futuro Diretor da Agência Nacional de Águas. (Palmas!). Depois eu farei a dedicatória, agora eu não teria toda a inspiração, já que estamos aqui nesse... E faço aqui a assinatura de uma Portaria, talvez uma das últimas Portarias que assinarei como Diretor-Presidente da ANA, fazendo, então, o lançamento do edital do Prêmio ANA, conforme foi descrito a relevância desse prêmio, é um prêmio novo, que foi instituído em 2006 e que será no próximo ano 2010 materializado na sua terceira edição. Então nós gostaríamos muito de ter o apoio do Conselho para este prêmio, no sentido que façamos dessa premiação sempre um momento de grande convergência de perspectivas, enfim, de reconhecimento pelas boas práticas no uso eficiente da água no nosso país. Então, eu vou assinar a Portaria, sinalizando portanto, esse momento solene. Assinado. (Palmas!) Feitos esses atos, eu peço licença para me retirar da mesa e ir para o Plenário, como Conselheiro, mais uma vez dando um grande abraço a todos e meus agradecimentos. Muito obrigado. (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. É um momento histórico, sem dúvida, e bastante emocionante, mas a sua presença é constante, José Machado, e vai sem dúvida nenhuma manter iluminada os nossos caminhos na discussão desse importante tema da água no Brasil. Eu queria passar ao ponto seguinte, que é a entrega oficial dos estudos para a formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, acompanhados da solicitação encaminhada a este Conselho Nacional para criação do comitê. Eu gostaria de chamar à mesa os Conselheiros e Conselheiras Rosa Maria Mancini, Carlos Alencastre e Luiza de Marilac para fazer a entrega e também o uso da palavra nesse momento. Por favor. **Sr^a. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINI (CERH-SP)** – Achei que fosse uma coisa com menor formalidade, Secretário. Bom dia a todos. Nós solicitamos, eu, Carlão, na qualidade de Conselheiros e estendendo à Luiza de Marilac, solicitamos um espaçozinho na reunião, um tempinho na reunião, justamente para, na verdade, nós estamos comemorando e muito felizes por estar tendo a honra de entregar essa justificativa circunstanciada atendendo a Resolução 5, do Conselho Nacional, para dar início ao processo de formalização de criação do comitê do Rio Grande. O Carlão e a Luiza vão dar os detalhes aqui. A minha função só é mostrar que foi um processo longo, são oito anos, o Carlão pode detalhar depois essa questão, sendo que nesses últimos dois ou três anos tomou pulso, ritmo e conseguimos finalmente criar as bases para oficializar e formalizar a essa criação. É um comitê, acho que é o primeiro caso no Brasil de um comitê que une catorze outros comitês. Todo o território da Bacia do Rio Grande é totalmente formado por comitê de Bacia. Oito na parte mineira, seis na parte paulista e é um mosaico de situações que, com a criação comitê do Rio Grande, nós conseguimos ter compromissos entre as partes e, de fato, se chegar a uma gestão integrada. Então é um prazer muito grande entregar, foi um trabalho árduo que nós, no Governo do Estado de São Paulo, pelo Governo de Minas e o Carlão na qualidade de coordenador dos comitês, conseguimos integrar e compartilhar as atividades, dividir atribuições e com esforço próprio e muita participação da sociedade, nós conseguimos chegar aos quatro volumes. O Edinaldo não vai gostar muito, porque ele falou para não encadernar, mas não tinha como não trazer encadernado. Está aqui e temos o prazer de entregar e oficializar aqui para o Secretário. Passo para o Carlão e na sequência, para a Luíza. **Sr. CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (comitês, consórcios e associações intermunicipais das bacias hidrográficas)** – Bom dia a todos. Só alguns dados sobre a Bacia. O Rio Grande é um rio que divide São Paulo e Minas Gerais, a extensão dessa

573 Bacia é 143 mil quilômetros quadrados e nós temos 93 municípios instalados, com parte de
574 área ou com área total dentro da Bacia. Uma população estimada em 8 milhões de habitantes.
575 O último censo de 2000 acusou uma população de 7 milhões e 700 mil e hoje eu acho que já
576 passamos dos 8 milhões de pessoas. Tem uma grande capacidade de produção de energia
577 elétrica. São em torno de 8% da produção instalada no país, sendo 16 hidrelétricas e num
578 total, e todas as produtoras de energia, de 71 unidades lá instaladas. Nós começamos esse
579 processo de articulação já em 2001, durante o Terceiro Fórum de Comitês que se realizou em
580 Belo Horizonte, onde houve uma conversa entre os comitês lá, e por isso que são importantes
581 essas reuniões de encontros do Fórum, que podemos estar trocando idéias e desde então nós
582 viemos promovendo várias reuniões, já em 2001, a Agência Nacional de Águas começou a
583 acompanhar esse processo, sempre nos deu apoio, sem intervir, mas dando suporte técnico e
584 tudo que estávamos precisando para essas conversas. Em 2006, nós contratamos o IPT –
585 Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo, que realizou um diagnóstico. Esse
586 diagnóstico foi entregue em 2008, nós tínhamos toda a parte técnica do levantamento da
587 Bacia, todos os comitês lá instalados e articulados e querendo promover, então, a
588 continuidade dessa questão e a instalação então de um comitê que abrangesse toda Bacia e
589 depois, já em 2009, houve a assinatura pelo Secretário José Carlos Carvalho, do lado mineiro
590 e Xico Graziano, do lado de São Paulo, da resolução conjunta. Então os dois Estados dando
591 apoio integral à SRHU e a ANA presente também, o Doutor Paulo Varela presente nessa
592 assinatura, então, a partir dessa assinatura, oficialmente, houve o desenvolvimento de toda a
593 documentação cumprindo a Resolução número 5, conforme a Rosa já acrescentou. Bom,
594 tendo essa justificativa circunstanciada, o diagnóstico e toda essa documentação, nós
595 realizamos o último seminário em Ribeirão Preto, que é a maior cidade da Bacia, agora em
596 outubro e concluímos, então, todo esse processo de documentos, de articulações e tudo que
597 precisava para ser encaminhado aqui ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Passo
598 então à Luiza para concluir. **Sr. LUIZA DE MARILAC (IGAM-MG)**- Bom dia a todos. Só
599 ressaltando o que a Rosa disse, a Bacia do Rio Grande está toda organizada pela gestão de
600 Recursos Hídricos. São catorze comitês, oito em Minas Gerais e seis em São Paulo, muitos
601 desses comitês já foram instalados na década de 90, já possuem vários instrumentos de gestão
602 implementados ou em fase de implementação. Nós avaliamos que é uma característica, é um
603 diferencial, inclusive, muito significativo dentre esses outros comitês de domínio da União,
604 que foram aí instalados no país. Então, um clima aí todo favorável para potencializar a
605 integração da gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Grande. Uma motivação muito
606 grande foi um movimento que partiu também dos Comitês de Bacias, Órgãos Gestores,
607 Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas, a SRHU, participantes
608 em todo o processo. Temos aqui um balanço das adesões muito positivo, perfazendo um total
609 de 365 entidades da Sociedade Civil, usuários, o poder público municipal, destacando a
610 significativa adesão do poder público municipal no Estado de São Paulo, usuários também,
611 Sociedade Civil também em Minas Gerais e usuários também em Minas Gerais, enfim, um
612 balanço bastante positivo dessas adesões que estão sendo entregues aqui à Secretaria
613 Executiva. Temos a convicção que foi feito um bom trabalho, um trabalho bem coletivo e
614 ficamos aguardando a decisão desse Conselho, numa próxima reunião, para a instituição desse
615 comitê de integração da Bacia do Rio Grande. Obrigado. **Sr. VICENTE ANDREU**
616 **(Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. Patrícia. É sobre este tema? Por favor,
617 Patrícia. **Sr. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (Indústrias)** – Bom dia a todos.
618 Aproveitando aí a oportunidade da criação do comitê do Grande, a oportunidade de uma
619 reunião, a última do ano, que confere certa necessidade de reflexões, é uma época de balanços
620 e também a questão de eu estar representando aqui uma instituição que é a Federação da
621 Indústria do Estado de Minas Gerais, que a Luiza de Marilac é testemunha viva que é uma das
622 instituições que mais tem cooperado com o fortalecimento do sistema de gestão dos recursos
623 hídricos, seja em Minas Gerais e seja também aqui na questão nacional. Desde 97, assim que
624 saiu a lei, o Conselho de Empresários de Meio Ambiente me convidou, na época, e estou no

625 Conselho de Empresários do Meio Ambiente desde então, para poder fortalecer esse sistema,
626 que era um sistema que a indústria acreditava, apostava nele e dava todo o seu empenho.
627 Inclusive a Federação foi uma das primeiras Federações do país que colocou um documento
628 público dizendo que era a favor da cobrança pelo uso da água e hoje nós temos representantes
629 em todas as trinta e tantas unidades em Minas, 36 unidades em Minas. Fazemos uma rede,
630 enfim, nós falamos a favor do sistema. Entretanto a criação do comitê do Grande nos enseja
631 as seguintes reflexões e inclusive, Vicente, quando falamos da questão de pauta prioritária.
632 Uma das primeiras reflexões é que estamos falando em comitê que integra e nós temos uma
633 Resolução número 5 que não diz nada disso. É preciso uma revisão e acho muito estranho que
634 quem priorizou nem sequer... Tem temas aqui que não são da alçada do Conselho, como
635 mexer com áreas de preservação permanente, priorizado, e não tem tema como é esse da
636 revisão da Resolução 5. Se nós queremos criar um comitê de integração que não existe na lei,
637 nós temos que ter isso regulamentado nesse Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
638 inclusive com a diferenciação criteriosa de papéis. Qual é o papel desse comitê de integração
639 e qual é o papel dos comitês do Estado? Só assim que pode funcionar, não adianta ser só
640 membro de comitê de Estado, representado em comitê de rios de domínio da União, se o
641 papel dos dois é o mesmo. São os mesmos papéis que vão representar? Eu acho complicado
642 nós termos esse avanço, que é um avanço, sem ter respaldado numa regra de funcionamento
643 específica para esse papel. Nós estamos fazendo isso lá no Doce e nós sentimos a
644 necessidade, mas eu acho que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, antes, deve
645 efetivamente regulamentar o tema, até para poder sair o comitê do Grande com a verdadeira
646 face que ele deve sair. Esse é um ponto. Nessa regulamentação, eu acho que precisamos então
647 de estudar também, com bastante cuidado e interesse, dois aspectos na questão do Grande. A
648 primeira, o usuário da calha, porque não se fala nisso, quer dizer, quem é o grupo e representa
649 os usuários da calha do rio principal? Nós precisamos disso. O segundo ponto é: se nós não
650 deveríamos estar trabalhando onde realmente há problemas de conflito, não seria importante
651 começar paulatinamente esse processo? Então, dito isso, a FIEMG assinou, a Luiza sabe
652 disso, nós assinamos, achamos que a discussão é pertinente e tem que começar e estamos aqui
653 só pondo um ponto de como ela deve começar, para que tenhamos um final duradouro e
654 sustentável para essa questão. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)**
655 – Obrigado, Patrícia. Eu cometi essa gentileza, vou fazer também ao João Clímaco, agora, não
656 está aberto à discussão a entrega, está havendo comentários e isso, na fala do João Clímaco,
657 vou encerrar com relação a esses comentários e devolver à Mesa, se vocês quiserem fazer
658 rapidamente algum comentário e depois seguir o restante da pauta. Então, João Clímaco, por
659 favor, a palavra. E como nós estamos ligeiramente atrasados, se puder, seja bastante breve.
660 **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Bom dia a todos. Numa
661 manhã tão emocionante, nós também não podemos deixar de cumprimentar a Mesa em nome
662 da pessoa da Luíza de Marilac e da Rosa, que são duas mulheres que eu conheço há algum
663 tempo, sobretudo a Luíza de Marilac, que sempre teve um histórico de muita competência e
664 sempre teve um relacionamento muito produtivo e cordial, e respeitoso com movimentos
665 sociais e organização civil de Minas e eu queria deixar aqui o meu registro e meus parabéns
666 pelo esforço, você como membro dessa equipe e fazer esse registro especial de que nem
667 sempre... É sempre bom ver a altivez e a competência sem perder a ternura. Eu fico muito
668 feliz que você tenha conseguido chegar aonde chegou e aproveitando, Secretário, agradecendo
669 a oportunidade, pedir, porque nos próximos trabalhos que formos fazer no próximo ano, nós
670 recuperemos todos os pedidos de processos de Comitê de Bacia que existem, que estão ou na
671 ANA, ou em processos aqui na SRHU e que nós tenhamos uma sistematização desses
672 processos e estejam encaminhados às instâncias dos conselhos, porque eu recebo muita
673 solicitação de processos que estão aqui, ou que não foi, e que às vezes têm pertinência, às
674 vezes não têm. E o Conselho se mostrou insuficiente para darmos a resposta à população que
675 se mobilizou para terem esses comitês. Como essa equipe é muito competente e tem o poder
676 político de persuasão muito forte, chegou ao que chegou, mas eu acho que esse trabalho deve

677 ser sistematizado no Conselho e este ter uma diretiva sobre isso, que queria deixar isso,
678 sobretudo ao futuro Secretário, para que nós não sejamos surpreendidos só com fatos isolados
679 que dependem muito mais da competência da pessoa do que de um trabalho organizado do
680 Conselho. Agradecendo a oportunidade. Muito obrigado. **Sr. VICENTE ANDREU**
681 **(Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, João Clímaco. Passo para o
682 encerramento à Conselheira Rosa Mancini. **Sr.^a. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO**
683 **MANCINI (CERH-SP)** – Quero agradecer então o nosso tempo. Nós nos colocamos à
684 disposição, tanto da CTIL, da equipe da SRHU, para o processo de análise dessa
685 documentação, assim como da ANA, que os documentos agora são repartidos. Uma parte
686 agora vai para cada uma das instituições. E estamos sempre à disposição para qualquer
687 dúvida. E eu não posso deixar de cumprimentar aqueles que estão chegando na Direção da
688 ANA, aqueles que vão passar a assumir a Direção da SRHU, e agradecer demais o trabalho de
689 todos, do Machado, que acabou de sair, do Braga e do João Bosco em especial, que deixou
690 este Conselho com tanto peso, que teve a marca super-profunda de fazer esse Plano Nacional,
691 que é a grande marca desse Brasil para a gestão de recursos hídricos. Obrigada a todos e bem-
692 vindos àqueles que chegam. Feliz Natal, feliz ano novo e sucesso na presidência da ANA.
693 (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Fim dessa
694 primeira etapa. Eu queria declarar aberta a sessão e dar início aos trabalhos e convidar para
695 compor a Mesa o senhor Marley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao Conselho, que
696 auxiliará na condução dos trabalhos. Informo que a agenda do dia consta da pauta
697 encaminhada anteriormente aos Conselheiros. Por favor, Marley. Por favor, verificar o
698 quórum do Plenário. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao**
699 **CNRH)** – Senhor Secretário, informo que temos quórum. Há a presença de quase quarenta
700 Conselheiros. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito
701 obrigado. Agradeço o quórum verificado nessa etapa do ano, solicitar que o mesmo seja
702 mantido até o final da reunião. Solicitar ao senhor Marley Caetano de Mendonça que leia os
703 informes e procedimentos regimentais. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**
704 **(Gerente de apoio ao CNRH)** – Informes: Intervenções não serão permitidas durante a
705 apresentação de matéria, ficando facultada a cada Conselheiro que estiver com a palavra,
706 concedê-la ou não. Encerradas as discussões, a matéria está submetida ao Plenário para
707 votação. Durante o processo de votação, não será concedida a palavra para novos
708 pronunciamentos e nem pedidos de vista e apartes. A matéria será declarada aprovada ou
709 rejeitada pela maioria simples dos membros presentes, metade mais um dos votos dos
710 Conselheiros que se encontram presentes no momento de votação. Procedimentos: Somente
711 terão direito a voto os Conselheiros titulares. Os Conselheiros Suplentes com direito a voto
712 são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes, os Conselheiros suplentes terão
713 direito à voz. O relator de cada matéria deverá fazer uso da palavra por dez minutos para
714 apresentá-la ao Plenário com as suas respectivas justificativas. Após a apresentação das
715 matérias serão abertas as inscrições para os Conselheiros que quiseram se manifestar sobre o
716 assunto. Os Conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição. Farão uso da
717 palavra por três minutos, devendo todos se ater exclusivamente ao assunto em discussão. **Sr.**
718 **VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu ressalto a importância de
719 serem respeitados os tempos determinados para apresentação da matéria e três minutos para a
720 discussão. No caso das apresentações que ocorrerão na parte final da reunião serão
721 concedidos vinte minutos. Solicito agora ao senhor Marley Caetano de Mendonça que
722 proceda à leitura dos novos Conselheiros que nesta reunião tomam posse. **Sr. MÁRLEY**
723 **CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Temos a posse de uma nova
724 Conselheira, a Confederação Nacional da Indústria – CNI, indicou a senhora Grace Nogueira
725 Dalla Pria Pereira, como Conselheira titular. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário**
726 **Executivo do CNRH)** – Declaro empossada a nova Conselheira, em nome de todo Conselho
727 saudá-la e lembrá-la da importância da efetiva participação nas ações do Conselho Nacional,
728 visando à melhor gestão dos recursos hídricos brasileiros. E agradeço também aos trabalhos

realizados pelo Conselheiro que ora foi substituído. Pergunto ao Plenário se existe alguma matéria de urgência, ou alguma matéria a ser retirada de pauta? Não havendo, solicito ao senhor Marley Caetano de Mendonça que leia então a ordem do dia desta nossa reunião. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Há a necessidade de retirada de um item de pauta, o item 5.1, que é a previsão de apresentação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas. A Conselheira Jane Freitas de Goes Crespo nos comunicou sobre a impossibilidade de comparecer à reunião do Conselho. Ela tentou encaminhar outra pessoa, o Secretário Executivo Daniel, no entanto, por problemas de disponibilidade de vagas no avião, não conseguiu vir a Brasília. Por isso não poderemos ter a apresentação do 5.1, que é relativamente ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. Com a retirada desse item 5.1 de pauta, eu solicito ao Marley que faça a leitura da nova ordem do dia. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – O segmento tem interesse em que esse tema, que o item 4 da pauta, do qual o senhor se referiu anteriormente tenha uma atenção maior a partir da primeira sessão das atividades do Conselho no ano de 2010, tendo em vista que teremos outro cenário político de novos quadros e diretivos e tudo mais e porque nós entendemos que não foi possível ter mais consistência de volume, esse quadro de referências para a pauta do Conselho de 2010. Além disso, nós temos dúvida quando temos uma situação que quando se define pauta de 2010, sem ser de Resolução ou simplesmente por uma aprovação do Conselho, sem ser por Resolução ou outro normativo, para alguns Presidentes de Câmara Técnica, esse fato fica como estabelecido, como aprovado pelo Conselho, quando na verdade não é uma Resolução ou uma normativa diretiva do próprio Conselho. Outros Presidentes de Câmaras Técnicas, por sua vez, são mais flexíveis, dessa forma teríamos que ver melhor para evitar deixar, tirar esse ponto da avaliação de temas prioritários e deixar para a próxima direção da Secretaria de Recursos Hídricos e da Secretaria do Conselho no próximo ano. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** - Na verdade, Conselheiro, vamos ver se a redação permite realmente essa interpretação (dúbia), mas deixar bastante claro em relação aos procedimentos e o que já foi feito é praxe no Conselho e, inclusive, foi feito anteriormente. Na verdade, aqui nesse momento, é a síntese desse questionário que foi apresentado e que vai compor a proposta de temas prioritários, que como foi alertado aqui no início dessa reunião, e também já o foi feito na reunião do Conselho passada, não é deliberativo, mas é orientativo para que as Câmaras Técnicas priorizem as Resoluções ora recomendadas. Se nós deixarmos essa agenda para depois da reunião do Conselho, evidentemente, nós vamos sacrificar as primeiras reuniões das Câmaras Técnicas que elas possam se preparar para cumprir essas Resoluções. Então, não se trata de composição da pauta do Conselho em 2010, como a redação breve aqui permite, mas como foi dito, a composição de temas prioritários a serem apresentadas para as Câmaras Técnicas para que elas produzam essas Resoluções a serem apresentadas ao longo de 2010, para o Conselho Nacional. Espero ter ajudado. Não é definição de pauta no sentido em que você mencionou que a interpretação aqui possa permitir, não é isso. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Eu fico feliz que o senhor tenha entendido esse caráter dúbio da proposta, contudo, para nós que estamos no dia-a-dia nas Câmaras, estamos vendo que alguns encaminhamentos e Presidentes de Câmaras têm atado a possibilidade e a criatividade do trabalho dos Conselheiros, de modo que, da forma como está, não vai dar uma consistência, uma certeza de que nós... Fere um pouco a independência, tanto do próximo gestor do Conselho, do próximo Secretário do Conselho, como também a nós. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Não foi esse o entendimento, eu agradeço, João Bosco, vou solicitar ao Plenário que nos ajude na solução desse encaminhamento. Se eu entendi, o Conselheiro João Bosco está pedindo para que isso seja suprimido da pauta e que volte só na próxima reunião. Perdão. João Clímaco e não João Bosco. Eu sei que é também da Mesa, eu vou encaminhar sumariamente a votação se esse item... (intervenções fora do microfone). O Marley está me colocando uma questão, que é de natureza regimental, que só

pode solicitar a retirada da pauta, quem é o autor da matéria e, no caso, o autor da matéria é a própria Secretaria Executiva. Então, regimentalmente, a retirada de pauta não é possível. Eu gostaria de ter uma sensibilidade, se vocês Conselheiros e Conselheiras me permitem, se essa manifestação feita pelo João Clímaco é uma posição majoritária do Plenário como Conselheiro Executivo, tenho todas as condições de acatar a posição do Plenário e fazer a retirada. Se o entendimento do Plenário for diferente, nós não faremos a retirada como prevê o Regimento. Então de forma sumária, eu vou encaminhar à votação. A Secretaria Executiva mantém esse item na pauta conforme o entendimento e o que já foi orientado por esse Conselho ao longo deste ano, que é orientativo de pautas prioritárias as Câmaras Técnicas e nós encaminhamos pela manutenção da pauta e o Conselheiro João Clímaco pela retirada da pauta. É uma aferição, é uma votação de aferição, ela não tem o caráter de Resolução, mas o resultado da Plenária será acatado pela Secretaria Executiva, seja de mantê-lo, seja de retirar de pauta, como é quem tem a proposição. Está entendido pelo Plenário? Alguma dúvida? **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Já que há solicitação de que o plenário vote a respeito disso, eu acho que teria que ter uma defesa da manutenção da proposta na pauta. Daí, acho que o João Bosco já se manifestou nesse sentido e queria ver se ele realmente quer fazer isso. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – O Plenário acha necessário? Aqueles que acham necessária uma intervenção, por favor, levantem o crachá. Aqueles que acham que não é necessária a intervenção, por favor, levantem seus crachás. Abstenções? Muito obrigado. Apesar da contribuição, eu agradeço, mas acredito que o Plenário está esclarecido. Em regime de votação, a proposta número 1 é a manutenção desse item na pauta, como defendido pela Secretaria Executiva e a proposta número 2 é a retirada desse item da pauta, como manifestado pelo Conselheiro João Clímaco. Conselheiros e Conselheiras que votam pela proposta 1, manutenção do item na pauta, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado, agradeço, podem abaixar. Os Conselheiros que solicitam a sua retirada de pauta, conforme o Conselheiro João Clímaco, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado, podem abaixar. Abstenções? Então, por ampla maioria o item está mantido na pauta, portanto a Secretaria não fará a sua retirada. Está retirado apenas da pauta o item a 5.1, que foi o próprio proponente, a Conselheira Jana de Freitas, que fez a proposta de inclusão e solicitou a sua retirada. Por favor, Marley, a nova ordem do dia. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Abertura, item 1 - aprovação da ata da 26ª Reunião Extraordinária do CNRH; 2 – (*Leitura da pauta*). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. Então, damos início aqui ao item 1 da pauta, que é submeter ao Plenário a aprovação da Ata da 26ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional. Informo que a Ata foi encaminhada anteriormente, composta por dois documentos, a ata que corresponde à degravação da reunião e anexo 1, os resumos dos encaminhamentos da reunião passada. Consulto algum Conselheiro ou Conselheira se tem alguma sugestão de alteração da ata anterior? Em não havendo, encaminho rapidamente, sucintamente a aprovação de ata anterior, por favor, Conselheiros e Conselheiras favoráveis à aprovação, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Aqueles contrários à aprovação, abstenção? A ata está aprovada. No item 2.1 da pauta, trata de deliberação sobre proposta de resolução, objeto de pedido de vista, que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos, em regiões que contenham trechos de Zona Costeira encaminhada pela Câmara Técnica de Integração de Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira. Eu solicito à Conselheira Maria de Lurdes Pereira dos Santos, que foi a autora do pedido de vista, para que ela apresente o seu parecer. E ela terá dez minutos para a apresentação do seu parecer em relação a esse pedido de vista. **Srª. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Indústrias)** – Bom dia, senhor Secretário, Vicente Andreu. Bom dia a todos os colegas Conselheiros. Eu gostaria, antes de apresentar a justificativa do pedido de vista, de fazer brevíssimas observações e pedir a sua autorização, Secretário, para que essas minhas observações não sejam contabilizadas nesse tempo dos dez minutos. Primeiro, eu gostaria de

833 deixar registrado que o setor da indústria tem uma rede de discussão onde compartilhamos
834 todas as matérias levadas ou trazidas ao Plenário e às Câmaras Técnicas e discutimos esses
835 temas buscando o consenso. E isso quer dizer que todo o posicionamento do setor da indústria
836 aqui no Plenário é fruto de um consenso e ele não poderia ser diferente, não é fruto de um
837 posicionamento pessoal. Em segundo lugar, me pareceu que na reunião passada ficou muito
838 forte a questão de um possível desencontro entre Câmaras Técnicas desse Conselho, quando o
839 que me parece, deveria ficar mais emergente, ou deva ficar mais emergente é a questão da
840 intenção da melhoria de um texto, de melhoria da qualidade de um texto, que é a nossa
841 intenção com esse pedido de vista. E, por último, como se diz, não menos importante,
842 cumprimentá-lo pelo novo cargo da ANA, pelo seu trabalho na Secretaria, em nome, como
843 Conselheira do Instituto Brasileiro de Mineração, cumprimentar também o Doutor José
844 Machado, e Doutor Lotufo, Doutor Benedito Braga e João Bosco, todos que estão chegando e
845 que estão saindo e dizer ao Doutor José Machado, que não está aqui mais, que nos sentimos
846 lembrados nesse selo da ANA, que destaca água e metal. E o Instituto Brasileiro de
847 Mineração tem mesmo um trabalho bastante profícuo nessa questão da água, nós temos o
848 programa especial que foi por acaso concebido pela Conselheira Patrícia Boson e esse selo,
849 vamos levar essa notícia, que o selo da ANA tem alusão à água e aos metais. Em seguida, eu
850 vou pedir permissão, Secretário, para passar a palavra à Conselheira Patrícia Boson, que vai
851 apresentar justificativa do parecer. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do**
852 **CNRH)** – Eu pediria ao Cybis, ao Presidente da Câmara Técnica, por favor, fique à mesa, e
853 vou pedir também que durante o encaminhamento dessa questão o Presidente da Câmara
854 Técnica nos acompanhe também à mesa. **A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI**
855 **BOSON (Indústrias)** – Patrícia Boson, FIEMG. Vou ser bastante breve, Secretário, porque
856 eu vou passar depois a palavra para o nosso consultor jurídico, que fez o parecer jurídico da
857 proposta, que é o Doutor Márcio Pereira. Antes de mais nada, eu gostaria que deixasse
858 registrado aqui em ata que o setor da indústria brasileira que nós representamos, queria deixar
859 aqui o nosso profundo agradecimento ao Doutor Machado e ao Doutor Braga e ao João, que
860 realmente, prestaram um grande serviço ao fortalecimento do sistema e que nós também nos
861 colocamos à disposição do senhor, que assume agora no próximo ano a Presidência, ao
862 Lotufo, que nós continuamos aí cooperando para que tenhamos um belo sistema. Um bom ano
863 para vocês, uma boa sorte, porque a sorte sua será a nossa também. Dando continuidade,
864 então, ao propósito e querendo fortalecer um pouco a fala da Lurdes, não se trata de briga de
865 Câmara, de briga de posição, de briga de nada. O que se trata aqui é a busca de um melhor
866 texto para um tema que é sério, que é necessário, que é a integração da gestão de recursos
867 hídricos com a gestão costeira. Dito isto, vamos fazer uma breve questão que é a
868 procedimental, o que fundamentou o nosso pedido, material e jurídica passando a jurídica
869 para quem compete. Eu sou engenheira, então passar a questão jurídica para quem é de
870 Direito, advogado. O que nós queremos lembrar a todos é a Câmara Técnica de Plano e a
871 Câmara Técnica de Outorga, elas atenderam a demanda desse Conselho, no momento que
872 esse Conselho, na primeira vez que a matéria veio a Plenário, encaminhou às duas Câmaras
873 para que analisassem o tema, porque diziam respeito a elas. Esse pedido foi atendido. A
874 Câmara reuniu, formou um GT, esse GT teve inclusive o convite à Câmara de outorga, que se
875 sentiu representada pelo GT do Plano e, portanto, ela não fez um GT específico e então ela
876 atendeu esse pedido e o atendimento pelo entendimento da Câmara pelo que ela tem de
877 competência, ela achou por bem fazer uma nova proposta, uma proposta que substituíra a
878 proposta da Câmara de plano. O resultado do GT nunca foi apresentado a esse Plenário, o
879 resultado completo nunca foi, não cabe aqui a discussão do porque e nem queremos entrar
880 nesse mérito, porque como eu disse, o problema não é briga de Câmaras, o problema é o
881 conteúdo da matéria. Então, nós achamos importante verificar e resgatar alguns pontos
882 daquele trabalho fruto do GT, que nós achamos importante resgatar para a proposta final e
883 que nós não vimos contemplados, por termos participado, inclusive desse trabalho do GT, nós
884 vimos que a proposta final não contemplava muitas coisas importantes que estavam nisso.

885 Sob o ponto de vista material, o que nos sustentou é que nós entendemos que a matéria em
886 discussão deve ser tratada no limite da competência da Câmara. A Câmara tem que estar
887 limitada de acordo com suas coisas e nós temos aí câmaras instrumentais, câmara que trata de
888 planos, câmara que trata de outorga ou, no mínimo, fazer de forma conjunta e integrar na
889 nossa convicção, ela implica caminho de mão dupla, se integra instrumentos, tanto de lá para
890 cá, quanto daqui para lá. Integrar não é só uma questão de instrumentos. Então, a proposta
891 apresentada pela CTCOST, até por excesso de detalhes, talvez, ela traz algumas imperfeições,
892 digamos assim, técnicas e jurídicas e nós até citamos um exemplo, na hora que ela pede que
893 no diagnóstico e prognóstico tenha que ter a aferição de influência de reservatório, em questão
894 de sedimento e sem um limite. Nós podemos ter um laboratório lá em Minas Gerais, com
895 reflexo na Foz, em Sergipe, quando se tratando do São Francisco e então nós precisamos dar
896 os itens muito detalhados que você tira inclusive do próprio Estado que está fazendo seu
897 plano, ou do próprio comitê que está fazendo seu plano. A questão de analisar aquilo ou não,
898 ou analisar alguma coisa a mais do que está ali posto. Então, como conclusão, nós não
899 colocamos dúvida da necessidade de integração entre os dois temas. Esse conselho, até com a
900 nossa participação efetiva, já fez isso outras vezes, já integrou gestão de recursos hídricos
901 com gestão de águas minerais, foi esse Conselho que já fez isso. Com base nisso, nós estamos
902 apresentando emendas à proposta que veio da CTCOST. Nessas emendas nós resgatamos
903 muito do que foi posto pelo GT, de planejamento e considera as questões jurídicas que eu vou
904 passar aqui para o Márcio, nós tivemos para fazer isso um tempo exíguo, não acreditamos que
905 talvez essa proposta, as nossas emendas são perfeitas, nós devemos convir de que o Plenário
906 deve aperfeiçoar muito isso ainda, mas é o que nós entendemos que deva ser o
907 encaminhamento dado à matéria. Eu passo a palavra para o Doutor Márcio. **Sr. VICENTE**
908 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Patrícia. Doutor Márcio, nós
909 temos um tempo aqui de dois minutos, dada a relevância, evidentemente, esse tempo será
910 ligeiramente estendido, mas que você tenha como orientação os três minutos restantes do seu
911 tempo. Está bem? Muito obrigado. **Sr. MÁRCIO SILVA PEREIRA (Advogado do**
912 **segmento das Indústrias)** – Bom dia a todos. Obrigado Secretário. Cumprimento a todos em
913 nome do Secretário Vicente, ao qual eu desejo boa sorte nos trabalhos e gostaria de agradecer
914 a oportunidade de estar aqui falando para os senhores e trazendo um pouco da abordagem
915 jurídica sem quer entrar muito no “advocatês”, sei que o tema por vezes é árduo mesmo,
916 porque a área jurídica traz uma série de preocupações, às vezes formais e que pode parecer em
917 princípio apenas preocupações aparentes, mas que tem uma questão que envolve a segurança
918 do trabalho que está sendo proposto aqui em termos de Resolução, em termos de integração,
919 como a Patrícia já adiantou, e é a visão que eu tive olhando, contemplando as normas
920 jurídicas, que interagem, que convergem para essa proposta. O Conselho está dando a
921 demonstração que está com o olho no futuro, olho no horizonte, está havendo uma
922 necessidade de uma integração e logicamente estamos querendo contribuir com as bases, com
923 os alicerces para iniciar essa caminhada. Está sendo dado um primeiro passo importante e tem
924 que ser dado, esse primeiro passo com essa segurança jurídica que é a proposição desse
925 parecer, de tentar contribuir com alguns pontos para chamar a atenção dos senhores, para
926 poder convergir com a proposta. Bom, a proposta está muito clara em termos de proposição,
927 que traz para dentro do plano de recursos hídricos algumas diretrizes gerais, mas quais são
928 essas diretrizes e o que elas afetam em termos de legislação? Não vou ficar aqui discorrendo
929 sobre a legislação de recursos hídricos, porque os senhores são mais doutores do que eu nessa
930 matéria, mas posso trazer um pouquinho de contribuição, em termos de gerenciamento
931 costeiro e Zona Costeira. Atuo há mais de 12 anos nessa área e posso dizer aos senhores que a
932 disciplina imposta hoje sobre a Zona Costeira Brasileira tem as suas especificidades. Tem a
933 especificidade de uma Lei Federal, a Lei 7661, de 88 que disciplinou o planejamento da Zona
934 Costeira no país, anterior mesmo à Constituição, mas recebida por ela e depois da
935 Constituição, veio e trouxe à Zona Costeira ao patamar de patrimônio nacional, impondo
936 algumas regras específicas. Mas o que faz essa lei, em termos gerais? Vamos entender isso.

937 Ela traz, na verdade, ela contempla um grande plano, que esse plano tem que absorver
938 diretrizes e regramentos próprios daqueles elementos que compõem o ambiente da Zona
939 Costeira, por exemplo, Mata Atlântica, temos uma lei específica de Mata Atlântica, o plano de
940 gerenciamento costeiro tem que prevê dentro do seu planejamento como lidar com a
941 integração desse elemento natural e assim vale para qualquer outra matéria. Se valia também
942 para a questão da água só sobre o enfoque do CONAMA, que na época era o único conselho
943 existente. Hoje, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos isso mudou, tem mais um novo
944 ator com voz efetiva e com voz cada dia mais importante para o país. **Sr. VICENTE**
945 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Vicente: Já são onze minutos. Eu pediria que
946 estimasse um tempo para que pudesse... Sem prejuízo da discussão. O senhor terá quinze
947 minutos no tempo total. **Sr. MÁRCIO SILVA PEREIRA (Advogado do segmento das**
948 **Indústrias)** – Trazendo isso para o lado integração com a legislação de recursos hídricos. Nós
949 temos dois sistemas compartimentados, um do gerenciamento costeiro, que tem a sua
950 competência específica e que tem até um sistema, um órgão específico que é tipicamente de
951 integração, aonde o próprio Ministério do Meio Ambiente tem assento e que é a Comissão
952 Interministerial para os Recursos do Mar, onde está previsto que tem assento entre a Diretoria
953 de Portos e Secretaria do Patrimônio da União, inclusive o Ministério do Meio Ambiente. Um
954 Fórum tipicamente de integração para preencher essa falta de regulamentação, mas isso não
955 retira, logicamente, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos tratar o tema dentro da sua
956 esfera de competência e trazendo isso para cá, temos que ter em mente que temos aqui como
957 diretriz a Bacia, a unidade territorial de tratamento dos temas afetos a esse Conselho e dentro
958 dessa Resolução, nós vemos alguns pontos que são críticos e que merecem uma abordagem
959 do ponto de vista legal, um outro tratamento, por exemplo, temos tratamento de zonas
960 dinâmicas, críticas e algumas nomenclaturas que, embora do ponto de vista técnico, possam
961 parecer interessantes, mas abrangem em sua previsão um mar territorial, que é típico de
962 norma afeta a outras normas, como a do gerenciamento costeiro e a lei que implementa a
963 convenção dos direitos do mar, que está afeta somente à União, logicamente, a União faz
964 parte do gerenciamento dos recursos hídricos, mas como titular do seu bem, do domínio das
965 águas continentais, como os Estados também integram. Mas o mar territorial tem uma outra
966 abordagem e outro disciplinamento que condiz, não só a questões ambientais, mas à questão
967 de soberania, que ultrapassa, logicamente, a esfera de atuação de Conselhos, embora de
968 envergadura nacional e que por isso que você poderia ter abordagens interessantes por parte
969 do Conselho, de preparar o Conselho através de mecanismos de comunicação entre essas
970 esferas que tratam sobre disciplinas diferentes, desde a parte de Zona Costeira territorial,
971 como a marítima, como a parte das bacias hidrográficas que se referem à outra unidade
972 territorial, outra dimensão de território e à outra dimensão de gestão. Gostaria, só para
973 finalizar, chamar a atenção dos senhores para que se observe essas esferas de poderes e essas
974 interfaces na implementação dessa resolução, que demanda uma revisão, a meu ver, das
975 definições que estão ali em termos de zoneamento e também, sei que é típico às vezes,
976 reproduzir em normas infra-legais conceitos estabelecidos em outras legislações, como está
977 aqui, conceito de Zona Costeira e outros próprios afetos à legislação aplicável a essa zona e
978 que isso pede trazer um problema futuro para o Conselho, se essa legislação, que é particular,
979 que não é afeta ao gerenciamento de recursos, se ela for alterada, permanecer com uma
980 Resolução obsoleta, posteriormente. Desculpe a pressa da apresentação. Foi em razão do
981 tempo. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu agradeço. É um
982 tema realmente que merece esse cuidado que foi dado e até agradecer o parecer que foi
983 elaborado, o cuidado, o zelo e o respeito a esse Plenário. Mais alguns segundinhos, aí? **Sr.**
984 **MÁRCIO SILVA PEREIRA (Advogado do segmento das Indústrias)** – Se me permite, só
985 uma última palavra, a preocupação aqui não é desmerecer o trabalho do Conselho, pelo
986 contrário, é acrescentar a preocupação que ocorre muito na área ambiental. Vocês
987 acompanharam, eu acho que, aquela Instrução Normativa que trouxe uma compensação de
988 emissões para usinas termelétricas, que gerou toda uma discussão e que resultou numa ação

judicial, que resultou na suspensão de uma instrução. Ninguém duvida que é uma política interessante do Estado, talvez colocar algumas medidas de compensações, ou para fazer frente a novos desafios futuros como mudanças climáticas, mas o instrumento, o meio de se fazer é algo que tem que ter presente, aqui na hora de elaborar uma proposição desse nível, porque senão isso pode acabar tendo o efeito perverso e contrário do que está proposto, ao invés de você ter uma integração, você pode intensificar alguns conflitos, só para exemplificar, finalizando isso, para dizer que não é um pensamento só meu, isolado, se vocês forem procurar na literatura jurídica brasileira, trazer só um dos exemplos que eu achei, um Juiz Federal do Paraná, tratando da questão do planejamento de recursos hídricos e Zona Costeira escreve expressamente o que eu estou trazendo aqui para os senhores, que a questão da gestão, os princípios fundamentais previstos na lei 9433 de 97, não são compatíveis com regime das águas marinhas, e portanto, com a Zona Costeira também e que isso mereceria uma melhor integração até mesmo por uma lei específica ou um decreto específico, que permitisse juntar o zoneamento costeiro de forma mais integrativa com a Política Nacional de Recursos Hídricos. Enfim, são essas as contribuições. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Doutor Márcio. A Conselheira Maria de Lurdes através dos demais que também falaram, dividiram a sustentação do seu parecer em questão de natureza procedimental, material e jurídica. Vou passar a palavra a seguir para o presidente da Câmara Técnica, para que trate das questões de maneira que ajude a orientar o Plenário, visto que recebeu também esse material, só que antes de passar a palavra ao Cybis, eu queria que o Marley fizesse aqui em relação à sustentação referente à questão procedimental e trata especialmente da constituição do grupo de trabalho, de que não houve uma síntese dos grupos de trabalho a esse plenário, que você pudesse dar um informe breve sobre o encaminhamento interno a esse respeito. E em seguida passo ao Cybis, por dez minutos, evidentemente, eu acho que o Cybis, se necessitar mais um pouco, nós vamos prorrogar, mas tem o tempo adicional dado ao cuidado dos próprios Conselheiros na apresentação do seu parecer. Por favor, Marley, rapidamente. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Bom, vou falar um pouco de cabeça, estou com o material todo aqui, mas eu não havia me preparado para fazer esse relato. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando recebeu essa proposta, oriunda da Câmara, da CTCOST, depois um grande debate, ele entendeu que deveria ser ouvida a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Esse entendimento foi em razão da matéria ter interface com a Câmara do Plano e, por conta disso, a matéria foi encaminhada para a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos e lá foi constituído um grupo de trabalho, que por sua vez entendeu que deveria se propor uma nova proposta de Resolução, ao invés de fazer uma manifestação, conforme solicitado pelo Plenário, a Câmara Técnica elaborou uma nova proposta. Nesse mesmo encaminhamento, eu me esqueci de dizer, também foi encaminhado para a CTPOAR, para que esta se manifestasse. E naquele momento, a CTPOAR entendeu que não teria nada que acrescentar em razão de suas atribuições, então essa proposta, vamos chamar de substitutiva, trabalhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos foi encaminhada para a CTCOST. O Presidente da Câmara Técnica do Plano a encaminhou para a CTCOST, que é a Câmara de Origem, a CTCOST analisou essa proposta e considerou o trabalho que foi feito e por sua vez, produziu uma terceira proposta, então, é importante destacarmos isso. Nós tivemos uma primeira proposta produzida pela CTCOST, uma segunda, pela Câmara Técnica do Plano e a partir dessa segunda, dessas discussões, a CTCOST produziu uma terceira proposta, que foi encaminhada à CTIL. A CTIL analisou essa proposta, manifestou-se favoravelmente sob os aspectos legais e institucionais e ela veio ao Plenário, na reunião passada, foi objeto de pedido de vista. Então, de uma maneira bem sintética, não estou me aventurando em falar em datas, não me lembro, estou com toda a documentação aqui, mas de uma maneira bem sintética, a tramitação interna aqui no Conselho aconteceu dessa maneira. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. Passo, então, a palavra ao Cybis, por até dez minutos. **Sr. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS**

(OTEPs) – Bom dia a todos. Eu vou pedir vênia à Mesa e solicitar que o tempo seja proporcional ao parecer de vista. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Sem problema. Caso o tempo seja necessário que você se estenda, ele será concedido, mas eu penso que mais importante do que o tempo é o conteúdo. Na medida em que for necessário, um tempo adicional será dado ao mesmo tempo. **Sr. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (OTEPs)** – Não vou relembrar o que aconteceu, já foi colocado, a CTCOST apresentou uma proposta de Resolução, já levando em consideração as contribuições do grupo de Conselheiros do parecer da proposta alternativa da CTPLANO e a manifestação da CTPOAR dizendo simplesmente que ela não tinha o dizer a respeito daquela proposição por não tratar de outorga, então, levando tudo isso em consideração, chegou aqui a proposta na última reunião, onde foi feito o pedido de vista pelo pessoal da indústria e a partir daí então, recebemos hoje, antes da reunião, o parecer de vista da indústria, um parecer jurídico que corrobora a parte legal que a indústria coloca e uma proposição de emendas à proposta de Resolução da CTCOST. É um pouco confuso o processo, porque se há essas emendas sendo solicitadas, me parece que toda a argumentação relativamente ao mérito, relativamente à legalidade, relativamente a aspectos técnicos da proposta da CTCOST, caem por terra, porque ela está sendo emendada à proposta da CTCOST e isso é o que eu consegui entender razoavelmente, portanto, eu acho que ao final fica a proposta da CTCOST como ela está e a proposta de emendas é o que realmente tem para ser tratado, mas eu não posso me furtar, por solicitação da própria Câmara Técnica, de me pronunciar sobre o parecer jurídico, desculpe, o parecer geral da indústria, o parecer de vista. Primeiramente, volto à questão já antiga e debatida, que eu pensei que não havia mais necessidade de tratarmos disso, da questão da competência da CTCOST, de propor uma Resolução que essa competência está na própria criação da CTCOST, não sei como é que nós conseguimos discutir isso tanto e argumentando ou contra-argumentando sobre a competência das Câmaras Técnicas, que Resoluções que dizem respeito a planos, de qualquer jeito, sejam de onde for, só podem partir da Câmara Técnica do Plano, eu discordo profundamente disso, porque na Câmara, alguém que entenda um pouco de Plano de Recursos Hídricos vai se dar conta que no Plano de Recursos Hídricos tem diretrizes de outorga, tem diretrizes de cobrança, tem aspectos de água subterrânea, tem aspectos de gestão transfronteiriças, assim como tem aspectos de gestão costeira, integração com a gestão costeira, ora, no limite, o que está sendo colocado é que deve existir só a CTPLANO, não tem que haver a Câmara Técnica CTPOAR, não tem que ter a CTCOB, assim como não tem que ter a CTCOST. Talvez o limite mesmo seja que a CTPLANO seja esse Plenário, porque se só tem uma Câmara Técnica, parece uma bobagem bastante grande nós pensarmos dessa forma. Para mim não há questão de competência, para mim é claro, que além disso, em conversas com o antigo Presidente a CTPLANO, Sidnei, ficou mais do que acordado que nessa mudança que está acontecendo agora, da Resolução 17, que a diretriz que a CTPLANO está adotando é: quando há aspectos que digam respeito a outras Câmaras Técnicas, que está sendo remetido para Resoluções, pelo menos foi o que o Sidnei colocou, emanadas dessas Câmaras Técnicas, porque senão a 17 vai virar uma Bíblia de 500 páginas, se tudo que tiver que ser previsto e colocado de antemão lá, mas isso nós vamos deixar para lá, era mais ou menos o que eu pensava. Há um argumento que, ouvindo a exposição do Doutor Márcio, que me antecedeu, que eu não posso concordar e faço menção a ele rapidamente, que é um questionamento sobre o conteúdo técnico da proposta da CTCOST. Eu acho que talvez todos deveriam ler o documento que veio junto, já com a primeira proposta e foi adequado na segunda proposta, que chama subsídios para análise da proposta de Resolução que estabelece diretrizes nacionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trecho de Zona Costeira. Eu não consigo entender, como se alguém leu aquilo, apresentar um parecer que está baseado em coisas em que a proposta da CTCOST não está baseada. É tão fácil contrapor o parecer, somente com a leitura desse documento, que eu não consigo entender realmente, então, eu não posso concordar que haja fraqueza técnica na proposta da CTCOST, que foi um trabalho árduo,

1093 incluindo vários técnicos da área costeira e da área de recursos hídricos. Vamos lá. Eu acho
1094 que, antes de mais nada, para ficar claro, eu vou tentar fazer um resumo da visão da CTCOST
1095 de então, e até agora, que levou a estratégia para atacar a missão que é a de integração da
1096 gestão costeira com a gestão de recursos hídricos. A primeira coisa, nós temos que diferenciar
1097 algo e isso sempre foi motivo de confusão. O que é área de interesse sob o ponto de vista do
1098 Sistema Nacional de Recursos Hídricos? E o que é a área de competência do Sistema
1099 Nacional de Recursos Hídricos? São duas coisas, mas completamente diferentes. Então,
1100 aquelas definições que foram, há pouco tempo, contestadas pelo Doutor Márcio, elas são
1101 definições que indicam áreas de interesse, que são as três zonas que foram propostas. Essas
1102 três zonas ninguém está dizendo que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos começa no
1103 meio do mar, não está dito em lugar nenhum, se está dito, por favor, me mostrem. Não está
1104 dito que o Sistema de Gestão Costeira (e isso menos ainda) tem competência legal na área de
1105 uma barragem no São Francisco. Também não está dito em lugar nenhum, menos ainda do
1106 que a primeira. Então, o que está se colocando é que esses aspectos vigentes nestas zonas são
1107 sim de influência, são de interesse de qualquer pessoa que vá trabalhar na proposta de um
1108 Plano de Bacia, de um Plano de Recursos Hídricos, nessas áreas de bacias hidrográficas que
1109 têm Zona Costeira, acho que isso é uma máxima, a indústria tem colocado e eu tenho
1110 acompanhado a indústria, e eu sou professor da área de tratamento de resíduos industriais,
1111 trabalho com os Centros Nacionais de Tecnologias Limpas e acompanho o desenvolvimento
1112 da indústria nessa área de prevenção de poluição, eu sei o quanto ela faz, mas sei também,
1113 exatamente por isso, que as regras que valem para área ambiental devem valer aqui, ora, é de
1114 interesse do Conselho, é de interesse do sistema que as decisões sejam tomadas com a melhor
1115 técnica possível e com todo o conhecimento disponível. Ninguém quer voltar à idade das
1116 cavernas, onde não se tinha conhecimento, nós queremos conhecer, e é isso que a proposta da
1117 CTCOST trata, ela não trata de aumentar ou diminuir área de competência, ela trata de, na
1118 área de competência do Sistema de Recursos Hídricos, seja qual for, a CTCOST não definiu,
1119 é de interesse dos gestores dessas áreas saber se nós vamos ter intrusão salina, saber se vai
1120 haver problema de maré, saber se as contribuições dos impactos causados por uma barragem,
1121 a montante bem a montante da área costeira, é importante para gestão dos recursos hídricos
1122 ali. É claro que isso é de interesse do gestor. Ninguém aqui vai conseguir me dizer o
1123 contrário. Nós não estamos propondo em nenhum momento em que vá se dar a outorga na
1124 bóia da Petrobrás, em Tramandaí. Ninguém está propondo esse tipo de coisa, tanto que nós
1125 vamos propor o nosso continuar em outorga, se essa for a intenção desse Conselho, de propor
1126 medidas adicionais que devem ser levadas em conta em outorga e nessas áreas na
1127 competência do Sistema de Recursos Hídricos. Um milímetro a mais, não. Isso tem que ficar
1128 claro. Não possível que continue se argumentando dessa forma. Além disso, a CTCOST,
1129 depois de se debruçar longamente sobre o assunto, estabeleceu como estratégia de ação atacar
1130 a implementação de medidas adicionais, por instrumentos de gestão de recursos hídricos e
1131 pegou para se trabalhar com o primeiro e maior deles, que inclui todos os outros, que é o
1132 plano de recursos hídricos. Esse plano estabelece diretrizes para os demais instrumentos,
1133 então, era o primeiro a ser atacado. Depois se resolveu fazer dessa forma, a proposta que está
1134 sendo colocada que o setor da indústria e o Ministério de Minas e Energia têm colocado é
1135 uma inversão em relação ao que a CTCOST determinou. A CTCOST determinou trabalhar
1136 por instrumentos e já na proposta alternativa que veio da CTPLANO é uma generalização
1137 trabalhar no sistema como um todo. Qual foi a conclusão da CTCOST quando recebeu
1138 aquilo? Para isso não precisa nem existir a CTCOST. Não precisa nem de Resolução, porque
1139 isso está na 9433, não precisa, está lá escrito no Artigo 3º, que deve haver integração, se é
1140 para falar dessa forma geral, ponto, acabou. Eu volto a insistir e aqui uma coisa que é muito
1141 importante, com relação à missão que a CTCOST tem. Se vocês notarem, na proposta da
1142 CTCOST não está dito integração na ementa da proposta, está dito: diretrizes adicionais a
1143 serem incorporadas, seria o texto exatamente, nos planos de recursos hídricos, onde é que está
1144 dito integração? Vejam, nós decidimos e isso é importante que todos saibam. A CTCOST

1145 decidiu que cabia a ela como membro do Conselho, como parte do Conselho Nacional de
1146 Recursos Hídricos, cuidar do seu quintal. E eu não posso botar uma figura melhor do que
1147 essa. E o que é cuidar do seu quintal? Fazer com que aquilo que é interesse nosso, do Sistema
1148 de Gestão dos Recursos Hídricos, não sei se é do interesse Sistema de Gestão Costeira, se for,
1149 maravilha, mas isso não está em nenhum momento sendo interesse nosso nesse momento. O
1150 que está de interesse nosso é a necessidade de que Planos de Bacias que são feitos em regiões
1151 que tenham Zona Costeira levem em consideração todos, e repito, todos os aspectos que
1152 possam vir de qualquer que seja a forma a limitar, a estabelecer como deve ser a gestão dos
1153 recursos hídricos na competência do sistema de recursos hídricos. Então, a CTCOST chegou à
1154 conclusão que vamos trabalhar por instrumentos, que vamos colocar aqueles aspectos da Zona
1155 Costeira que são importantes, que os instrumentos levem em consideração, deixando a
1156 integração que é comentada no parecer de vista, que a integração tem que ser feita prevendo
1157 os instrumentos da gestão costeira, os instrumentos dos recursos hídricos para atividades
1158 interinstitucionais como, por exemplo, bem citado no parecer de vista, uma comissão de
1159 coordenação do SECIRM, que trata disso. Isso vai ser provavelmente, não o Vicente mais,
1160 mas alguém mais que sente aqui, vai ter que tratar com o CONAMA, com o SECIRM de
1161 como essa integração real e institucional vai acontecer. Nós, nesse momento, não estamos
1162 tratando disso, nós estamos tratando simplesmente de levar em consideração aquilo que não
1163 era levado e isso é o mais importante dizer, no planejamento da gestão de recursos hídricos
1164 em Zonas Costeiras. É isso que estamos fazendo. Bom, se for lida essa proposta de Resolução
1165 dentro desse espírito, eu gostaria que vocês me mostrassem onde está dito que nós estamos
1166 avançando na área de competência da gestão costeira ou estamos permitindo que a gestão
1167 costeira entre na competência da gestão de recursos hídricos. Em nenhum lugar há qualquer
1168 coisa a respeito disso. Por fim, é necessário dizer que esse Plenário tem repetidamente
1169 corroborado a missão da CTCOST e dado o seu aval para a estratégia que a CTCOST se
1170 propôs. Como eu disse a vocês, nós vamos trabalhar por instrumentos, dentro dessas diretrizes
1171 ou prioridades que o Conselho hoje vai tratar daqui a pouco. Vocês vão ver que não parece o
1172 da CTCOST, porque ainda estão vigindo, porque não foram atendidos. Um deles é a proposta
1173 de Resolução para integração da gestão costeira em planos de recursos hídricos e o segundo é
1174 em outorga, conforme decidido dentro da CTCOST, proposto a esta Plenária e da qual se teve
1175 a concordância mais de uma vez. Por último mesmo, um fato novo se veio à baila, que nós
1176 não sabíamos e ficamos sabendo durante o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos em
1177 Campo Grande, foi o resultado de acórdão do TCU com diversos Ministérios, incluindo o
1178 Ministério de Meio Ambiente, em que, rapidamente, o TCU participa de uma organização
1179 internacional de coisas parecidas de TCUs, estão preocupados com as mudanças climáticas,
1180 com os impactos das mudanças climáticas e como tal ele se propôs a fazer auditorias em cima
1181 do governo, do seu governo, cada órgão internacional está fazendo isso com os seus governos,
1182 para ver como esses governos estão tratando o problema das mudanças climáticas, em função
1183 disso, o TCU elencou alguns temas e um deles é a gestão costeira, a gestão de meio ambiente
1184 e um dos problemas advindos da mudança climática em área costeira. Então, após a auditoria,
1185 não vou me prolongar aqui, entre os principais achados da auditoria, constatou-se a existência
1186 de uma proposta de Resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas
1187 nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos de Zona Costeira, no
1188 âmbito da CTCOST apresentada em 2007, eu estou enganado foi em 2008, no começo de
1189 2008, e ainda não foi aprovado. Na continuação, eles concluem, por exemplo, existe a
1190 necessidade de integrar a gestão de recursos hídricos à gestão costeira, uma vez que tais
1191 sistemas são interconectados e influenciam um ao outro, e por fim, nas recomendações do
1192 Acórdão 2354 de 2009, item 9 e 4, recomendar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos
1193 que envie esforços no sentido de integrar a gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas
1194 estuarinos e Zonas Costeiras no termo do Artigo 4º, da 9433/97. Eu paro por aqui, porque
1195 acabou meu tempo, mas simplesmente para me manifestar, não sei se vou ter alguma ocasião,
1196 sobre a proposta de ementas, pelo caráter completamente diferente, filosoficamente falando,

1197 de base entre a concepção das ementas apresentadas e a concepção da proposta da CTCOST
1198 de pronto e o avanço que a CTCOST não aceita nenhuma delas. **Sr. VICENTE ANDREU**
1199 **(Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Cybis. Acredito que o debate foi de
1200 altíssimo nível e eu queria ter o entendimento do Plenário para o encaminhamento seguinte,
1201 ver se há acordo em relação a ele. Nós temos uma questão de forma e uma questão de
1202 conteúdo. A questão de conteúdo é o conteúdo de cada uma dessas Resoluções. A questão de
1203 forma, que precede, é o encaminhamento de como isso será feito aqui nesta reunião, o
1204 encaminhamento que eu proponho, antes de entrar na discussão de conteúdo, onde os
1205 Conselheiros poderão falar livremente sobre esse conteúdo, é a discussão de como proceder
1206 ao encaminhamento aqui neste Plenário. A proposta que nós estamos fazendo aqui,
1207 inicialmente, será, e aí vou abrir para que as pessoas discutam, esse encaminhamento, forma,
1208 será de inicialmente, como é o procedimento normal, a menos que o Plenário apresente outra
1209 sugestão, é de uma primeira votação de uma proposta contra a outra. Definida essa votação, aí
1210 se entra na discussão de propostas de emendas àquela proposta que for a proposta vencedora.
1211 Então, é este o encaminhamento, é assim para nós a maneira, se o Plenário entender outra
1212 forma, podemos fazê-lo. Eu não gostaria de entrar de imediato e abrir livremente a palavra
1213 para que não façam as intervenções mesclando essas duas questões e depois ficando difícil
1214 para a Mesa e para o Plenário o entendimento de encaminhamento. O encaminhamento
1215 preliminar, a menos, e eu vou abrir a palavra para esse encaminhamento, seria da proposta da
1216 CTCOST e a proposta apresentada. Mesmo que ela tenha, que foi sustentada aqui, a natureza
1217 de emendas, é impossível, a menos que os autores o façam, é impossível fazer uma proposta
1218 de como fazer a separação, porque ela foi apresentada como um bloco total, sem que
1219 pudéssemos fazer, como é tradicional, a localização de cada uma das emendas. Está claro
1220 isso? Então, a proposta da Mesa é de votar uma proposta contra a outra e, em seguida, a
1221 abertura do conteúdo, em discussão o encaminhamento. Algum Conselheiro tem proposta
1222 diferente dessa? Por favor. **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da**
1223 **Justiça)** – Eu venho aqui propor uma terceira via, na verdade, que em vista das divergências
1224 que ainda permanecem e das dúvidas que, em muitos casos ainda permanecem, entre os
1225 Conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, talvez seja o encaminhamento
1226 mais adequado. Para eu fazer essa proposta, eu vou ter que fazer uma pequena justificativa,
1227 porque é uma proposta que não vai agradar a alguns Conselheiros presentes aqui neste
1228 Plenário. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Não será a primeira
1229 vez, Hugo. Não por você, mas não será a primeira vez que os Conselheiros se sentirão não-
1230 agradados. **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Eu vou
1231 falar rapidamente aqui e resumir os meus argumentos e depois, se for o caso, me dispor a
1232 esclarecer mais detalhadamente. A Lei 7661 é de 1998 e, portanto, ela não leva em
1233 consideração a existência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e essa Lei 7661 é a
1234 que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Esse plano é parte integrante da
1235 Política Nacional para os Recursos do Mar e parte integrante da Política Nacional de Meio
1236 Ambiente e ele não é parte integrante da Política Nacional de Recursos Hídricos, porque na
1237 época não existia. Ele tem a mesma definição de zona costeira que a proposta de Resolução
1238 atual utiliza e ele faz várias referências ao Sistema Nacional de Meio Ambiente. Então a
1239 aprovação do plano tem que ter audiência do CONAMA e vai ser aplicado com a participação
1240 da União, Estados e Municípios através de órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. Ele
1241 menciona que o Plano Nacional de Gerenciamento será elaborado, executado, observando
1242 normas e critérios padrões e etc. estabelecidos pelo CONAMA e inclui, entre essas normas,
1243 padrões e critérios, águas. Obviamente não existia o Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
1244 não existia a 9433 então, ele faz essa menção e as informações relativas ao meio ambiente e
1245 inclusive águas de gerenciamento costeiro tem que fazer parte do SINIMA. O que eu quero
1246 dizer aqui é que a preocupação na instituição do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro é
1247 levar em conta os sistemas existentes. E na medida em que se estabelece um novo sistema e
1248 que tem essa interface com o gerenciamento da Zona Costeira ele tem que também levar em

1249 consideração o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Eu penso que devido à importância
1250 do tema, eu precise de mais três minutos. Bem, a 9433 dispõe, como todos nós sabemos que
1251 uma das diretrizes é integração bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e Zonas
1252 Costeiras e o termo usado aqui é a integração. É diferente da articulação, como por exemplo,
1253 para o caso de planejamentos com setores usuários e etc. E eu, particularmente, eu acho que
1254 isso reflete também a preocupação de outros Conselheiros, eu acho que nem a proposta inicial
1255 de Resolução e nem a nova proposta da CNI preenchem os anseios dessa necessidade de
1256 integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e das Zonas
1257 Costeiras. E eu acho que ainda não estão claros esses limites de atuação das gestões
1258 desenvolvidas na Zona Costeira com relação aos recursos hídricos e, ideologicamente, não
1259 podemos separar a parte, a gestão de recursos hídricos, o resto da bacia, do estuário e não
1260 podemos falar de um Plano de Bacias específico para a Zona Costeira, o que existe é Plano de
1261 Bacia, então, não podemos considerar que diretrizes específicas para a Zona Costeira não vão
1262 fazer parte do Plano de Bacia. Não existe plano de Bacia de Zona Costeira e ainda há outras
1263 áreas cinzentas com relação à competência do CNRH, que essa Resolução não contempla. Há
1264 algumas questões jurídicas que eu acho que precisam ser esclarecidas antes do Conselheiro
1265 tomar uma posição. Resumindo, a minha proposta é a seguinte. Que o Plenário do CNRH se
1266 utilize da prerrogativa prevista no parágrafo primeiro, do Artigo 33, do Regimento Interno do
1267 CNRH, que é a atual em vigor, qual seja, o Plenário poderá, para atendimento da necessidade
1268 de maior esclarecimento de uma determinada matéria, criar grupo de trabalho no âmbito das
1269 Câmaras Técnicas existentes, que esse grupo de trabalho seja criado no âmbito da CTIL, com
1270 participação aberta a membros de outras Câmaras Técnicas e em especial CTCOST e
1271 CTPNRH que são as que mais se têm envolvidas neste tema. Que o objeto desse grupo de
1272 trabalho seja apresentar os esclarecimentos técnicos, jurídicos e institucionais para dirimir
1273 quaisquer dúvidas a respeito da competência do CNRH para dispor sobre o assunto. E se for o
1274 caso, propor nova Resolução ou outro encaminhamento julgado adequado e seja estabelecido
1275 um prazo para esse grupo de trabalho e que até que o grupo de trabalho apresente seus
1276 resultados, o Plenário suspenda a análise da Resolução de que se trata. **Sr. VICENTE**
1277 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Hugo. Eu queria dizer que
1278 as pessoas não precisam entrar na discussão da proposta ora apresentada, porque no momento
1279 do encaminhamento se falará a favor ou contra a proposta ora apresentada pelo Hugo. Fica
1280 aberto para que as pessoas, eventualmente, tenham encaminhamentos distintos entre a
1281 proposta de votação de uma Resolução contra a outra e a proposta ora apresentada pelo
1282 Conselheiro Hugo, de constituição de um grupo de trabalho no âmbito da CTIL para aqueles
1283 elementos que ele ali apresentou. Muita tranquilidade nessa hora, não é o momento de
1284 confrontar o encaminhamento, se nós temos alguma outra proposta de encaminhamento além
1285 dessas duas. Por favor, Cláudio. **Sr. CLÁUDIO RAMOS FLORIANE JÚNIOR**
1286 **(prestadores de serviço público de abastecimento de água e**
1287 **esgotamento sanitário)** – Eu queria fazer essa reclamação, porque eu acho que se cada um se
1288 inscrever para discutir uma proposta de encaminhamento e entrar no mérito e discutir o
1289 mérito, vai ficar complicado. Eu não entendo que tenha, não concordo com a proposta de
1290 encaminhamento da Mesa, porque eu não entendo que tenha outro encaminhamento a não
1291 ser... Você tem uma proposta de Resolução da CTCOST e essa proposta tem que ir à votação,
1292 se tem proposta de emenda, você vai votar a emenda depois de aprovar a Resolução, agora,
1293 não me pareceu, não vi aqui definido, que a proposta da indústria seja de uma outra
1294 Resolução. É proposta, foi dito claro aqui, de emenda. Não podemos colocar em votação
1295 emenda contra proposta de Resolução. O nosso entendimento é que tem que votar a
1296 Resolução e, no momento seguinte, emenda àquela Resolução, senão não faz sentido emenda.
1297 **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Mais algum Conselheiro tem
1298 alguma proposta de encaminhamento? Por favor, Silvério, por até três minutos. **Sr. JOSÉ**
1299 **SILVÉRIO DA SILVA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)** – Bom,
1300 ao que me parece na qualidade de Conselheiro que trata de uma questão que não está

1301 pacificada. Há dois entendimentos distintos e eu, na qualidade de Conselheiro, não tenho
 1302 condição de decidir. Para simplificar, eu acompanho o posicionamento do colega do
 1303 Ministério da Justiça, achando a questão merece um maior profundamente de estudos, um
 1304 maior entendimento entre as partes. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do**
 1305 **CNRH)** – Muito obrigado. Não é essa a discussão agora, de apoio às propostas de
 1306 encaminhamento, é que se há encaminhamento diferente. Nós temos três entendimentos, o
 1307 primeiro inicial da Mesa que é proposta contra proposta, o segundo, apresentado pelo
 1308 Conselheiro Hugo, que é criação de um grupo de trabalho no âmbito da CTIL e o terceiro,
 1309 apresentado pelo Conselheiro Cláudio de que não há proposta contra proposta, mas sim, vota-
 1310 se a proposta da Câmara da CTCOST e depois as emendas complementares. Vamos falar a
 1311 respeito de cada um, cada um vai poder defendê-las tranquilamente. Algum encaminhamento
 1312 diferente desses? Conselheira Grace, pediu a palavra? Na verdade é para reforçar uma delas.
 1313 Muito bem. Vou abrir o seguinte encaminhamento para ver se há concordância: há alguém
 1314 que deseja falar em defesa de proposta que eu encaminhei, de uma proposta contra a outra,
 1315 pelo entendimento de que são duas Resoluções inteiras. Se alguém desejar falar, pode falar
 1316 três minutos em defesa dela, depois eu vou pedir para que por três minutos fale... E como é
 1317 que fala contra? Se a pessoa... Ajudem-me aqui. Eu estava pensando no seguinte: um fala a
 1318 favor de uma, o outro fala a favor de outra, e outro fala a favor da terceira, e nós
 1319 encaminhamos à votação. Dá para fundir duas? Tem uma proposta ali dizendo que: uma é
 1320 decide aqui hoje e a outra é remete para o grupo, em decidindo aqui hoje, decide se é uma
 1321 contra a outra ou se é emenda. Está claro? É isso o encaminhamento... **Sr. CLÁUDIO**
 1322 **RAMOS FLORIANE JÚNIOR (prestadores de serviço público de abastecimento de**
 1323 **água e esgotamento sanitário)** – Acho que não está claro e tem, na minha opinião, me
 1324 perdoe Conselheiro fazendo confusão, a proposta colocada pela indústria foi a de emendas.
 1325 **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Você viu a emenda e as
 1326 propostas que eles fizeram? É uma Resolução, está o nome de emenda, mas Patrícia, é
 1327 impossível você pegar aquele conjunto de emendas... O nome está dado, mas não é uma
 1328 proposta de emenda, porque proposta de emenda seria: no item tal, substituir e acrescer tal...
 1329 Não foi assim, foi uma redação inteira, então, muito embora tenha sido apresentado ao
 1330 Plenário como uma proposta de conjunto de emendas, concretamente não o é. Antes de
 1331 seguir, eu gostaria de ouvir o proponente, Patrícia, você entende que o que foi apresentado
 1332 aqui é um conjunto de emendas e você consegue localizar as emendas? Aí nós atendemos a
 1333 preocupação do Conselheiro Cláudio. O entendimento da Mesa que teve acesso ao material é
 1334 que na verdade é outra Resolução. Por favor, você entende que é uma proposta de emenda ou
 1335 é uma proposta de Resolução, ou é um conjunto de emendas que vocês apresentaram? Se for
 1336 um conjunto de emendas, você tem a obrigação para ajudar a Mesa e na sequência dizer onde
 1337 essas emendas se localizam, porque ela é impossível ser feita, pelo menos, não tivemos essa
 1338 competência de fazê-lo. Patrícia, pr favor nos ajude. **Sr^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI**
 1339 **BOSON (Indústrias)** – Eu fico até um pouco acanhada de entrar numa discussão dessas,
 1340 porque primeiro não trata de uma contra a outra, eu acho que são propostas contributivas. As
 1341 pessoas que não querem os recursos hídricos estão lá fora, quem está aqui dentro está
 1342 querendo contribuir, somar e fazer melhor. Eu não colocaria uma contra a outra. Não tem
 1343 nada contra e inclusive a gente preserva muito do que a CTCOST própria colocou. Agora, há
 1344 realmente uma coisa que o Cybis colocou que não podemos negar, um olhar diferente, uma
 1345 fundamentação diferente, foi o que o Cybis colocou e isso é correto. Uma fundamentação
 1346 diferente. Agora, eu não sei qual a diferença da proposta. Existem emendas em todos os
 1347 artigos. É isso que o senhor queria ouvir? Existem emendas em todos os artigos e inclusive na
 1348 ementa, agora, outra verdade que tem que ser dita para quem leu a proposta é que nós temos
 1349 uma fundamentação, a proposta colocada resgatou a fundamentação do GT do Plano que é
 1350 uma fundamentação diferenciada da CTCOST, agora, sinceramente, a semântica, uma contra
 1351 a outra, acho que deveria ser evitada. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do**
 1352 **CNRH)** – Esse é um Plenário altamente qualificado e às vezes até cria mais dificuldades para

que nós interpretemos. Não se trata de dizer que existe uma posição de Conselheiros contra a posição de Conselheiros, agora, idéias são votadas. E tem outra, não sei qual termo eu usaria, posso usar uma a favor da outra, mas uma das duas vai ganhar, não tem problema mudar o nome, mas tem que votar uma contra a outra, me desculpe, ou proposta, mesmo a emenda você vai votar uma contra a outra. Eu gostaria de ouvir a Maria de Lurdes, depois eu passo para o Lobato dizendo o seguinte: se vocês entendem que a proposta de vocês deve ser votada artigo por artigo, as contribuições, então, portanto, isso é legítimo. As contribuições estão em artigo por artigo e, portanto, a votação aqui será artigo por artigo, com risco de se produzir o resultado de uma votação dessa natureza, visto que há um entendimento conceitual diferente, a Mesa vai encaminhá-lo, porque é legítimo que os Conselheiros e Conselheiras defendam a proposta de emenda. Eu quero dizer que eu mantenho a visão de que são duas Resoluções tratando do mesmo tema, que partem de uma conceituação e de um entendimento distinto a respeito da competência do Conselho Nacional, a respeito delas. E isso para mim está muito claro, dito isso, elas são incompatíveis. Elas têm que ser votadas para que tenhamos uma proposta orientadora. E aí a partir dessa proposta orientadora, as emendas que são necessárias no sentido de aprimorá-las. Não no sentido, todo mundo aqui tem militância em Fórum desse tipo, de depois você criar propostas de emendas no sentido de anulá-las. Nós não queremos anular uma Resolução, nós queremos que tenhamos a Resolução a ser cumprida. Feitas essas observações, Cláudio, eu vou encaminhar a sua proposta, mas o entendimento da Mesa é de que há três. Há uma Resolução distinta. Não se aplica nesse momento, porque nós estaríamos encaminhando, nesse primeiro momento, a proposta do Conselheiro Hugo, que é de constituição de um grupo de trabalho, para aprofundamento no âmbito da CTIL, e a segunda proposta é de que a Resolução será votada aqui hoje. Então, portanto, depois vemos qual a nuance em relação a esse segundo encaminhamento. A Maria de Lurdes pediu a palavra, o Lobato pediu a palavra, que vocês, muito rapidamente ajudassem a Mesa no sentido desse encaminhamento preliminar. Esse é o nosso entendimento, mas evidentemente poderemos estar encaminhando. **Sr^a. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Indústrias)** – Não é uma sugestão de encaminhamento, mas uma complementação à palavra da Patrícia, pode ser? **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Se você entender que ajuda, sim, agora essa responsabilidade passa a ser sua. **Sr^a. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Indústrias)** – Só para destacar que essa proposta de encaminhamento feita pelo Conselheiro Hugo, ficou explícita aqui a confusão, porque nas palavras do Conselheiro Cybis, a integração não é o foco da proposta da CTCOST, o que é o foco da proposta da indústria, e é aí que a confusão fica mais ressaltada, quando o Conselheiro Cybis leu a última parte do documento do TCU pedindo para que o Conselho fizesse firmemente esforços, no sentido de buscar a integração, que é a nossa intenção. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Ajude-nos, Cybis. Na verdade, ela está fazendo uma manifestação... Haverá, caso haja a decisão, não ajudou, Maria de Lurdes, mas caso haja a decisão de votar aqui no Plenário, evidentemente, que esse conteúdo que a Maria de Lurdes mencionou, essa interpretação de conteúdo ela será explicitada, então, por favor, Cybis, nos ajude. Retira isso dos autos, não é assim que nós vemos nos filmes? Cybis, eu acho que ela não ajudou, você não vai ajudar. Por dois minutos. **Sr. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (OTEPs)** – Desculpe, meu caro, mas simplesmente colocar que jogo de palavras é o que está sendo feito aqui, desde o início eu disse, a Câmara tem uma missão da integração, a Câmara, por entender que a integração tem que ser feita num âmbito dos dois sistemas juntos, definiu que ia começar a trabalhar naqueles aspectos que dizem respeito, exclusivamente, a sistema de recursos hídricos e isso é no caminho da integração para o bom ouvinte, agora se é um problema de jogo de palavras... **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito bem, tranquilizado o Plenário, Lobato, por favor, nos ajude nesse encaminhamento. **Sr. FRANCISCO JOSÉ LOBATO DA COSTA (OTEPs)** – Primeiro eu confesso que estou até um pouco assustado com a ênfase desse embate, que eu pessoalmente não estou achando assim tão... Propostas tão contrárias.

Eu faria a seguinte pergunta: se houvesse alguma decisão da Comissão Interministerial de Recursos do Mar que nós aqui do Conselho Nacional achássemos interessante manifestar, nós gostaríamos que uma Resolução de lá viesse para cá. Então, a minha proposta é que nós tenhamos um subsídio dessa Comissão Interministerial, que ele se manifestasse, antes de podermos votar. Como gostaríamos que o Conselho Nacional fosse consultado se alguma Resolução por lá, eventualmente afetasse a nossa área de atuação. Tenho a impressão que essa integração seria fundamental. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Do ponto de vista esquemático, a minha vertente virginiana diz o seguinte: nós ainda mantemos dois grandes blocos. O bloco que entende que isso deva ir para o grupo e ser rediscutido e depois se complementa ou não com a proposta do Lobato, se o grupo interministerial deve ser consultado. E o bloco de que se decide aqui hoje, seja uma contra a outra, seja com emendas. Está claro isso? Vocês acham que é necessário defender um e outro encaminhamento? Não? Está claro para todos? Então, nós vamos encaminhar da seguinte maneira: proposta número 1 - a proposta que este Plenário delibere a respeito da Resolução aqui hoje, depois nós vemos o formato de como se dará esse embate. Proposta número 2 - de que se constitua um grupo de trabalho no âmbito da CTIL, com três responsabilidades: a competência do CNRH, quais seriam explicitamente as competência para que depois isso não fique vago? Quais as três competências que esse grupo no âmbito da CTIL teria? Competência do RH, do CNRH. **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – O que eu estou propondo é que o objeto seja apresentar os esclarecimentos técnicos, jurídicos e institucionais necessários para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da competência do CNRH, para dispor sobre o assunto e, se for o caso, propor nova Resolução ou outro encaminhamento julgado adequado. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Então, nós estaríamos, 1 - avaliando a competência de tratar. Nós estaríamos remetendo a esse grupo de trabalho, se assim o entender, a competência de produzir uma outra Resolução, que terá a validade sobre as duas produzidas, que fique claro, ou propor encaminhamento distinto disso. Está claro? Todos têm clareza do que nós estamos tratando? Tudo bem? Votar é gostoso. Em regime de votação, proposta número 1 – decide-se aqui hoje. Proposta número 2 – um grupo de trabalho no âmbito da CTIL, com avaliação de competência, propor nova Resolução ou outro encaminhamento necessário e agrupado a ela, a necessidade ou não da consulta do grupo interministerial, como mencionado pelo Conselheiro Lobato. Em regime de votação. Conselheiros e Conselheiras favoráveis à proposta 1 - que é deliberar aqui hoje, por favor, levantem seus crachás. Por favor, Márley, você pode contar? 7 votos. Os que entendem que deve ser re-encaminhado para o grupo de trabalho, conforme proposto pelo Conselheiro Hugo, por favor, levantem os seus crachás. Muito obrigado. Podem abaixar. Uma abstenção. Então, por maioria, ampla maioria, os Conselheiros deliberaram por não decidir essa Resolução. Eu pediria, Hugo, pela relevância, que você passasse o texto ali exato à nossa secretaria para nós pudéssemos projetar exatamente o que foi aprovado por todos aqui. Vencida essa questão, tem a proposta complementar do Conselheiro Lobato. Então, o Conselheiro Lobato menciona que, previamente, e não ficou claro se é condicionada, se eles não responderem nunca; mas que previamente se encaminhe uma consulta a respeito da Resolução a essa Comissão Interministerial. Então, por favor, Lobato nos ajude em relação a isso. **Sr. FRANCISCO JOSÉ LOBATO DA COSTA (OTEPs)** – É só uma consulta para entrar um subsídio às nossas decisões, como gostaríamos se acontece se fosse o fato. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Não é vinculante? Fica a contribuição adicional, não precisa votar, ela não é vinculante à conclusão, é um subsídio ao que o grupo de trabalho vai constituir. Está ok? É isso? Como disse o Hugo, com certeza aqueles que desejavam uma votação ou que contribuíram enormemente para a produção das Resoluções, em particular os Conselheiros e Conselheiras da CTCOST, evidentemente, mas há um reconhecimento, todos os Conselheiros se manifestaram nesse sentido, da valorização do trabalho realizado e esperamos que vocês também contribuam no âmbito da CTIL para sustentar, como foi feito aqui em Plenário, os argumentos com muita competência, os

argumentos que foram levantados aqui que sustentam o conteúdo da Resolução apresentada. Eu queria, então, rapidamente, estou vendo que você gostaria de se manifestar, eu gostaria de passar dois minutos a você e, por favor, nesse espírito de que o Conselho entendeu que essa é a proposta que mais fortaleceu o sistema de águas no país. **Sr. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (OTEPs)** – Eu vou utilizar esses minutos para informar a todos, vocês já devem saber que há uma proposta de renovação da CTCOST em curso, faz parte da pauta de hoje e aproveitar a ocasião para me despedir como Presidente da CTCOST. Vou passar esse bastão adiante, principalmente que vou estar fora o primeiro semestre do ano que vem, mas deixando uma questão talvez a ser travada por este Conselho no futuro, sobre a necessidade da CTCOST. Vocês acabaram de criar um grupo de trabalho para fazer o serviço que a CTCOST fez nos últimos três anos. Nós temos membros do CIRM dentro da CTCOST. O gerente do GERCO é membro da CTCOST. Se criar um grupo de trabalho para repetir aquilo que é feito é jogar dinheiro público fora e, portanto, eu deixaria esse pensamento nesse momento em que vou me afastar da CTCOST para que todos pensem. Na realidade, talvez parafraseando o meu amigo, não vou citar o nome dele porque é ruim fazer isso, há interesses aqui dentro que talvez não sejam o melhor interesse dos Recursos Hídricos no Brasil. Muito obrigado. (Palmas!). **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. Eu agradeço o trabalho, só não posso concordar Conselheiro de que aqui haja interesse que não seja do fortalecimento de Sistema Nacional. É um sistema complexo, ele lida com o conflito, é da sua natureza lidar com conflito e, portanto, é absolutamente legítimo que esses interesses se manifestem em Plenário, mas tenho certeza que todos contribuam com o fortalecimento do sistema. O João Bosco pediu a palavra, normalmente eu não daria, mas dado o fato de que hoje é a última, João Bosco, por favor, nos ajude. **Sr. JOÃO BOSCO SENRA (MMA)** – É a respeito do encaminhamento. É porque aprovou o grupo de trabalho, eu acho que seria muito importante que fosse delimitado o prazo, em memória até de Copenhague, recordando a minha última intervenção aqui, que eu disse, da importância das mudanças climáticas, sobretudo nas áreas costeiras. Esse compromisso que temos que ter, eu acho que é importante que o Conselho marque um prazo, para que esse tema, essa integração efetivamente ocorra o mais rápido possível. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Nós temos duas missões: uma é definir como se dará o acréscimo de componentes dentro da CTIL, porque está no âmbito da CTIL, então tem que ver se tem alguma proposta, eu não tenho. E a segunda em relação ao prazo, para exercício para voltar aqui. Hugo, se me permite, eu colocaria que o prazo seria na segunda reunião do Conselho Nacional no ano de 2010. A primeira reunião obviamente esse tempo não se daria, nós teríamos o compromisso de que o grupo teria que vir aqui ou solicitar mais prazo, caso isso tenha acontecido, mas que ele tenha o compromisso de na segunda reunião do Conselho Nacional, no primeiro semestre, portanto, de 2010, esse trabalho seja proposto. A minha proposta de prazo é essa, eu que o Hugo levantou a mão. Algum comentário? **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Talvez seja um prazo mais específico, ou seja, mais adequado, ou seja, 180 dias, que daria metade de junho de ano que vem, daí teria que ver como são as próximas reuniões do Conselho, como estão marcadas. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Nós temos a previsão de uma reunião em março e outra pelo menos em junho, então eu acho que a proposta do secretário, o primeiro semestre seria a última reunião de junho. A segunda reunião ou terceira, a última reunião do semestre, que normalmente acontece no mês de junho. **Sr. CLÁUDIO RAMOS FLORIANE JÚNIOR (prestadores de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário)** – Efetivamente, teria mais ou menos uns 120 dias para fazer isso porque tem a tramitação pelas Câmaras e esse tipo de coisa, ou vem direto ao Plenário? **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Na verdade, o prazo em dias vai ser maior do que você está propondo, de 180, já que nós estamos no início de dezembro, quer dizer, essa reunião deve acontecer lá para a segunda quinzena de junho, vai dar mais que 180 dias. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário**

Executivo do CNRH) – Isso aqui é detalhe, o relevante nós já aprovamos, se tivermos dificuldade, eu peço que alguém construa uma proposta e depois nós retornamos e seguimos com a pauta, porque não vale a pena nós gastarmos o tempo do Plenário para discutir esse encaminhamento. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Só para ficar bem claro, acrescentando, a proposta propõe que a composição se dê por membros da CTIL, da Câmara do Plano e da CTCOST, no âmbito da CTIL, a Secretaria Executiva abriria um processo de consulta, enviaria como sempre fazemos, por e-mail, e aqueles membros se interessarem, façam a sua inscrição. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Está claro? Então, haveria um encaminhamento no âmbito da CTIL para os Conselheiros que queiram se agregar a esse grupo de trabalho para discussão do tema. E o prazo seria ou de 180 dias, ou da segunda reunião, não vale a pena, isso aqui é nuance, não serão esses dias que tem problema, mas seria durante o primeiro semestre de 2010. Se a comissão acabar antes, de repente, em março ela pode ser apresentada, não precisa esperar. Pode ser assim, gente? Eu pediria, nós temos ainda alguns pontos de pauta que podem ser vencidos, talvez, rapidamente. Que horas são? 12h38min. Se nós pudéssemos fazer um esforço de encaminhar até 13h30min, com o quórum aqui, para tentar ver se nós encerramos toda a agenda até as 13h30min no dia de hoje. Vamos lá, Márley, em jogral, nós vamos ter que agilizar aqui. Item 3.1 da pauta, deliberação sobre proposta de Resolução que encaminha à Casa Civil Proposta Decreto que altera o parágrafo único do Artigo 1º de Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e dá outras providências. Encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Eu convido o Doutor Victor Sucupira, representante da ANA, para apresentar a matéria. Tem dez minutos, se fizer em tempo menor que isso, todos os Conselheiros ficarão muito gratos. **Sr. VICTOR SUCUPIRA (Representante da ANA)** – Obrigado Secretário e senhores Conselheiros, eu prometo cumprir em menos de dez minutos porque eu também estou faminto. É uma apresentação rápida e que traz elementos para a discussão de um assunto que foi bastante debatido. Trata-se da incorporação da região de Barra Seca à área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. É um rápido histórico de como esse assunto veio até aqui. Em 2007, o comitê do Doce fez uma solicitação à ANA para elaboração de uma nota técnica sobre a redefinição da área de atuação do Comitê incorporando a região de Barra Seca. Em junho de 2009, essa nota técnica foi elaborada, em conjunto com o IEMA, eu queria pedir para o Fábio Ahnert ficar mais próximo aqui, que eu não vou utilizar o tempo de dez minutos, vou conceder um tempo para o IEMA faça alguma observação também. É um trabalho conjunto da ANA e do Órgão Gestor de Recursos Hídricos do Espírito Santo. Essa nota técnica foi distribuída e está à disposição, em maio de 2009, essa proposta de incorporação foi examinada e aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, através da sua Deliberação 02, em junho, o comitê do Doce aprovou a proposta de incorporação da região, por unanimidade, e em setembro, o comitê enviou ofício para a apreciação pelo Conselho Nacional, passou pela CTIL em novembro e foi encaminhado ao Plenário. Esse é o mapa atual da atuação do comitê do Doce. Temos seis comitês aqui na região de Minas Gerais, três aqui na região de Espírito Santo, Guandú, Santa Maria do Doce e São José. Essa é a proposta de incorporação na região, que acrescenta a região de Barra Seca, um detalhe importante, essas áreas que estão hachuradas no território do Espírito Santo são áreas com comitês. Quais foram os fatores que nós, em conjunto com o IEMA, levamos em consideração para aprovar essa proposta de integração? Critérios hidroambientais. Existe uma comunicação hidrológica da região da Bacia do Doce com a região de Barra Seca, principalmente por intermédio de lagoas e canais naturais. Na época de cheia, essa comunicação se torna mais expressiva, tanto no sentido Barra Seca, região do Doce, como o contrário. Vale destacar também a existência da reserva biológica de Sooretama, no município de Sooretama, em Linhares, comuns à região de Barra Seca e à Bacia do Doce, acrescento aqui também a reserva natural da Vale, uma região de extrema importância para a

conservação da biodiversidade, além de ser uma faixa de gerenciamento costeiro em comum. Critérios sócio-econômicos, crescente presença de agricultura, intensa atividade de exploração petrolífera e tem indústria também, o Fábio pode entrar em mais detalhes depois. Critérios políticos e institucionais que definem esses fatores de integração, Barra Seca e Doce, integram as mesorregiões do litoral norte e noroeste do Espírito Santo. Essa divisão regional do Brasil, feita pelo IBGE, tanto Barra Seca, como a Bacia do Doce possuem municípios com territórios de municípios em comum, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Sooretama e Linhares parte desses municípios estão tanto em Barra Seca, quanto na região de atuação do Doce. Vale destacar, foi uma iniciativa do próprio comitê da Bacia, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo. Alguns aspectos legais, eu acho que não há necessidade de entrar em detalhes, mas é importante destacar que as diretrizes gerais de atuação da 9433, a questão de integração, de articulação de planejamento, articulação de gestão de recursos hídricos e uso do solo e, principalmente, o artigo 37, inciso III, que os comitês de bacias hidrográficas terão como área de atuação grupos de bacias ou sub-bacias contíguas. A região de Barra Seca é uma área contígua à região da Bacia do Doce. É importante também ressaltar na Resolução do CNRH 17/2001, que considera que planos de recursos hídricos devem ser articulados com planejamentos setoriais e regionais. Vale um destaque especial, o processo de elaboração do Plano de Bacia do Rio Doce já considerou, na época de elaboração de seus termos de referência, já considerava pela sua importância ideológica, pela sua importância ambiental, socioeconômica e político-institucional já considerava a região de Barra Seca como objeto de análise e proposições de ações de gestão e planejamento. A integração dessa região permite a criação de um lócus para debate e definição de política e isso é importante, porque beneficiado pelos fatores socioeconômicos, critérios utilizados para a definição dessas mesorregiões, possuem municípios em comum e além de ser uma unidade de gerenciamento costeiro em comum. Essa é a opinião tanto da ANA quanto do órgão gestor de recursos hídricos do Espírito Santo, o IEMA, e nós aprovamos, na íntegra, uma iniciativa do Comitê da Bacia do Rio Doce. Pediria ao Fábio que fizesse algumas complementações, já que trata de uma posição técnica conjunta. **Sr. FÁBIO AHNERT (CERH-ES)** – Obrigado Secretário Vicente, acho que nem vou usar os quatro minutos, sou Fábio Ahnert, do Órgão Gestor de Recursos Hídricos do Espírito Santo, represento o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo. Eu acho que o Victor já teve uma abrangência boa na apresentação dele, mas talvez, só para complementar e dar um pouco mais de segurança aos Conselheiros, a região de Barra Seca, principalmente quando se aproxima bem da costa da região de Foz, há uma comunicação muito intensa, pelo fato da existência de canais naturais e canais artificiais feitos, tanto no período de seca quanto no período de cheias. Ocorre um fenômeno em que, no período de seca, em função da existência desses canais, o Barra Seca acaba afluindo água para o Rio Doce e no período de cheias, o Rio Doce, a sua planície de inundação, no período de cheias, drena para esses canais que acabam alimentando também a água do Barra Seca. Então, do ponto de vista hidrológico, há uma comunicação física muito intensa, principalmente nos dois eventos extremos de secas e de cheias. E do ponto de vista de gestão e de identidade socioeconômico e cultural, há uma identidade muito forte, principalmente na região de Foz, com a Bacia do Barra Seca e a Bacia do Rio Doce. Então, no Espírito Santo, o órgão gestor de recursos hídricos já trabalha há muito tempo, já incorporando a região do Barra Seca ao sistema Doce. E o que nós estamos propondo hoje aqui é uma adequação disso, no Decreto que cria o comitê de bacia do Rio Doce, respaldado numa Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, que já definiu as suas unidades de gestão, considerando a Bacia do Barra Seca integrante à Bacia do Rio Doce. É isso. Muito obrigado. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Fiquem à mesa, vou colocar a matéria em discussão. Inscritos já tem o João Clímaco, até três minutos. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Eu queria parabenizar o trabalho da ANA e do companheiro do Espírito Santo, contudo, não estou satisfeito e queria só uma informação para ajudar na nossa

reflexão e decisão. Essa característica física geológica, ou física dessa área que vai ser agregada à Bacia, para nós não serve de parâmetro para justificar, somente isso e a integração da biodiversidade e tudo mais, somente isso, a incorporação da região à Bacia. Eu queria saber, através do órgão gestor, quais as atividades econômicas preponderantes na região? Se existe uma exploração, um uso do recurso hídrico como insumo a atividade econômica de maneira expressiva? Se o sistema de outorga identifica uma peculiaridade especial nessa região. E isso vai satisfazer a nossa curiosidade para ajudar a resolver esse. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, João Clímaco. Mantenho as inscrições e depois eu retorno à Mesa, se pudesse renovar, aqui ao lado, não sei se eles pegaram quais as três questões que você deseja ver respondidas. Você repassa para eles e aí depois, ao final, esses questionamentos serão respondidos. **Sr. RAUL MUNHOZ NETO (Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica)** – Meu nome é Raul Munhoz e represento as concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica. Sou membro suplente, no impedimento do titular, eu queria fazer um pedido específico para um comentário, uma contribuição para o texto pela Doutora Marta Regina. **Sr^a. MARTHA REGINA VON BORTEL SUGAI (COPEL)** – Nós só tínhamos uma complementação no parágrafo único do Decreto. Na verdade, nós achamos que deve ser incluída também a palavra na região hidrográfica do Barra Seca, que acabou não ficando no texto, só ficou definido as coordenadas. Então, nossa contribuição é no sentido de que se insira a região de Barra Seca ali na descrição da Bacia, que inclusive, no texto da minuta original estava. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Com relação ao tema, mais algum Conselheiro ou Conselheira deseja o uso da palavra? Então eu retorno ao representante da ANA e do Comitê do Espírito Santo, para que possam responder aos questionamentos levantados pelo Conselheiro João Clímaco, e também pela Conselheira, representante Marta, de acréscimo da região hidrográfica de Barra Seca. **Sr. FÁBIO AHNERT (CERH-ES)** – Ao Conselheiro João Clímaco. Bom, a região do Barra Seca tem algumas particularidades, vou destacar aqui pelo menos duas, uma é a existência de reserva biológica de Sooretama com 27.946 hectares de área nessa região. Contígua a essa reserva, encontra-se a reserva natural da Vale, também, é uma área de 21.787 hectares. Existem também, do ponto de vista de arranjos produtivos na Bacia, exploração de petróleo, perfurações de postos de petróleo, que pegam parte da Bacia também e isso, já na parte mais alta do Barra Seca, há um uso intenso para atividades agropecuárias, principalmente agricultura para irrigação de café também. Nós, do ponto de vista de outorga, não há nenhum tratamento diferenciado com a análise dos pedidos e das solicitações de outorga para o uso da água nessa região. As outorgas são analisadas com o mesmo grau de prioridade que nas outras regiões. Outras regiões, outros afluentes dentro da Bacia do Rio Doce e os critérios técnicos são os mesmos. O ponto principal, a meu ver, no que diz respeito à gestão de recursos hídricos é o ganho de escala que você consegue e o fortalecimento institucional, aproveitando a integração que existe entre organismos existentes no Barra Seca e a integração dos mesmos com o sistema Doce. As outorgas emitidas para as principais demandas, pelo uso da água no Barra Seca ainda são associadas ao sistema agrícola, ao sistema agropecuário. Mas e a exploração de petróleo que existe lá? A utilização de água para o processo de exploração de petróleo por poços, o Espírito Santo ainda não regulamentou a outorga para a captação de águas subterrâneas. Nós não fizemos isso ainda, porque nós não temos ainda a segurança técnica e os estudos que nos embasem de forma responsável a começar a outorga de águas subterrâneas. As captações de água de mananciais superficiais, que atendem a esse arranjo produtivo do petróleo, esse sim, estão sujeitos à outorga e seguem os critérios normais já estabelecidos para outros usos da água também. Claro, obedecendo as particularidades e as especificidades de cada solicitação ou cada intervenção dessas, mas de manancial superficial. Não sei se consegui esclarecer. **Sr. VICTOR SUCUPIRA (Representante da ANA)** – A proposta apresentada por Raul e Marta, eu acho que, consultando a CTIL, eu acho que não atrapalha, por sinal, eu acho que fica mais didático, porque a proposta original que estava na nota técnica fazia referência

especificamente, por extenso, à região de Barra Seca dizendo o parágrafo único - a área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce engloba a área de drenagem da Bacia do Rio Doce e a região de Barra Seca, no Estado do Espírito Santo, cujos limites são definidos pelas coordenadas tais e tais. A CTIL fez uma proposta de redação, que suprime a explicitação aqui da região de Barra Seca e mantém a mesma coordenada, ou seja, do ponto de vista geográfico, não há nenhuma diferença, as duas proposta de redação atendem, mas acho que a proposta, deixando claro e por escrito, a região hidrográfica de Barra Seca, torna-se mais didática e nós concordaríamos com essa modificação. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Vamos, em regime de votação. A proposta incorpora, portanto a sugestão da explicitação da região hidrográfica, a área hidrográfica, a Bacia de Barra Seca. A região no nosso jargão tem um sentido mais amplo e prestados os esclarecimentos ao Conselheiro João Clímaco, então, os Conselheiros e Conselheiras que são favoráveis à proposta que encaminha à Casa Civil, essa criação aqui que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, por favor, levantem seus crachás, votando simbolicamente, aqueles que são contrários. Abstenções? Aprovado por unanimidade, muito obrigado, em relação a esse item. Passamos agora ao item 3.2 da pauta. O item 3.2 da pauta é proposta de Resolução que institui o cadastro de organizações civis de recursos hídricos – COREH, com o objetivo de manter em bancos de dados, registros das organizações civis de recursos hídricos para fins de representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Ela foi encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais e convido ao Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio, Coordenador desse grupo de trabalho para apresentar a matéria por até dez minutos. Relembrando que se for menor, o Plenário agradece. **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Eu creio que vai ser rapidinho. Essa Resolução aqui foi uma consequência da aprovação da Resolução número 100, que foi aprovada em 26 de março desse ano aqui e publicada alguns meses depois. E a Resolução número 100 estabelece o modo de escolha de representantes de alguns dos segmentos deste Conselho Nacional, como usuários e organizações civis, Conselhos Estaduais e etc. Esta, especificamente, tem a intenção de instituir o Cadastro de organizações Civis de Recursos Hídricos, com um objetivo específico. De manter em bancos de dados, registros das organizações civis de recursos hídricos para fins de representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então só recapitulando rapidamente aqui, como é que se dá a representação de organizações civis neste Conselho. Então, a Lei 9433 diz que um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos é contar com a participação das comunidades. Neste caso, as organizações civis de recursos hídricos é que fazem esse papel. E no Artigo 34 diz que representantes das organizações civis de recursos hídricos devem fazer parte do Conselho Nacional. No 47, define o que são organizações de recursos hídricos, consórcio e associações intermunicipais, associações regionais de usuários, organizações técnicas de ensinos e pesquisa e organizações não governamentais e, eventualmente outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional, ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, no caso de conselhos estaduais. E também exige no 48, que essas organizações devem ser legalmente constituídas. No decreto, atualmente em vigor, que rege o funcionamento do Conselho, está estabelecido que as organizações civis têm seis representantes e a indicação pelos comitês, consórcios e associações, uns indicados pelos comitês e outros pelos consórcios e associações, etc. como vocês já conhecem e também estabelece que esses representantes terão mandato de três anos. Então, a cada três anos, nós temos a renovação da representação dessas instituições e um dos objetivos primordiais desse cadastro é evitar o recadastramento dessas organizações a cada nova rodada de eleições desses representantes. Na resolução número 100, também ela diz que são reconhecidas como organizações civis de recursos hídricos, entidades sem fins lucrativos, que tenham um dos seguintes objetivos sociais: defesa, preservação e conservação de recursos hídricos, promoção do desenvolvimento sustentável, divulgação de informações, desenvolvimento de conhecimento e tecnologia e etc. e defesa de interesse difusos e coletivos da sociedade. E diz

que estabelece ainda que o segmento das organizações civis dar-se-á por meio de instituições de expressão nacional ou regional e que para as organizações de ensino e pesquisa não há necessidade de não ter fim lucrativo. E também estabelece que cada instituição de representação de usuários e organizações civis somente pode ser habilitada em um único segmento. Os pontos que merecem ser destacados nessa proposta de Resolução. Bem, cria o cadastro, que nós estamos apelidando de COREH com gerência pela Secretaria Executiva do CNRH, permite a habilitação automática das organizações registradas no cadastro, para participarem das assembleias de escolhas de representantes do CNRH, cria uma comissão permanente, integrada pelos Conselheiros titulares, representantes das organizações civis de recursos hídricos, então, seis representantes na configuração atual e por um representante da Secretaria Executiva do CNRH e essa comissão permanente vai ter o prazo de noventa dias para estabelecer os procedimentos do seu funcionamento. E também ainda estabelece procedimentos e requisitos para o cadastramento e manutenção do cadastro, e ainda, algumas modificações da Resolução número 100, nos artigos pertinentes. E eu só quero chamar atenção, porque há necessidade de se fazer essas modificações nesses artigos. Eu acho que não vou detalhar, não, mas é que alguns desses artigos da Resolução número 100, eles abrangiam outros setores além dos setores específicos das organizações civis, então, em alguns artigos, você trata de Conselhos Estaduais e usuários além das organizações civis. Como essa Resolução é uma Resolução mais específica, nós tivemos que adaptar alguns artigos, como está na proposta de Resolução, da Resolução número 100 para refletir isso, para refletir que o está na Resolução 100 se aplica ou para Conselhos Estaduais ou para usuários, eventualmente e o que se aplica para organizações civis de recursos hídricos é o que está nessa Resolução atual. Só isso. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Carlos Hugo, por favor, nos acompanhe aqui à Mesa durante a apreciação deste tema, já encaminho em seguida a abertura da palavra. Eu queria reiterar, eu vi que a Raquel já o fez, eu queria reiterar para que todos os Conselheiros e Conselheiras entregassem aquele documento onde vocês votaram as prioridades e nós vamos fazer depois a apresentação disso, por e-mail, encaminhando aos Conselheiros, provavelmente não sei se terá tempo hoje, se tiver, talvez seja apresentado. Vai trazer aqui? Então, ótimo. Vai ser trazido aqui também. Por favor, em aberto a discussão. Conselheiros e Conselheiras inscritas, João Clímaco, logo em seguida a Ingrid, Doutor Lobato. Eu pediria, dado ao tempo, para que vocês se concentrassem e durante a fala do João Clímaco, nós vamos aceitar as inscrições. Ao final de fala dele, a lista de inscrições será encerrada. Estão inscritos a Ingrid e o Lobato. Por favor, João Clímaco. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Senhor Secretário e demais membros desse Conselho, nós estamos vivendo essa discussão dessa questão da Sociedade Civil como uma coisa recorrente e permanente. Em nossa representação, atualmente, estamos ainda enfrentando os desafios de uma vitória perante um modelo de representação civil, que criou um padrão de comportamento, que nós que estamos nesse novo mandato, enquanto nova representação, estamos fazendo o possível para passar a idéia que este padrão não existe mais, este padrão está sendo alterado por uma conduta que resgata a dignidade da representação da sociedade civil consolidada com suas bases, e aí mais a dignidade desse Conselho. Nosso maior desafio não foi só ganhar a eleição. É tentar mostrar a esse Conselho que nós não estamos aqui para deslegitimar o próprio Conselho, ao contrário, valorizar o Conselho e mostrar uma realidade do modo de pensar da sociedade civil verdadeiro e que não estamos aqui para ganhar ou vencer proposta, mas sim para criar uma interação de uma convergência do que uma sociedade pensa em relação à gestão de recursos hídricos. Qual é o nosso papel responsável como país e não segmento especificamente, ainda mais, com condutas que denegriram e desmoralizaram o papel da sociedade civil nesse Conselho. Então, nós não temos compromisso com isso e essas condutas se expressaram sempre desse jeito. Temos que evitar que a entidade X, entidade Y, entidade menor, e entidade maior possam participar do Conselho, como se fosse uma coisa normal, como na verdade no Comitê de Bacia no Brasil inteiro estão participando entidades de todos os

tamanhos no Conselho. Esse debate foi rico, muito mais pela nossa vitória em 2006, que as articulações desse nível achavam estranho que entidade pequena, de um Estado pudesse votar, para nos colocar aqui representando o nosso projeto de construção de política pública. Isso posto, passamos três anos, de 2006 a 2009 nesse debate imenso, numa pretensão exacerbada de criar esse cadastro e esse cadastro é muito necessário, nós nunca fomos contra este cadastro. Acharmos que ele é o elemento potencializador da organização de representação, contudo, ele vem legitimar uma situação de um princípio, que foi muito defendido nas gestões passadas e que incorpora agressões imensas à Constituição Federal e à própria Lei 9433, quando cria uma característica para poder participar do Conselho. Só entidades nacionais e regionais. Nós entramos com uma ação, tão logo quando foi aprovada essa Resolução 100, está sob judice, através do acatamento da denúncia pelo Ministério Público de que, nenhuma entidade brasileira, com seus direitos políticos reais, seja ela de que tamanho for, porque não tem nem na Lei 9433, nem na Constituição Federal, existem pressupostos que dizem que uma entidade tem que ser de tal tamanho para poder participar de um colegiado. Haja vista, o Conselho Nacional de Saúde, o próprio CONAMA, tem entidadezinha pequena que faz parte da representação. Este é único Conselho que está embarcando nessa argumentação ilegal, a qual nós estamos nos contrapondo o tempo todo. Dito isto, eu acho que eu tenho que alertar esse Conselho, que esta prática de se criar um cadastro onde só pode ser Sociedade Civil, uma entidade pequena que está lá na beira do Rio Parnaíba, que faz parte da nossa rede, que está acompanhando o nosso trabalho, que faz parte do Comitê lá, não poder participar do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na verdade, esse cadastro está querendo legitimar isso. Que já está sob judice, nós vamos a todas as instâncias jurídicas coordenar isso, nós não vamos aceitar esse cadastro do jeito que está aqui. Nós vamos para a justiça novamente judicializar, que não é bom. Dito isto, estou propondo três coisas: ou se tira esse artigo 5, da Resolução número 100, que está aqui no Artigo 2, exclui isso, porque já está sob judice, nós não vamos deixar que essa Resolução legitime uma que já está ilegítima, legalmente. Temos o parecer jurídico que não foi acatado pela CTIL. Isso é uma pretensão política inútil e se tirar isso, nós estamos totalmente de acordo com Resolução, porque esse artigo 5 é ilegal e nós já entramos na justiça e vamos entrar contra o Conselho novamente, num negócio desse. Se, caso nós não conseguirmos e aí eu vou colocar muito claro a nossa estratégia, Secretário, nós estamos propondo, aditivamente nós estamos querendo, preliminarmente nós estamos propondo a retirada disso. Se isso for mantido e é uma ilegalidade que impede as entidades pelo tamanho de participar do cadastro, nós vamos pedir vista e renovar os nossos esforços para convencer esse Conselho de que isso não existe em nenhum outro Conselho Nacional, esse é um direito constitucional, você pode ser um cidadão pequeno, uma ONG grande ou pequena e pode participar desse Conselho e aditivamente nós vamos pedir vista, mas não vamos continuar legitimando essas condutas que vira mais uma obsessão. Eu peço ao Secretário que considere que não é interessante nós ficarmos judicializando decisão de Conselho, flagrantemente, em desobediência aos nossos próprios pareceres jurídicos contra a Lei 9433 e contra a Constituição Brasileira. Nós vamos, aditivamente, se não sair esse artigo aí, essa Resolução 100, nós vamos pedir vista para mostrar novamente e pedir na justiça, de modo que não queremos fazer isso. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. Ingrid e depois Lobato, os únicos inscritos para o tema. **A SRª. INGRID ILLICH MULLER (OTEPs)** – Bom dia a todos. São dois pequenos detalhes com relação ao anexo, que não mudou muito em relação a como nós viemos praticando, só que eu achei estranho que no item cinco fala em principais atividades desenvolvidas no último ano, quando dentro da Resolução, nós falamos que tem que apresentar o relatório e sucintas atividades desenvolvidas nos três últimos anos. Eu gostaria que, eu entendo que é diferente um ano de três, eu gostaria que mantivesse no mínimo os três, até porque um trabalho dos recursos hídricos é difícil terminar em um ano. Então, eu gostaria que ali constassem as principais atividades desenvolvidas nos últimos três anos, porque em um ano e pouco podemos saber da respectiva associação, se está trabalhando ou não. Agora, outro item que me chamou a atenção e

certamente os juristas vão me explicar o porquê, mas eu não gostei muito da palavra, no artigo 8º, que fala do processo de descadastramento, quando fala que o processo pode se dar por provocação por terceiros, com a devida fundamentação. Fico preocupada porque eu não sei o que é provocação por terceiros, imagino que esteja provocando algum terceiro, mas o que é a devida fundamentação? Acho que precisava ficar claro, então, porque para mim, a devida fundamentação é uma coisa, para outros Conselheiros pode ser uma coisa completamente diferente. Parece que algumas entidades podem ficar à mercê da provocação de outras entidades. Eu gostaria que houvesse, não tenho sugestão e peço para o Hugo me ajudar na provocação e na devida fundamentação, que deveria merecer algum ajuste. **Sr. FRANCISCO JOSÉ LOBATO DA COSTA (OTEPs)** – Por coincidência, as minhas observações são exatamente as mesmas da Ingrid. Adequar o anexo onde está o último ano, aos três últimos anos, pela mesma justificativa que a Doutora Ingrid colocou. A mesma coisa em relação ao artigo 8. Eu pararia dizendo o seguinte, que o processo de descadastramento das entidades será instalado pela comissão permanente, tiraria de ofício ou por provocação por terceiros, seguiria direto com a devida fundamentação e com a defesa da entidade a ser descadastrada, para entrar as duas partes. E ao contrário do que foi posto aqui, acho fundamental que a representação no Conselho Nacional tenha uma instância de atuação regional ou nacional. Até porque, a pauta do Conselho é de assuntos estratégicos para o país, de abrangência para o país e não de assuntos pontuais e locais. Essas instâncias pontuais e locais têm que ter a sua força em instâncias locais e não no âmbito nacional. Acho que isso é fundamental que permaneça. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Conselheiro. Antes de passar para a sua apreciação, Carlos, estou fazendo aqui uma consulta jurídica com o Márley a partir da manifestação do Conselheiro João Clímaco, que obviamente não vou polemizar, muito embora discorde do seu conteúdo, mas no sentido de garantir o Direito de todos os Conselheiros naquilo que o Regimento preconiza. Nosso entendimento aqui é como vamos fazer a votação. Nós faríamos a votação pela aprovação ou não da Resolução, uma vez aprovada a Resolução, nós faríamos a discussão de cada uma das sugestões de emendas que foram colocadas. Inclusive, a proposta apresentada pelo Conselheiro, se o encaminhamento for feito assim, que se retire o parágrafo segundo ou não, porém, se eu assim o fizer, nosso entendimento é que não será assegurado mais o pedido de vista ao Conselheiro, porque ela foi apreciada quanto ao mérito e está sendo ajustada. O Conselheiro tem aí as informações necessárias para tomar a sua decisão. Iniciado o processo de discussão, sim, mas feita a votação da aprovação ou não da Resolução, independentemente do conteúdo das suas emendas, não caberá mais pedido de vista. Antes de seguir, eu passo ao Carlos para que faça algum comentário sobre essas propostas e, na sequência, daremos o encaminhamento necessário. **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Eu vou abordar os assuntos pela ordem em que foram apresentados. Com relação à questão que o Conselheiro João Clímaco trouxe de que o Conselho Nacional, por meio da Resolução número 100, escolheu eleger para representação no Conselho Nacional as organizações civis que tenham expressão nacional ou regional, eu acho que esse assunto não é assunto dessa Resolução, é assunto que foi superado quando o Conselho aprovou essa Resolução número 100. Então, parece que há algumas iniciativas de questionamento da Resolução em outras esferas, mas eu acho que não cabe nesse momento o Conselho se pronunciar a respeito disso. Com relação às dúvidas que a Ingrid trouxe. Primeiro, com relação aos três anos. Esse formulário, o formulário do anexo que estabelece um ano, para fins de cadastramento, é apenas um indicativo das atividades da organização civil. Ela tem que ter cinco anos de existência legal, nós podemos nesse primeiro momento, eventualmente elevar isso para três anos, mas ele não se confunde com os três anos do parágrafo quinto, do artigo quinto, porque esse relatório, que deve ser apresentado a cada três anos, é para as entidades já cadastradas com o objetivo de manutenção do cadastro. Têm dois objetivos diferentes, nada impede, se for caso, que nós coloquemos no anexo a exigência de atividades desenvolvidas nos últimos três anos, mas não são prazos que se confundem. Daí é uma escolha do Plenário, um, dois ou

três anos, no caso do anexo. Com relação ao artigo 8º, ao processo de descadastramento, a provocação e eu até gostaria de mudar, ao invés de provocação por terceiros, seja provocação de terceiros, que é o termo jurídico que nós utilizamos. Aqui não está utilizando provocação no sentido coloquial, então, a provocação é a iniciativa de trazer o assunto à comissão permanente. Eu discordo um pouco do Lobato, dizendo que não precisaria dizer se é de ofício ou se é por provocação de terceiros, mas eu acho que essa idéia de que esse descadastramento pode ser motivado por provocação de terceiros é interessante, porque a comissão permanente não tem condições de acompanhar as atividades de todas as instituições que estão cadastradas. Então, se há alguma irregularidade, é importante que terceiros possam trazer isso e eventualmente isso pode motivar o descadastramento. Com relação ao fato de devida fundamentação não ser clara o suficiente, eu acho que quem decide que fundamentação é devida ou não, terá que ser a comissão permanente. Até há como você estabelecer critérios de prejuízo de admissibilidade, de pedido de descadastramento, mas eu acho que vamos entrar em detalhes aqui que são desnecessários. Eu acho que os Conselheiros representantes da Secretaria Executiva que farão parte da comissão permanente terão arbítrio suficiente para decidir a fundamentação devida ou não, o objetivo de colocarmos aqui, devido à fundamentação é não levar em frente qualquer pedido de descadastramento que venha. Tem que ser uma fundamentação que aponte para irregularidades que justifiquem o descadastramento. Não sei se respondi tudo. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Todos os Conselheiros esclarecidos? O encaminhamento proposto é o encaminhamento da aprovação ou rejeição da Resolução, em ela sendo aprovada, nós temos o encaminhamento das emendas. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Senhor Secretário, tendo em vista o encaminhamento, considero a nosso ver a permanência de ilegalidades, e que a nosso ver não existe nenhum artigo na Constituição brasileira, nem na Lei 9433, que determina que uma entidade, para participar de colegiado tenha o tamanho X ou Y, nós vamos pedir vista da proposta, já que não está me parecendo o encaminhamento da retirada daquele complemento do artigo 2 e dar encaminhamento dentro dos trâmites legais. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Tem solicitação de vista, cabe à Mesa, então, oferecer o prazo, nós oferecemos o prazo até o final do mês de janeiro, acho que é um tempo razoável para a preparação, para o parecer do Conselheiro e também para a devida instrução para a reunião seguinte do Conselho. O prazo para a apresentação do parecer fica até o final do mês de janeiro, 31 de janeiro de 2010. Eu gostaria de passar ao Márley, com relação à questão informada sobre judicialização da informação anterior. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Bom, como Gerente da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em razão da manifestação do Conselheiro João Clímaco, de que a Resolução 100 está sob judice, eu tenho que prestar um informe. Primeiro esclarecendo aos Conselheiros que qualquer matéria estará sob judice quando está aguardando uma decisão judicial e para haver uma decisão judicial sobre determinada matéria, tem que haver a regular formação do processo, quer dizer, a processo judicial tem que ser constituído. Para a constituição de um processo judicial, tecnicamente nós falamos a formação do processo judicial, tem que haver a citação da parte ré e o seu comparecimento ao processo. No caso aqui, na Resolução 100, foi aprovada no dia 26 de maio de 2009. De março, melhor dizendo. 26 de março de 2009. A parte ré, no caso, seria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou Ministério do Meio Ambiente. Eu acho que o Ministério do Meio Ambiente, porque o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não tem personalidade jurídica própria. Então, já se passaram praticamente nove meses e não fomos citados de qualquer processo judicial, então, eu advoguei muitos anos, não estou advogando agora, por conta do cargo que eu ocupo, eu nunca vi um processo judicial ficar nove meses para uma citação. Eu queria dar esse informe, não fomos citados, portanto, não há formação processual, não há qualquer decisão sub judice relativamente a essa matéria. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, Márley. Uma solicitação de pedido de vista, a secretaria, por favor, quando essa matéria

1925 retornar, já traga as contribuições prestadas aqui pelos Conselheiros no sentido de suas
1926 emendas, várias delas comentadas aqui pelo Carlos Hugo, mas as propostas de emendas, a
1927 Resolução, serão trazidas na memória quando essa matéria vier a ser novamente apreciada. Eu
1928 queria agradecer ao Carlos, alguma manifestação adicional? Vamos ao item 3.3 da pauta. O
1929 horário está vencido. Eu queria perguntar... Vai tocando. Então, 3.3 da pauta, deliberação
1930 sobre proposta Resolução que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da
1931 Gestão de Bacias Hidrográficas, dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras para o mandato de
1932 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2011”, encaminhada pela Câmara Técnica de
1933 Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira.
1934 Convido o Conselheiro Márley Caetano de Mendonça, Presidente da CTIL, para apresentar a
1935 matéria. Tem o tempo de até dez minutos. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**
1936 **(Gerente de apoio ao CNRH)** – Só explicando para os Conselheiros, como o mandato da
1937 CTCOST se encerrou no dia 30 de novembro, nós, a Secretaria Executiva do Conselho
1938 Nacional de Recursos Hídricos, antes do encerramento do mandato, abriu um processo de
1939 consulta a todos os Conselheiros para que houvesse uma manifestação de interesse, de
1940 participação no próximo mandato da CTCOST, que vai de primeiro de dezembro de 2009 a
1941 30 de novembro de 2011, e conforme prevê o nosso Regimento Interno, a análise do resultado
1942 desse processo de consulta é feita pela CTIL e então na reunião da CTIL do início do mês
1943 passado, esse tema foi matéria de pauta, e naquela ocasião, a CTIL recebeu 14 manifestações
1944 de interesse de composição da CTCOST e como o nosso Regimento prevê que as Câmaras
1945 são compostas por nove a dezessete membros, a CTIL avaliou se tinha algum impedimento
1946 relativamente àquelas propostas, não constatou qualquer impedimento e referendou as catorze
1947 manifestações de interesse. Se tivéssemos tido um número maior que dezessete, a CTIL faria
1948 um processo de eleição e apresentaria ao Plenário como uma proposta para o Plenário decidir.
1949 Como eu já disse, o número ficou inferior ao limite máximo, nós simplesmente avaliamos e
1950 não detectamos nenhuma questão que impedisse a participação dos catorze interessados e
1951 assim encaminhamos para o Plenário. Agora, no dia de ontem, nós recebemos o ofício da
1952 Agência Nacional de Águas, o Ofício 006/2009, manifestando o seu interesse de participação
1953 na CTCOST, então a Agência Nacional de Águas seria o décimo quinto pleiteante e
1954 recebemos também, agora na reunião, está com a equipe da Secretaria Executiva, um ofício
1955 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, o Ofício 783/2009, datado
1956 de 15 de novembro de 2009, também pleiteando a participação, então, seria o décimo sexto
1957 pleiteante e também recebemos o Ofício 1080 do Ministério da Integração Nacional, também
1958 pleiteando compor a CTCOST para o próximo mandato. Essas três manifestações de interesse
1959 somadas as 14 anteriores, como é? Eram 13 vagas? Eu errei na soma. Retificando, na CTIL
1960 foram 13 manifestações de interesse e recebemos mais três, então nós estamos com 16
1961 manifestações de interesse em compor a CTCOST. Este é o quadro neste momento para a
1962 composição da CTCOST para esse mandato. Até o número 17, nós não temos que fazer
1963 qualquer processo de eleição. A informação é essa. O Secretário não está presente. Vou
1964 aguardá-lo para abrir o processo de discussão, já estou vendo tudo isso, o Ivo e o Fábio, tem
1965 três pedidos de inscrição. Eu vou fazendo a inscrição e assim que o Secretário chegar, eu
1966 passo para ele. O Wilson Azevedo é o primeiro. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário**
1967 **Executivo do CNRH)** – Qual é o tempo para inscrição? **Sr. WILSON DE AZEVEDO**
1968 **FILHO (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo)** – Como têm 16 inscritos,
1969 eu quero solicitar ocupar uma vaga nessa Câmara Técnica, pelo segmento que eu represento.
1970 **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Mais alguma
1971 manifestação? **Sr. IVO MELLO (Irrigantes)** – Nós também gostaríamos de propor a
1972 indicação de um membro para essa Câmara Técnica. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário**
1973 **Executivo do CNRH)** – Fábio, depois o José Luiz. Durante as falas do Conselheiro Fábio,
1974 nós vamos encerrar as inscrições, portanto, quem pretende se inscrever, levante o crachá, por
1975 favor. **Sr. FÁBIO AHNERT (CERH-ES)** – Márley, só uma dúvida. Nessa lista consta o
1976 Espírito Santo? Porque eu entendi que aquela coluna é o tempo... Aquela coluna quer

1977 significar o quê? Manifestações de interesse. Ok. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE**
1978 **MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – O ofício de vocês chegou fora do prazo e por
1979 isso não foi considerado e agora nós estamos reinserindo. **Sr. JOSÉ LUIZ DE SOUZA**
1980 **(Ministério da Integração Nacional)** – Mais uma justificativa, em tempo hábil, envie por e-
1981 mail a manifestação de interesse em continuar ocupando as vagas, porém depois fomos
1982 informados, eu sendo suplente, tinha que ser o titular e só recentemente que eu consegui, eu
1983 estive com o Secretário Executivo para ele firmar esse documento. Então por isso que chegou
1984 em tempo...**Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – O tempo hábil é
1985 agora, se você o fez. Nós temos 19 inscritos para a Câmara Técnica, que regimentalmente é
1986 limitada a 17. Algum Conselheiro ou Conselheira do segmento representado quer se
1987 manifestar no sentido de abrir mão da sua candidatura para essa Câmara Técnica? E aqueles
1988 que porventura o fizerem, serão considerados suplentes, caso a Câmara Técnica venha a
1989 necessitar, o suplente, então, seria chamado. **Sr. WILSON DE AZEVEDO FILHO**
1990 **(Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo)** – A minha proposta é justamente
1991 nesse sentido. Se o segmento ficar na primeira suplência, nós abrimos mão. **Sr. VICENTE**
1992 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado, nós temos 18. **Sr. IVO**
1993 **MELLO (Irrigantes)** – Da mesma forma, Secretário, fica como proposta para ficar numa
1994 segunda suplência. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Temos
1995 17. Temos duas indicações do setor de turismo, do setor de irrigantes para a primeira e
1996 segunda suplência, por favor, Márley, encaminhe a leitura de todos os segmentos para que nós
1997 encaminhemos à votação rapidamente, para que não haja dúvida. **Sr. MÁRLEY CAETANO**
1998 **DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Vou passar para o segmento. O
1999 segmento do Governo Federal, Ministério dos Transportes, Ministério do Turismo, Ministério
2000 da Integração Nacional, Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente, com três vagas,
2001 e Ministério de Minas e energia. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Conselhos do
2002 Espírito Santo e Minas Gerais, Conselhos de São Paulo e Rio de Janeiro, Conselhos do Paraná
2003 e Distrito Federal. Usuários de Recursos Hídricos, Prestadores de Saneamento, Organizações
2004 Cíveis de Recursos Hídricos, Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais,
2005 Organizações Técnicas de Ensinos e Pesquisa, com duas vagas e Organizações Não
2006 Governamentais, com duas vagas. Na primeira suplência do segmento de usuários, pescadores
2007 e usuários de água para lazer e turismo e segunda suplência para irrigantes. **Sr. VICENTE**
2008 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Em regime de votação. Os que aprovam essa
2009 composição da Câmara Técnica, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Votos em
2010 contrário? Abstenções? Aprovação por unanimidade. Com o registro de uma abstenção. O
2011 ponto quatro da pauta, eu queria agradecer o imenso trabalho que foi realizado, eu penso que
2012 dada a sua natureza, o mais produtivo, essa é a minha visão, eu só queria manifestar, é de
2013 encaminhar o produto desse trabalho, ele passa a ser um indicativo da classificação para cada
2014 uma das Câmaras Técnicas, mas que a sua deliberação aconteça na próxima reunião, me
2015 parece que esse é um tema que vai exigir... Está pronto, inclusive por classificação? Vamos
2016 verificar se há um grande nível de concordância em relação a essa classificação. Em havendo,
2017 nós aprovamos, em não havendo, se transfere para a reunião seguinte dado o prazo da reunião
2018 do dia de hoje. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao**
2019 **CNRH)** – Os temas, só lembrando aqui, Secretário, que nós abrimos um processo de consulta
2020 no mês de outubro, foram estabelecidos dez dias para a apresentação de temas para a Câmara
2021 Técnica, com a indicação de que o Plenário estabeleceria um tema prioritário por cada
2022 Câmara Técnica. Então, ao recebermos as respostas, nós fizemos um trabalho de alocação dos
2023 temas por Câmara Técnica. Algumas propostas repetiam temas já definidos como prioritários
2024 para 2009, por isso eles não constam aqui. Quem fez a proposta e perceber que a dela não está
2025 aqui é porque, foram duas ou três, elas já estavam como prioritárias para 2009 e essa
2026 prioridade não funciona como orçamento que, chega no final do ano e se devolve o dinheiro.
2027 Se a matéria não foi vencida em 2009, ela continua a prioridade em 2010. Fazendo essa
2028 alocação por Câmara, a primeira é a CTEM, que são três temas sugeridos: o primeiro, apoio à

2029 articulação para implementação do programa quatro do Plano Nacional de Recurso Hídricos;
 2030 o segundo, proposta de Resolução definindo diretriz para ações de prevenção de desastre (...)
 2031 já tem o GT instituído; e a terceira, apoio a acompanhamento na organização e realização da
 2032 Pré-Conferência das Águas. Aqui, nós já temos o resultado da votação, então, esses temas já
 2033 estão na ordem de votação. A votação feita aqui pelo Plenário apontou como vencedora a
 2034 primeira proposta apoio para implementação do programa quatro do Plano Nacional de
 2035 Recursos Hídricos. Passando para a Câmara seguinte. São temas para a CTIL, quantos temas?
 2036 Eu já vou ler pela ordem, parece que são cinco temas. Vou ler pela ordem. **Sr. JOÃO**
 2037 **CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Senhor Secretário, e Márley, consultor
 2038 jurídico, eu estou na dúvida e queria um esclarecimento. Porque essa prioridade que está
 2039 sendo colocada aí já foi colocada, ela já anula algumas prioridades que estávamos discutindo
 2040 na CTEM. Eu queria saber isso? **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do**
 2041 **CNRH)** – Não, é claro que não. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA**
 2042 **(ONG)** – Não. Ela não considerou algumas das temáticas que já estão sendo incorporadas à
 2043 discussão que não foi colocado nesse quadro primeiro aí. Então, nós estamos pensando que é
 2044 preciso o esclarecimento, a não ser que tenhamos que aproveitá-los e recolocar aqui. Nós
 2045 estamos na dúvida sobre isso. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** –
 2046 Com relação às prioridades da Câmara Técnica, não. Agora, obviamente tem uma orientação
 2047 para o Conselho para que a Câmara Técnica não organize as suas prioridades a partir das
 2048 prioridades da Câmara Técnica, ela organize as suas prioridades a partir da demanda do
 2049 Conselho. Então, é evidente que a Câmara Técnica não anula nenhuma das suas Resoluções,
 2050 mas ela deve ter como orientação de que o Conselho apresenta para ela essa demanda como
 2051 prioritária, mas evidentemente, a Câmara Técnica vai ter e tem a sua autonomia para
 2052 desenvolver as suas Resoluções. Agora, não é a Câmara Técnica mais quem define
 2053 prioridades para Resoluções. Quem define prioridade é o Plenário. A Câmara Técnica, que já
 2054 tem as prioridades em andamento, evidentemente deve seguir com elas, é bastante claro.
 2055 Segunda parte. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Secretário,
 2056 então me informe, já que não estão presentes os temas que são prioridades para o nosso
 2057 segmento, dentro da CTEM, nesse documento, como faremos para colocar, então? Já que
 2058 haveria de estar aqui, considerando que já estão sendo discutidos na Câmara. **Sr. MÁRLEY**
 2059 **CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Os temas que vocês
 2060 propuseram estão aqui, só não estão aqueles que estão como prioritários definidos na reunião
 2061 de maio, porque não tem como ser prioridade em 2009 e entrar novamente em 2010. É tipo
 2062 ser bicampeão. Não tem como. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)**
 2063 – Nós estamos fazendo uma gestão antecipada de questões, retomando aquela questão que eu
 2064 coloquei no início do dia, tendo em vista a impropriedade desse tema, de ser colocado em
 2065 pauta agora, a não ser que seja permitido nós alterarmos esse documento agora aqui. Não tem
 2066 condições? **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Não. Isso já foi
 2067 votado. Se você tem alguma dúvida ou contribuição, sim, em relação aos esclarecimentos.
 2068 Agora, isso foi entregue, foi decidido que ele está mantido, foi entregue, as pessoas receberam
 2069 e votaram. Não tem nada a ser suspenso ou revisto nisso, João Clímaco. Se você entende que
 2070 algumas das suas Resoluções não estão aqui contempladas, por favor, elenca, passa para a
 2071 secretaria e ela verifica se elas estão ou não contempladas nas Resoluções anteriores da
 2072 Câmara. É isso. Essa é a dúvida que você apresentou. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE**
 2073 **MENDONÇA (ONG)** – Eu queria saber se essa matéria, sendo deliberativa ou não, porque
 2074 num primeiro momento consultou o Regimento quanto à propriedade ou não do meu pedido
 2075 de tirar de pauta. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Já foi
 2076 colocado em votação. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – O
 2077 Regimento permite, nesse caso, esse tipo de deliberação pedir vista? **Sr. MÁRLEY**
 2078 **CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Isso não é deliberação, isso
 2079 é consultivo. É uma orientação do Plenário para as Câmaras Técnicas. Não vai sair uma
 2080 deliberação, uma Resolução. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** –

É uma matéria de natureza consultiva e orientativa às Câmaras Técnicas. Não há uma deliberação. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Eu acho que isso está fazendo uma grande confusão, na prática, nas Câmaras Técnicas. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Isso já foi decidido. Foi praticado e espero que...**Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Então, eu vou acrescentar a esses termos que estão aí e encaminhar para a Secretária. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – João Clímaco, por favor, nos ajude. O que você está dizendo é que algumas das suas contribuições não estão aqui. O que foi dito aqui é que não só as suas, as de eventualmente algum Conselheiro, se elas não estão representadas aqui é porque elas já estão definidas nesse mesmo mecanismo realizado no começo desse ano, portanto você pode acreditar nisso ou não. Então, por favor, você pegue a sua proposta, que você encaminhou, consulte a secretaria para ver se isso foi contemplado ou não. Se foi, o encaminhamento prossegue, se por acaso, isso não for respeitado isso é um direito seu. É só isso. Muito bem. **CTIL. Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (Gerente de apoio ao CNRH)** – Vou falar a ordem de votação feita pelo Plenário. Em primeiro, dos cinco temas, ficou a análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que tratam de alterações do Código Florestal e elaboração de documento técnico para subsídio, posicionamento e manifestação do CNRH junto ao Congresso através do GT, água e floresta; Segundo: revisão do Regimento interno; Terceiro: fortalecimento do sistema estadual e gerenciamento de recursos hídricos, sustentabilidade financeira do SINGREH incluindo fundos estaduais de recursos hídricos; Quarto: a análise da documentação encaminhada de criação do Comitê de Integração da Bacia do Rio Grande, conforme Resolução do CNRH número 5; E quinto: a análise de discussão e apreciação pela CTIL de instituição do CBH do Rio Grande, que na verdade, se confunde com o anterior. Em seguida, a câmara seguinte é a CTCOB, são 4 propostas e vou ler também pela ordem já definida no processo de votação. A primeira: discussão de proposta de criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos; a segunda: o fortalecimento dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, sustentabilidade financeira do SINGREH, incluindo fundos estaduais de recursos hídricos; a terceira: proposta de Resolução visando a utilização dos recursos da cobrança oriundos do setor hidrelétrico para custeio das Secretarias Executivas dos CBHs de rios de domínio da União; e quarto: estabelecimento de prioridades para aplicação dos recursos da cobrança, acompanhamento de aplicação dos recursos da cobrança, aprimoramento do processo de consulta e do estabelecimento de prioridades, passando à Câmara seguinte, a Câmara do Plano Nacional de Recursos Hídricos, são seis propostas, a primeira, na ordem já de votação: integração com políticas setoriais de usos múltiplos da água; a segunda: articulação entre os níveis de planejamento, identificação e avaliação das interfaces entre os planos setoriais; a terceira: gestão de recursos hídricos das regiões hidrográficas da Amazônia, do semi-árido e do Pantanal; a quarta: proposição de estratégia para a universalização do processo de planejamento no SINGREH, que terá como uma de suas consequências a elaboração e implementação dos planos de recursos hídricos; a quinta: o enquadramento dos corpos de água; e a sexta: diretiva quadro Brasil das águas. Seguindo, a CTPOAR, que é a última das Câmaras, são três propostas, a primeira, também na ordem já de votação, proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para definição de vazões mínimas remanescentes; a segunda: fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos, sustentabilidade financeira do SINGREH, incluindo os fundos estaduais de recursos hídricos; e a terceira: enquadramento dos corpos de água. É esse o quadro. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – O intuito agora era de validar que estaríamos encaminhando uma única prioridade. É algum inconveniente fazer essa pergunta e talvez essa dúvida esteja na cabeça de vários Conselheiros, que nós encaminhemos para as Câmaras Técnicas o quadro todo, apontando claramente que a prioridade é aquela, nessa ordem, sendo que eles só poderiam desenvolver uma outra, uma vez abordada a anterior. Há algum inconveniente em relação a isso, de encaminhar o quadro? Validando essa classificação,

2133 encaminhar o quadro todo, mas validando a classificação, há algum inconveniente nisso?
2134 Algum Conselheiro vê algum inconveniente em validar o quadro nessa ordem de classificação
2135 e encaminhar para as Câmaras Técnicas o quadro com este contexto, orientando para que,
2136 evidentemente, as Resoluções só sejam construídas a partir de vencida a Resolução anterior.
2137 Há algum problema em relação a isto? **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA**
2138 **(ONG)** – Senhor Secretário e demais membros desse Conselho, em especial, nós estamos
2139 tendo uma preocupação aqui com o quadro referente à CTEM, que não tem compatibilidade
2140 com o processo de construção dos trabalhos da CTEM e que nós estamos vivenciando lá. De
2141 certa forma, se formos referendar todos, eu vou me sentir não contemplado com o caso da
2142 CTEM, que está dando ênfase a um olhar que não é o nosso olhar, e isso está discutido muito
2143 dentro da CTEM. Eu acho que, enquanto Conselheiro, estou tendo que me posicionar para
2144 que a CTEM esclareça melhor isso, pois não está claro isso como prioridade e não é essa a
2145 discussão dentro da CTEM. Como é que eu faço, Secretário? Se nós formos validar como está
2146 aí, simplesmente a CTEM vai desconsiderar a nossa (...) **Sr. VICENTE ANDREU**
2147 **(Secretário Executivo do CNRH)** – Qual a proposta que você apresentou que não foi
2148 considerada, por favor? Que você apresentou, não é que você acha agora. **Sr. JOÃO**
2149 **CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Já está dentro da CTEM. **Sr. VICENTE**
2150 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Vai continuar em discussão. **Sr. JOÃO**
2151 **CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Mas eu acho que se nós aprovarmos isso,
2152 a CTEM vai mudar. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – É um
2153 exercício legítimo da desconfiança, mas é dúvida. Já foi esclarecido. Qual é o tema? Diga ao
2154 Plenário qual é o tema. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Nós
2155 temos na CTEM prioridades que já foram definidas em várias negociações com a Direção da
2156 CTEM. A moção que cria mecanismos de estímulo à participação em eventos de natureza
2157 celebrativas e... **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Isso está em
2158 discussão na CTEM? Por favor. Por que? *(Intervenção fora do microfone)* **Sr. JOÃO**
2159 **CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Moção que recomenda a comunicação
2160 em áreas contaminadas. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Ela
2161 está na CTEM e vai continuar? **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)**
2162 – Moção que recomenda a prestação de contas sobre dispêndio de recursos públicos em
2163 eventos celebrativos e capacitativos. **Sr. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**
2164 **(Gerente de apoio ao CNRH)** – O que está lá continua. Não pára, não. Aqui é uma
2165 prioridade para 2010. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Essas
2166 prioridades vão criar uma nova situação de rediscussão, tendo em vista que algumas dessas
2167 promoções estão a três anos dentro da CTEM. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário**
2168 **Executivo do CNRH)** – Algum Conselheiro tem também essa mesma dúvida que está sendo
2169 manifestada pelo Conselheiro João Clímaco? Não. Então, por favor, depois eu fico à
2170 disposição para ajudá-lo a entender claramente. Nós vamos fazer o encaminhamento dessa lista
2171 e isso não altera o encaminhamento que está sendo dado pelas Câmaras. Aquilo que lá está.
2172 Aponta uma orientação de prioridade do Plenário para o trabalho a ser executado pela
2173 Câmara. Não significa que os trabalhos serão substituídos, nunca foi dito isto. Está claro?
2174 Então, Conselheiros e Conselheiras que são favoráveis a essa classificação a ser enviada a
2175 essas Câmaras Técnicas, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Contrários? Um
2176 voto contra. Abstenções? Essas são as propostas a serem encaminhadas. O item 5.1 da pauta é
2177 ações em elaboração referentes ao programa 1 e 2 do Plano Nacional de Recursos Hídricos,
2178 tem o tempo de 20 minutos. Por favor. Se pudesse até encaminhar depois por e-mail. **Sr.**
2179 **JOÃO BOSCO SENRA (MMA)** – É só um informe. Rapidamente, em relação aos
2180 programas 1 e 2 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Nós temos alguns trabalhos em
2181 desenvolvimento, a proposta, a idéia era estarmos apresentando aqui hoje, mas os trabalhos
2182 vão permanecer algum tempo e nós temos contratados os Consultores Gilberto Canali, Percy
2183 Soares e Professora Lana contratada através do Pró-água, com a Agência Nacional de Águas e
2184 a proposta que gostaríamos de trazer é que a próxima reunião do Conselho Nacional possa

2185 constar a apresentação dos produtos que eles vêm desenvolvendo, em vários momentos os
2186 Conselheiros foram envolvidos, tivemos várias oficinas, que pudesse constar da pauta da
2187 próxima reunião a apresentação desses trabalhos. E também de outra ação do programa que
2188 está sendo desenvolvido com o apoio da Fundação Banco do Brasil, através da Funarbe -
2189 Fundação Arthur Bernardes, da Universidade Federal de Viçosa, em relação aos estudos
2190 econômicos, é que essas ações também pudessem constar da pauta para que tanto os
2191 consultores, quanto o pessoal da Funarbe pudessem estar aqui apresentando aos Conselheiros
2192 para que tenham ciência de como está o andamento da implementação das ações do Plano
2193 Nacional de Recursos Hídricos relativo a esses temas e seria, inclusive muito propício porque
2194 na próxima reunião vai estar sendo apresentado ao CGO, o outro relatório apresentando todo
2195 processo de implementação do plano. Para não tomar mais tempo, eu queria fazer essa
2196 proposta, não vou aqui apresentar em detalhes, mas queria que fosse encaminhada essa
2197 proposta de encaminhamento para que todos os Conselheiros pudessem conhecer os trabalhos
2198 muito bem executados por todos os nossos consultores e também pela Funarbe. Era essa. Eu
2199 queria encaminhar nesse sentido. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do**
2200 **CNRH)** – Vou pedir que você encerre a reunião de hoje, logo em seguida. Prepara o seu
2201 discurso. Vencido o item ponto 1 da pauta, temos um conjunto de informes que nós estamos
2202 preparando e será entregue por escrito e por e-mail a todos os Conselheiros, acrescento a esse
2203 conjunto de informes aqui... Será feito por e-mail, os informes relativos ao PLANSAB, à
2204 Conferência Nacional de Saúde Ambiental, ao lançamento nessa conferência de diversos
2205 documentos como o compromisso pelo meio ambiente, saúde e saneamento básico,
2206 compromisso pela qualidade do ar e saúde ambiental, o recebimento do Ofício 2770, do CRH,
2207 que solicita a reativação do processo de criação do Comitê do Mampituba, lembrar que do dia
2208 22 a 24 de março será realizada a Pré-Conferência Nacional de Águas. Solicito depois um
2209 especial carinho de todos para que essa Pré-Conferência que determinará como as
2210 Conferências serão organizadas, seja realmente importante e o recebimento do Ofício... Isso
2211 aqui é relevante? O Ofício 56 da ASAGUAS, é a Associação dos Servidores da Agência
2212 Nacional de Águas, que encaminha uma proposta de decreto que regulamenta o processo de
2213 seleção dos candidatos a diretores da Agência Nacional de Águas, então solicitam que haja
2214 maior transparência no processo de indicação dos diretores da Agência, então isso será
2215 encaminhado por escrito, detalhadamente, eu quero acrescentar o informe da CEDAE que me
2216 foi solicitado, que a CEDAE iniciou o pagamento pelo uso da água no Estado do Rio de
2217 Janeiro, feito em conta e que vai propiciar a arrecadação de 30 milhões de reais/ano
2218 totalmente aplicados na Bacia também, então parabéns à iniciativa da CEDAE e, rapidamente,
2219 quem desejar fazer um informe para registro, venha se localizando aqui em fila. João Clímaco
2220 deve ser também informe, e vocês rapidamente prestem a informação para registro e logo em
2221 seguida encaminharemos para o final da reunião. **Sr^a. LAURA JESUS DE MOURA E**
2222 **COSTA (ONG)** – Bom dia, ou boa tarde a todos e todas. Eu fui reconduzida como Suplente
2223 da Sociedade Civil no Conselho e é a primeira reunião que estou participando depois da
2224 recondução. E não tive tempo de vir nas outras, mas eu queria deixar registradas duas
2225 questões: a primeira, é que nós tivemos recentemente, agora em dezembro, uma audiência
2226 pública federal no Paraná eu acho que todos os biomas, foram cinco ou seis nacionais,
2227 audiência pública sobre o Código Florestal brasileiro e isso está sendo discutido em todo o
2228 Brasil, é um assunto extremamente sério, principalmente porque diz respeito à localização das
2229 reservas legais e APPs e se isso fica dentro da Micro Bacia, dentro da Bacia ou dentro do
2230 bioma, ou fora do bioma. Ou dentro do ecossistema. Então eu acho que esse é um assunto, eu
2231 vi já que está como prioridade, mas é um assunto extremamente importante e queria sugerir
2232 que o Conselho também convidasse, tanto o deputado Aldo Rebelo, que é o relator, como o
2233 Presidente da Câmara para vir aqui também conversar conosco sobre isso. Depois de já ter
2234 discutido e priorizado, o Conselho se posicionar, também chamar o Presidente da Câmara e o
2235 relator para vir nos ouvir aqui no Conselho, que é importante, uma decisão fundamental. Eu
2236 escrevi um artigo que está no nosso jornalzinho do sindicato e deixei na mesa, quem quiser,

2237 eu tenho também, gostaria que vocês lessem e opinassem sobre o que colocamos aqui. E a
2238 outra questão, que eu também assumi o compromisso de registrar aqui, é em relação aos
2239 assassinatos em área de barragens. Nós tivemos no início do ano vários problemas sérios em
2240 relação a isso e a Sociedade Civil registra como isso fica sem punição, sem justiça. Eu quero
2241 deixar registrado, em nome do (...) que é a entidade que eu atuo, do SIND CEAB também e
2242 pelo próprio FONASC que nós atuamos junto, mas que o Conselho pedisse, talvez ou pedir
2243 um esclarecimento, ou tirar um documento que ajudasse a, não só a esclarecer, mas a punir os
2244 casos de assassinatos em áreas de barragens, principalmente nas lutas aí das hidrelétricas, que
2245 há muita violência nas áreas de construção de barragens das usinas hidrelétricas. **Sr.**
2246 **VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu agradeço a Conselheira,
2247 informando que já temos a Resolução sobre o Código Florestal encaminhada pelo Conselho
2248 para que o processo, no Congresso seja debatido com a sociedade, mas é bastante pertinente a
2249 solicitação de que o Presidente e o relator, e quem mais? Era o relator e... sua sugestão, o
2250 Aldo e o... (*intervenção fora do microfone*) para que eles recebam o convite para que estejam
2251 aqui. Então está aceita a sugestão. Com relação à denúncia, ela está sendo prestada ao vivo,
2252 nossa reunião é transmitida ao vivo, no caso de um posicionamento é necessário que nós
2253 produzamos uma moção e apresente essa moção para que ela seja... (*intervenção fora do*
2254 *microfone*). Por favor, Laura. Não há prejuízo em acrescentar nesse documento todas as
2255 questões sejam...**Sr^a. LAURA JESUS DE MOURA E COSTA (ONG)** – Eu queria sugerir
2256 que o Conselho tivesse o dado na mão de quantos assassinatos ocorreram em áreas de
2257 barragens e quais foram punidos e porque os outros não foram punidos. Eu acho que é um
2258 dado, um diagnóstico que precisamos ter e já que o nosso objetivo é resolver conflitos, esse é
2259 um conflito sério que a Sociedade Civil enfrenta e que precisa ser resolvido e eliminado,
2260 inclusive. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Laura.
2261 Assim será feito, com essa recomendação de que seja produzida uma moção a respeito. Por
2262 favor, Patrícia. Brevemente. **Sr^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (Indústrias)**
2263 – Muito rápido, é só para informar aos Conselheiros, pois acho que seja do interesse de todos,
2264 que existem dois projetos lei, quer dizer, um projeto de lei e uma PEC, dentro do Congresso
2265 Nacional tramitando e de forma quase que finalizada, que precisa da nossa observação. O
2266 primeiro deles é o PL 54, que retira dos Estados os 45% que ele recebe da compensação
2267 financeira pelo uso da água. Isso tem um rebatimento enorme sobre o sistema, porque nos
2268 Estados, quase todos, até por um esforço desse Conselho, têm dirigido esse recurso para o
2269 Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para vocês terem uma idéia, em Minas
2270 Gerais foi aprovado recentemente um decreto em que 7,5% dos recursos que Minas Gerais
2271 recebe vão diretamente para o Comitês de Bacias Hidrográficas, por um decreto e esse PL
2272 está retirando dos Estados esses 45% e jogando todo para municípios que tem um histórico
2273 muito triste, de nenhuma aplicação na área de Recursos Hídricos. Então, esse é um caso grave
2274 e eu acho que as pessoas precisam prestar a atenção nesse problema que está acontecendo.
2275 Outro é mais polêmico e eu falo aqui como Estado e estou me dirigindo aos Conselheiros de
2276 Estado, que é a questão de tirar a dominialidade das águas subterrâneas dos Estados e jogar
2277 para a União. O relator é o Senador Casagrande e está com esse projeto, de fazer uma
2278 contramão no sistema que em vez de descentralizar, centralizar a questão da gestão das águas
2279 subterrâneas. É isso, obrigada. **Sr. RAUL MUNHOZ NETO (Concessionárias e**
2280 **autorizadas de geração hidrelétrica)** – Eu quero registrar com júbilo a aprovação do nosso
2281 Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná. No último dia 9 de dezembro, ao
2282 cabo de praticamente cinco anos de labuta, chegamos a um plano maravilhoso, que foi
2283 aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. (Palmas!) Conselho do qual eu faço
2284 parte, como membro titular representando o setor das concessionárias e autorizadas da
2285 geração hidrelétrica. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu
2286 recebi um informe, inclusive, que uma lei recentemente aprovada no Estado destina os
2287 recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para serem aplicados em recurso hídricos,
2288 revertendo uma situação histórica havida também nesse Estado. Então, parabéns ao Estado do

2289 Paraná. **Sr. MANOEL IMBIRIBA JÚNIOR (CERH-PA)** – Informar que essa é a minha
2290 última reunião como Conselheiro Suplente, estou saindo da Secretaria de Estado de Meio
2291 Ambiente, cedido à Companhia de Saneamento, mas acho que nós vamos somar com as
2292 concessionárias do outro lado do balcão, agora enquanto usuário. Informar que o Plano
2293 Estadual do Pará teve uma paralisação em razão do contingenciamento devido à crise e foi
2294 aprovada uma nota técnica na Secretaria e nós estamos licitando e todo esse ano de 2010
2295 iniciando o processo de diagnóstico para dar cabo a todas as premissas básicas, tanto do Plano
2296 Estadual, como do gerenciamento integrado de resíduo sólido, com a questão do ambiente
2297 urbano na tutela do (...). **Sr. FRANCISCO JOSÉ LOBATO DA COSTA (OTEPs)** –
2298 Senhor Secretário e Vicente, eu gostaria de mencionar a vocês que na última semana de
2299 novembro nós tivemos o 18º Simpósio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, no
2300 qual foi eleita a nova presidência da Associação Brasileira, a Doutora Ingrid Muller, que está
2301 aqui presente (Palmas!) e é agora a nossa Presidente, em nome do nosso Presidente Francisco
2302 de Assis e de toda a nossa Diretoria, estamos no final de dezembro entregando o mandato e,
2303 portanto, essa também é a minha última reunião como representante titular da ABRH no
2304 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Muito obrigado, pelo aprendizado nesses anos
2305 todos. **Sr^a. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Indústrias)** – Eu queria
2306 informar a todos que a Vale, a empresa onde eu trabalho, ela foi introduzida entre os cinco
2307 finalistas do 8º Prêmio Furnas Ouro Azul. E apresentamos dois trabalhos, eu apresentei um e
2308 o colega apresentou outro, ganhamos terceiro e quarto lugar, o primeiro lugar foi a COPASA,
2309 segundo lugar: MERCEDES BENZ, terceiro e quarto lugar, a Vale e quinto lugar, Souza
2310 Cruz. Informar que fomos agraciados com esse prêmio. **Sr. VICENTE ANDREU**
2311 **(Secretário Executivo do CNRH)** – Parabéns pelo prêmio recebido com justiça. Por favor,
2312 Carlos Hugo. **Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Na
2313 verdade isso é uma solicitação à Secretaria Executiva, porque há pouco aconteceu a Primeira
2314 Conferência Nacional de Saúde Ambiental e houve uma série de deliberações advindas dessa
2315 Conferência, então a minha solicitação é que a Secretaria Executiva fizesse um levantamento
2316 das deliberações que têm rebatimento na área de recursos hídricos e mais especificamente
2317 com relação à função deste Conselho e trouxesse na próxima reunião para verificar se há
2318 alguma providência que este Conselho precise tomar a respeito disso. **Sr. VICENTE**
2319 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Muito obrigado. A Secretaria de Recursos
2320 Hídricos participou da organização, mas agora nós temos Resoluções de uma Conferência e a
2321 observação é absolutamente pertinente e assim será feito. O último inscrito, Conselheiro João
2322 Clímaco. **Sr. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONG)** – Aproveitando para
2323 me despedir dos que estão se despedindo, eu não estou me despedindo, cumprimentando e
2324 agradecendo a eles pelo trabalho que desenvolveram aqui no Conselho, apesar das diferenças,
2325 de oposição, eu tenho muito carinho pelas pessoas que eu discordo às vezes nas idéias, mas as
2326 pessoas todas são cidadãos que merecem respeito pelo papel que exercem. E nesse contexto
2327 eu queria fazer um registro especial, Secretário, porque eu acho que essa Mesa fez
2328 homenagens e eu acho que a Sociedade Civil tem uma gratidão especial ao Ex-Secretário João
2329 Bosco Senra, pelo seu empenho em ter resistido e ter feito uma das coisas mais sérias, que eu
2330 acho que foi dentro do contexto da política nacional de recursos hídricos, foi ter
2331 regulamentado e instituído um instrumento de política pública em nível nacional, que hoje
2332 pode até não está sendo do jeito que nós queremos, mas é um instrumento legal que por mais
2333 que possa haver famigerados planos estratégicos para burlá-lo, ele é o único instrumento
2334 realmente legal que tem a consistência onde nós podemos como cidadãos, lutarmos para que
2335 se recoloca dentro do padrão da impessoalidade, da moralidade e da eficiência a gestão de
2336 recursos hídricos. Eu tenho que fazer esse registro, João Bosco, com muito carinho pelo seu
2337 esforço e dizer que se sua saída daqui se concretizar, nós da Sociedade Civil estaremos aqui
2338 continuando a resistir quanto às tentativas de desqualificar um trabalho tão sério e que graças
2339 aos bons tempos que passaram, está garantida em lei, o Plano Nacional de Recursos Hídricos,
2340 por força de todas as suas dificuldades está garantido. Uma outra coisa é esclarecer que foi

judicializada a questão da Resolução 100, não sei, eu não sou jurista, mas ele está em análise no Ministério Público Federal e por isso vou dar aqui o protocolo, para dizer que o Ministério Público, a partir do acatamento, está criando um procedimento administrativo para questionar e está ali o protocolo do Ministério Público Federal discutindo a Resolução 100. Até ser uma ação para chegar num ponto de equilíbrio. A outra coisa, Secretário, é dar ciência aos futuros membros desse Conselho que estamos aqui, reportamos a um Ofício de 2007, já naquela época, nós estávamos preocupados com a disseminação de uma política energética onde as PCHs estavam sendo incentivadas em todas as Bacias, mas os seus efeitos cumulativos não estavam sendo regulamentados ou estavam tendo diferenças de atitudes em relação à gestão de recursos hídricos onde tem essa proliferação, por força de questões, eu acho, políticas, o nosso pleito, desde 2007 foi postergado, na CTPOAR nós tivemos uma péssima acolhida, essa postura de se omitir realmente é uma coisa horrível no serviço público e estamos formalizando e deixando o nosso pleito para a questão das PCHs, desde 2007 nós estamos insistindo, volte a ser discutida no âmbito desse Conselho como diretriz importante que esse Conselho pode dar para contribuir, não sou contra PCH, a Resolução dessas questões. E finalmente, Secretário, dizer que quero deixar também claro uma contribuição para ser encaminhada à CTCOST no que diz respeito à futura discussão sobre outorga de região de recursos hídricos. E para finalizar, dar ciência especialmente à ANA, eu não estou fazendo isso formalmente, mas a essa Secretaria, temos casos parecidos em vários Estados, que os Conselhos estão sob júdice. No nosso caso, estou assumindo a palavra da nossa Conselheira Tereza, temos uma dificuldade muito grande no Estado de origem do Maranhão, onde os Conselhos estão sob júdice desde 2007 e os órgãos gestores nacionais, e aí eu tiro o mérito da Secretarias de Recursos Hídricos por ter incentivado também a ANA por essa prática, ficam atuando com essas instâncias ilegais, portanto se um Conselho Estadual de Recursos Hídricos está sendo considerado ilegal, as suas Resoluções não têm valor, por que a Agência Nacional de Águas e o Ministério do Meio Ambiente ficam fazendo convênios e dando o maior apoio a pessoas que posteriormente poderão ser consideradas criminosas ou serem culpadas em processo transitado em julgado? Queremos registrar nosso descontentamento com essa conduta e espero que o senhor, como Presidente da ANA reveja isso, porque não adianta ficar estimulando um órgão de Estado que tem ilegalidades transitadas em julgado e fazendo convênios e reforçando políticas contrárias a nós. E dando aqui os meus sinceros votos que vossa gestão na ANA seja muito profícua. Que o tempo que o senhor passou aqui tenha servido de experiência muito rica para que as coisas sejam muito melhores nos tempos que virão. Nós, como é sabido por todos, tivemos um posicionamento contrário à vossa indicação, mas em maneira nenhuma, estamos torcendo para que o senhor dê errado. Estamos querendo que a vossa gestão seja muito profícua e que seja melhor do que foi a do Doutor José Machado e agradecer e desejar um feliz Natal e ano novo a todo mundo. **Sr. VICENTE ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Queria mencionar que com relação às questões de natureza jurídica, evidentemente não há nenhum tipo de concordância com o que foi manifestado, mas é um direito e que as questões de natureza jurídica têm seus fóruns legais para serem perseguidos. E em havendo qualquer determinação da justiça em relação a qualquer desses pleitos, evidentemente, serão seguidos, mas não havendo, permanece a autonomia e soberania do Conselho. Queria agradecer as palavras que foram mencionadas e queria dizer que, diferentemente de você, eu nunca trabalhei contra a FONASC para que ela não participasse do Conselho Nacional, mas é um direito de você se manifestar contra qualquer pleito. Agradeço também o período que convivi e vou continuar convivendo junto com vocês aqui, não mais na condição de Secretário Executivo, uma experiência riquíssima, aprendi muito, agradecer toda a equipe da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, a equipe que está aqui junto ao Conselho. Já disse que eu vou ganhar um vale placa, porque eu também estou me despedindo formalmente, mas não tem plaquinha, então eu ia ganhar um valezinho placa, mas eu agradeço muito, foi muito rica e não vou cansá-los em função do horário, mas é uma experiência que eu vou carregar para sempre comigo e para o encerramento desta

2393 reunião, convido o Conselheiro João Bosco para que ele, como é de praxe, o Conselheiro
2394 sempre faz o encerramento e é muito justo pelas diversas homenagens aqui prestadas que
2395 você faça o encerramento dessa reunião histórica. **Sr. JOÃO BOSCO SENRA (MMA)** –
2396 Agradeço a referência e foi uma reunião que mostra que estão muito famintos em relação a
2397 2010, definindo as prioridades para esse Conselho, sinalizando muitos desafios que estão
2398 postos. 2010 promete, é um ano em que teremos a revisão do plano e uma agenda recheada já
2399 de 2009, com essas de 2010. Com os temas aqui discutidos da questão costeira, a própria
2400 questão do outro tema, que foi pedido de vista, então, certamente, 2010 promete um ano
2401 também muito rico e muito profícuo como foi este ano. Eu queria parabenizar o nosso
2402 Secretário Executivo, que nesta reunião, deixa de ter essa função, acredito que não vai sair
2403 desse Conselho, vai participar como Presidente da ANA, desse Conselho, mas agradecer todo
2404 o apoio e desejar felicidades à frente da ANA e dizer da minha satisfação e, após sete anos,
2405 estava recordando, eu acho que não perdi nenhuma reunião do Conselho, em sete anos,
2406 exatamente porque esse debate é sempre um momento de muita aprendizagem e de encontrar
2407 muitos amigos, uma experiência de convivência muito rica e, então, eu espero que certamente
2408 o Conselho vai continuar com essa característica. Desejar um feliz Natal para todo mundo, um
2409 excelente 2010, que não é só o ano da Copa, é o ano da ANA, dez anos, treze anos da Lei e
2410 certamente muito desafios para que possamos avançar ainda mais na Política das Águas do
2411 país. Feliz Natal e um bom 2010 pra todos. Muito obrigado. (Palmas!) **Sr. VICENTE**
2412 **ANDREU (Secretário Executivo do CNRH)** – Feliz Natal e um bom 2010 a todos.
2413 Encerrada a reunião.